

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**Do pecado à redenção: o papel das primeiras damas
e a infância marginal em Cascavel-PR**

Lucas Cardoso dos Santos

CASCADEL, PR

2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**Do pecado à redenção: o papel das primeiras damas
e a infância marginal em Cascavel-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração Sociedade, Estado e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Paulino José Orso.

CASCADEL, PR

2012

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

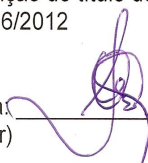
**DO PECADO À REDENÇÃO: O PAPEL DAS PRIMEIRAS DAMAS
E A INFÂNCIA MARGINAL EM CASCAVEL**

Autor: Lucas Cardoso dos Santos

Orientador: Paulino Jose Orso

Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por
Lucas Cardoso dos Santos aluno do Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
para obtenção do título de Mestre em Educação.
Data: 22/06/2012

Assinatura
(orientador)



COMISSÃO JULGADORA:



Profa. Dra. Mara Regina Martins Jacomeli



Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central do Campus de Cascavel – Unioeste
Ficha catalográfica elaborada por Jeanine da Silva Barros CRB-9/1362

C264d Cardoso, Lucas
 Do pecado à redenção: o papel das primeiras damas e a infância
 marginal em Cascavel-PR. / Lucas Cardoso.— Cascavel, PR:
 UNIOESTE, 2012.
 153 f. ; 30 cm

 Orientador: Prof. Dr. Paulino José Orso
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná.
 Bibliografia.

 1. Cascavel-PR - Primeiras damas. 2. Política assistencial. 3.
 Infância. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 361.98162

Resumo

Este trabalho tem o intuito estabelecer uma reflexão crítica a respeito da participação política das primeiras damas no município de Cascavel-PR entre os anos de 1990 e 2007, particularmente, no que diz respeito sobre sua relação com o assistencialismo municipal. Sendo o Brasil um país colonizado por europeus, foi a tradição cristã muito influente no desenvolvimento da colônia e, assim, ao universo feminino coube um assombroso destino, onde a crença de que era a mulher um ser propenso aos vícios da carne, ou seja, ao pecado, tornou-a objeto de cuidados e de constante vigilância por parte das mais diversas instâncias sociais, resultando no seu aprisionamento no interior do espaço privado e consequentemente seu banimento social. O ponto de partida da análise é a busca da compreensão dos fatores que tornaram possível e, posteriormente, legítimo a submissão feminina ao gênero masculino. Na sequência, analisamos os processos que possibilitaram sua introdução no meio público e, principalmente, as transformações no meio social que permitiram sua entrada na vida política articulada às novas exigências do sistema econômico. Partimos da hipótese de que os séculos de exclusão que as trancafiaram dentro de casa também resultou no seu distanciamento das questões políticas. Assim, sendo a política um campo de disputas e interesses, este não seria compatível com o ideal feminino de ingenuidade e pureza. Portanto, estabelece-se uma das primeiras problemáticas proposta neste trabalho, melhor dizendo, ser homem ou ser mulher no ocidente, torna-se algo muito maior do que a simples diferença fisiológica, implica em absorver as condutas próprias de cada um definidas socialmente. Assim, percebe-se que, até mesmo a participação política feminina voltada para o assistencialismo só foi possível devido a qualidades que são consideradas atributos femininos como a abnegação, solidariedade, cuidados, dentre outros. Posto isso, tecemos análises sobre a experiência vivida pelas primeiras damas no município de Cascavel-PR, onde sua participação na área social tem sido compreendida como um auxílio aos pobres. Em especial, nos atemos ao histórico da infância marginal do município, uma vez que a área social é bem abrangente e muitos são os que dela necessitam, e, ao mesmo tempo, a Cascavel dos anos de 1990, passava por um difícil período envolvendo “menores” que se expunham aos riscos da rua e adentravam ao mundo das drogas.

Palavras-chave: Primeiras damas, política assistencial, infância

Abstract

This paper has the objective to establish a critical reflection on the political participation of first ladies in Cascavel-PR between 1990 and 2007, particularly considering their relation to public social assistance. As Brazil is a country colonized by Europeans, the Christian tradition was quite influential in the colony development and for that it was part of the feminine world to deal with a dark destiny in which it was believed that the women were addicted to the desires of the flesh, in other words, to the sin, and this made them an object of care and constant observation by those who belonged to other social groups. That resulted in women's imprisonment in the interior of private spaces and consequently in their social banishment. The starting point of this analysis was to look for the understanding of factors that made possible and, later on, legitimate the feminine submission to the male genre. After that, the processes that allowed the women's insertion in social life and mainly the transformations in the social environment by their entrance in the political life articulated to the new requirements of the economic system was analyzed. The study was based on the hypothesis that the centuries of exclusion that kept women basically at home also resulted in their distance from the political matters. This way, being the politics an area of dispute and interests, it wouldn't be compatible with the feminine ideal of innocence and purity. It was then established one of the first problematics proposed in this study, being man or woman in the Occident becomes something much bigger than the simple physiologic difference; it involves absorbing the personal actions of each one defined socially. It was noticed that even the feminine political participation turned to social assistance was only possible due to the qualities that are considered basically feminine as abnegation, solidarity, care and others. Having mentioned that, it was analyzed the experience lived by first ladies in Cascavel-PR whose participation in the social area has been understood as support to poor people. In special, the attention was centered on the marginal childhood history of the city, once the social area is quite broad and many ones depend on it. Besides that, in the 90s Cascavel was going through a difficult time involving youngsters that exposed themselves to the street risks and entered in the drug world.

Keywords: First ladies, assistencial politics, childhood

*À todas as crianças e adolescentes
que, mesmo sendo socialmente
invisíveis, fazem parte do cotidiano
desta cidade.*

Agradecimentos

Na elaboração deste trabalho, muitas foram às discussões para que se desenvolvesse o tema proposto e os caminhos que seriam percorridos na tentativa de esclarecer a problemática que envolve o mundo feminino e o universo político. Devido a isso, agradeço à Cristiane Aparecida Ribeiro Bueno e Adriéle Cristina Souza Meurer pelas conversas esclarecedoras a respeito do assunto ocorridas durante os créditos da primavera de 2010. Agradeço de igual modo ao meu orientador, Professor Dr. Paulino José Orso, pela confiança, incentivo e acima de tudo, sua capacidade em indicar os rumos para o desenvolvimento do trabalho e seu respeito às minhas limitações e horários. Aos membros da banca Professor Dr. Alexandre Fiuza e Professora Dr. Mara Jacomelli, que com suas críticas e observações me ajudaram a melhorar o texto. À professora Ana Neusa Fóvis, por todo o apoio e paciência. À Lilian Cristina, pelo incentivo, ajuda, colaboração e por ter tornado a caminhada mais fácil quando as pedras tomavam conta do caminho. E em especial, agradeço a Rosimeri Tomé, Idalina Barreiros, Fabiana Tolentino e Lorita Bueno pela ajuda e cooperação sem a qual não seria possível o desenvolvimento deste. À todos que, de uma maneira ou de outra, colaboraram para sua elaboração.

Lucas Cardoso dos Santos
Inverno de 2012

Mulheres de Atenas

Chico Buarque

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres
De Atenas!
Vivem pr'os seus maridos
Orgulho e raça
De Atenas!...

Quando amadas se perfumam
Se banham com leite
Se arrumam
Suas melenas...

Quando fustigadas não choram
Se ajoelham, pedem, imploram
Mais duras penas
Cadenas!...

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres
De Atenas!
Guardam-se pr'os maridos
Poder e força
De Atenas!...

Quando eles embarcam soldados
Elas tecem longos bordados
Mil quarentenas
E quando eles voltam sedentos
Querem arrancar violentos
Carícias plenas
Obsenas!...

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres
De Atenas!
Despem-se pr'os maridos
Bravos guerreiros
De Atenas!...

Quando eles se entopem de vinho
Costumam buscar o carinho
De outras falenas
Mas no fim da noite, aos pedaços
Quase sempre voltam pr'os braços
De suas pequenas
Helenas!...

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres
De Atenas!
Geram pr'os seus maridos
Os novos filhos
De Atenas!...

Elas não tem gosto ou vontade
Nem defeito, nem qualidade
Têm medo apenas
Não tem sonhos
Só tem presságios
O seu homem, mares, naufrágios
Lindas sirenas
Morenas!...

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres
De Atenas!
Temem por seus maridos
Heróis e amantes
De Atenas!...

As jovens viúvas marcadas
E as gestantes abandonadas
Não fazem cenas
Vestem-se de negro
Se encolhem
Se conformam e se recolhem
As suas novenas
Serenas!...

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres
De Atenas!
Secam por seus maridos
Orgulho e raça
De Atenas!...

Lista de abreviaturas e siglas

CAOM – Centro de Apoio e Orientação ao Menor

CEBA – Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência

CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial LTDA

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LBV – Legião da Boa Vontade

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MARIPA – Madeireira Rio Paraná

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense

S.O.S. FAMÍLIA – Serviço de Obras Sociais à Família

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNICEF – United Nations International Child Emergency

Sumário

Resumo	iii
Abstract.....	vi
Lista de abreviaturas e siglas	xi
Introdução.....	1
Capítulo I – A submissão feminina e infantil ao universo masculino: análise histórica de uma opressão.....	9
1.1 – Origens da divisão social do trabalho familiar: o nascimento da mulher na historiografia.....	9
1.2 - A Presença Feminina no Brasil: educação para o lar e o domínio da concepção burguesa	14
1.3 - Infância e Adolescência: percurso histórico.....	26
1.4 – Mulheres e crianças: em busca da cidadania	35
Capítulo II – Mulher e cultura política no Brasil: o fenômeno do primeiro damismo.....	54
2.1 Mulheres da elite e a Assistência Social	55
2.2 A Assistência Social no Brasil	57
2.3 Mulher e cultura política: o início do primeiro damismo no Brasil	64
2.4 – A Colonização do município de Cascavel: os primeiros ciclos econômicos	77
2.5 Ser mulher e primeira-dama na Região Oeste Paranaense.....	88
Capítulo III – Primeiras damas e infância marginal em Cascavel-PR	96
3.1 – Assistencialismo no Paraná: o “Programa do Voluntariado Paranaense” (PROVOPAR)	96
3.2 – Menores na rua: o espaço urbano em disputa.....	103
3.3 – O contexto da área social em Cascavel na década de 1990 e o perfil dos menores de rua	108
Considerações Finais	140
Fontes consultadas.....	145
Referências bibliográficas.....	148

Introdução

O local onde uma sociedade se constrói e se desenvolve nos chama a desvelar relações estabelecidas ao longo do tempo, que ao serem incorporadas aos hábitos cotidianos transformam-se em práticas naturais e inquestionáveis. É em meio a essas relações obscuras que, conforme Antônio Torres Montenegro, “homens, mulheres, crianças, velhos e velhas estabelecem, projetam, realizam suas vidas” (Montenegro, 2001, p.9). Com isso, vemos que a consolidação das relações sociais está além das forças e vontades dos sujeitos, ou seja, são os indivíduos atingidos de forma direta pelo contexto que se encontram. Sobre isso, Josep Fontana, em sua releitura da obra marxista, expõe que:

os homens produzem os meios de subsistência de acordo com certos 'modos de produção' que são na realidade 'modos de vida' – 'uma forma determinada de manifestar a vida' - , o que explica porque os indivíduos são dependentes das condições materiais de produção e das relações que se estabelecem entre eles no processo (MARX *apud* FONTANA, 2004, p. 202).

Em sua obra “Ideologia Alemã”, Karl Marx afirma que

Os homens ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir de sua realidade, também o seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX e ENGELS, 2008, p. 52).

Assim, algumas mediações são necessárias no intuito de exemplificar a inserção dos indivíduos em sociedade e que, a participação destes no seio social não se dá de forma aleatória, menos ainda seguindo as vontades e desejos individuais. Muitos são os fatores que predominam sobre os agentes e os fazem submissos a forças externas resultando assim na sociedade de classes. Por ventura foi o acaso que permitiu o pleno controle que patrícios detinham sobre plebeus em meio ao período romano? Ou o domínio dos senhores feudais para com os camponeses na era medieval? Por trás dessas relações esconde-se o fator econômico e o exclusivismo da propriedade para uns poucos onde os que dela ficam excluídos prostram-se aos interesses dos primeiros. Com isso, pontuamos aqui que, na sociedade de classes a posse da propriedade é o primeiro fator que

legitima o poder ao mesmo tempo em que exclui e sujeita os destituídos.

Conforme os estudos de Friedrich Engels, a divisão estabelecida no campo do trabalho nas sociedades primitivas, permitiram ao sexo masculino o acúmulo de recursos, como animais e terras, que possibilitaram o seu domínio estabelecendo assim a sociedade patriarcal e a sujeição à sua autoridade de todos que dele dependem, especialmente mulheres. A partir disso, esposas e filhas se tornam totalmente dependentes ao ponto de Engels afirmar que “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, s/d, p. 54-55). Portanto, pode-se dizer que a sujeição feminina ao meio masculino tem suas raízes históricas pautadas num processo de exclusão da vida material. Podemos também afirmar que este processo é legitimado por instituições como o Estado (que expressa interesses da burguesia) e da Igreja, onde a superioridade de um sexo sobre outro é vista como natural e de ordem divina.

Em especial, no que diz respeito à Igreja, muitos são os aspectos em que esta contribuiu para a legitimação das divisões de ordem sexistas no meio social. Como exemplo, destacamos o “mito fundador” da humanidade onde o primeiro casal, Adão e Eva, foram punidos e banidos do paraíso após a desobediência de Eva em relação ao fruto proibido.

Partindo para a Era Cristã, muitas são as passagens bíblicas que destacam a submissão da esposa ao marido como a encontrada na epístola de Paulo aos Efésios, onde nos versos 22 e 23 do quinto capítulo se pode ler: “Vós mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo”. Essa visão ideológica será a base dos estados europeus durante séculos, sendo este um dos fortes argumentos de legitimação da exclusão feminina do meio público.

Chegando em solo brasileiro, um país de influência europeia, que conforme a história oficial adentra o campo historiográfico com a chegada dos portugueses à região, iniciamos nossa abordagem fazendo menção às mulheres no período do Brasil Colonial e, dessa forma, é possível trilhar os caminhos que fizeram com que a mulher fosse afastada do campo político legitimando assim o domínio do meio

masculino. Conforme Emanuel Araújo, as mulheres do período colonial brasileiro carregavam consigo o peso do “pecado original e por isso, sobretudo sua sexualidade, devia ser vigiada muito de perto. (...) havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada” (ARAÚJO, 1997, p. 49). Embora essa definição apresente certo exagero, demonstra como era o tratamento social destinado às mulheres, pois os costumes europeus e o peso da tradição cristã atribuem desvios morais que são intrínsecos à figura feminina. Isso nos leva a sugerir uma visão de mundo na qual a mulher, herdeira do pecado original, necessita de vigilância e submissão ao meio masculino para que assim, fique protegida de seus instintos negativos que, quando aflorados, podem comprometer a ordem estabelecida. Esse confinamento portanto a exclui da participação pública e mesmo do acesso a educação formal pois, para os cuidados da casa, bastava-lhe as primeiras letras.

Como dito anteriormente, Engels afirma que a subordinação do mundo feminino tem suas origens nas sociedades primitivas. Contudo, ao longo da história, a incorporação da ideia de que determinadas atividades são inerentes à homens e mulheres foi aceita como natural. Assim, a concepção da mulher como mãe e esposa, e o homem como provedor do lar, tornam-se comuns na sociedade ocidental. No caso específico da mulher, para o bom desempenho de suas atividades, o distanciamento da vida pública é essencial, pois assim, seu tempo será exclusivo para os cuidados do ambiente privado e à atenção dos filhos. Essa ideia toma contornos maiores com a superação das relações senhoriais pelas de cunho burguesa, dando à mulher um papel de destaque no meio familiar sendo responsável pelo bom desenvolvimento da família e garantia da boa imagem do homem público. Contudo, é necessário pontuar aqui que, esta forma de inserção social é pautada no modelo burguês, sendo a vida das mulheres pobres totalmente diferenciada necessitando lançarem-se ao meio público em busca de subempregos para suprir as necessidades do lar correndo o risco de receber o pejo de “mulher pública”. Interessante aqui esclarecer o termo “subempregos”, pois, uma vez que a ela eram negados direitos, participação na vida pública e até mesmo a educação formal, restava-lhe as funções menos qualificadas.

Para Ivana Guilherme Simili, mesmo nas primeiras décadas do século XX, essa realidade persegue as mulheres de todas as esferas sociais, sendo esta ideia

também estendida para o espaço político onde as divisões de ordem sexista são ainda mais visíveis. A política é vista como um campo essencialmente masculino “pela capacidade e pelas habilidades ‘naturais’ dos homens para a racionalidade, para o controle das emoções e para a tomada de decisões, entre outras características e competências” (SIMILI, 2008, p. 32-33). Podemos acrescentar a isso o fato de que o descrédito político construído historicamente em solo brasileiro produziu uma conotação negativa para essa atividade, como um campo sujo em que nada se assemelha ao imaginário feminino “ingênuo” e “puro”.

Essa pesquisa busca demonstrar o quão longo e penoso foi o processo de inserção da mulher na vida pública. Embora vivamos em um tempo onde podemos verificar a presença feminina à frente de muitas nações, instituições financeiras e comerciais, ocupando cargos relevantes, alguns estigmas parecem ainda perseguir o cotidiano feminino. Dentre eles, destaca-se aqui o ideal de mãe e educadora. Isso pode ser observado no meio político da cidade de Cascavel-PR, em que, dentre as raras eleições em que uma ou outra vereadora ascendeu à Câmara, destaca-se sempre a participação da primeira dama em projetos assistenciais. Em uma análise preliminar, realizada a partir de periódicos da cidade, pode-se constatar que a participação política das primeiras damas esteve sempre focada na participação em programas sociais principalmente ligados à Secretaria de Assistência Social e a entidades filantrópicas como o “Programa do Voluntariado Paranaense” (PROVOPAR).

Assim, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise da participação política das primeiras damas no município de Cascavel, entre os anos de 1990 e 2007, em especial no que tange ao assistencialismo destinado ao público infantil. O tema foi escolhido a partir da construção do imaginário de que a mulher é mãe e naturalmente educadora. Esse conceito é defendido até mesmo por renomadas políticas brasileiras. Em visita à Toledo-PR, no “Encontro Regional de Mulheres do Oeste do Paraná”, realizado no dia 5 de março de 1990, a então prefeita da cidade de São Paulo, Luiza Erundina, afirmou que a valorização feminina é algo necessário ao desenvolvimento do país devido ao fato de que “nós mulheres somos educadoras e formadoras” (O PARANÁ, 1990, p. 3). Portanto, mesmo na atualidade, a educação das crianças é vista por muitos como uma atividade feminina, e isso, independente da classe social que ocupe.

A ideia de que a educação dos filhos é uma atribuição feminina, tendo por princípio que a atenção e os cuidados que uma criança necessita para o seu desenvolvimento são atributos encontrados na essência da mulher, está presente no meio político. Para as primeiras deputadas eleitas nos anos de 1930, Carlota Pereira de Queiroz e Bertha Lutz, uma das primeiras feministas do Brasil, a defesa da infância começa com a defesa da maternidade. Assim, a ligação existente entre a criança e a figura feminina é algo extremamente representativo e, no meio social, a figura feminina, seja ela na forma de mãe biológica, professora, enfermeira, babá, dentre outras, tem um importante significado para a educação da infância. Em suma, essa ligação estabelecida entre infância e maternidade foi relevante para a escolha do objeto de pesquisa pelo fato de que, tendo as esposas dos prefeitos a atenção voltada para o campo social, são elas transformadas numa espécie de “grandes mães”, aquelas que zelam e cuidam de seus eleitores mais carentes. Somado a isso, acrescenta-se os jovens que se expunham aos riscos nas ruas de Cascavel e os adolescentes que faziam uso de substâncias entorpecentes, principalmente a cola, práticas que aumentam significativamente nos anos de 1990.

Para iniciar a análise, uma pergunta deve ser feita: por que as mulheres das sociedades ocidentais permanecem até recentemente afastadas da política? Retomamos aqui o início de nossa explanação onde fizemos menção ao fato de que homens e mulheres são agentes históricos, contudo seguindo determinado contexto real, ou seja, tal “qual realmente são, isto é, tal como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinadas limitações, pressupostos e condições materiais, independente de sua vontade” (Marx, 2008, p. 50). Trazendo isso para o campo feminino, podemos aqui citar fatores históricos em que aspectos sociais lhes foram negados, como a educação formal, participação nas decisões eclesiásticas, participação na vida social, entre outros. O resultado disso foi que o meio feminino apresentou um distanciamento da política que se reflete até o presente momento na pouca representatividade deste seguimento.

Para a compreensão da temática em questão fizemos o uso de entrevistas com ex-primeiras damas do município e pessoas diretamente ligadas a sua administração. Evidenciamos aqui que, na exposição desse trabalho, por questão de respeito às pessoas que colaboraram com seus depoimentos, omitimos a

identificação bem como o período exato a que se refere. Pois, o que importa aqui é verificar como a mulher foi se inserindo e o papel que foi exercendo na sociedade ao longo do tempo. Contudo, para uma maior compreensão, classificamos as entrevistadas com numerais de 1 à 9, e, dessa forma, as entrevistas de 1 à 4 fazem menção às entrevistadas ex-primeiras damas, sendo as demais, de 5 à 9, relacionadas a funcionários de instituições filantrópicas e assistenciais de Cascavel citadas no texto.

Também utilizamos periódicos, principalmente noticiários extraídos do jornal “O Paraná¹”, que auxiliaram na compreensão do tema proposto. Interessante remeter a este periódico que, além das notícias encontradas, foram as charges de Wanderley Damasceno, um conhecido artista do município falecido no ano de 2009 que diariamente tinha seu trabalho publicado nesse veículo, um importante documento para demonstrar o contexto cascavelense sobre a área social, além do fato de demonstrar a visão e o posicionamento do jornal frente aos problemas sociais. Para Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad, essa forma de análise utilizando documentos “não convencionais”, se faz possível devido a uma transformação da ótica tradicional da história:

(...) tanto a noção de documento quanto a de texto continuaram a ampliar-se. Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Desta forma, novos textos, tais como a pintura, o cinema, a fotografia etc., foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador (CARDOSO e MAUAD, 1997, p. 402).

E prossegue afirmando que a “imagem visual, (...) é uma unidade de manifestação auto-suficiente, um todo de significação – um texto ou discurso, então – suscetível de análise” (Idem, 1997, p. 404). Em relação à fotografia, podemos afirmar que sua importância se dá

não só pelo passado ao qual nos remete, mas também, e principalmente pelo passado que ela traz à tona. Um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que fazem sentido. Um sentido

¹ Esse jornal possui como slogan os dizeres “Jornal de fato”. Fundado em 15 de agosto de 1976, pelo ex-prefeito então em exercício Jacy Miguel Scanagatta e pelo jornalista Frederico Leopoldo Sefrin Filho. É sem dúvida hoje o maior jornal do município com uma tiragem diária de 32 mil exemplares. Em 2007, o jornal é vendido ao Deputado Federal Alfredo Kaefer, ligado ao grupo Diplomata, um grande conglomerado empresarial do setor primário.

individual que envolve a escolha efetivamente realizada; e outro, coletivo, que remete o sujeito à sua época. A fotografia, assim compreendida, deixa de ser uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo, tanto como imagem/documento quanto como imagem/monumento (Ibidem, 1997, p. 406).

Desse modo, vemos que estes documentos “não convencionais” em muito podem contribuir para a compreensão da temática proposta. Aproveito para aqui esclarecer que, embora seja a discussão de gênero algo muito presente nos meios acadêmicos, procuramos aqui não nos ater a esta discussão e focar as análises no real, no ser homem e mulher nos Estados modernos. Para Guacira Lopes Louro,

(...) gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto se à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado a sua construção social enquanto sujeito masculino ou feminino. (...) agora não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas, sim, os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos (LOURO, 1996, p. 9).

Percebe-se assim que, por “gênero”, entendemos algo maior que a simples diferenciação fisiológica e sim uma construção social na qual papéis são atribuídos aos agentes de determinados locais fazendo emergir certas condutas que se esperam dos indivíduos. Portanto, “gênero”, não pode ser entendido como feminino ou masculino, contudo, é ainda vulgarmente empregado como “sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os estudiosos deste tema (MATOS, 1997, p. 97). Em síntese, demonstramos aqui que a categoria “gênero” expressa o imaginário referente aos papéis que são atribuídos á homens e mulheres no âmbito social, contudo, nossa análise pretende abordar os desafios de ser mulher na sociedade ocidental oficializado pelos séculos de confinamento, exclusão e distanciamento da vida pública. Em suma, trabalhamos na perspectiva da existência de mulheres reais na qual a conduta e as práticas absorvidas por elas estão intimamente ligadas a sociedade de classes em que se inserem.

O trabalho encontra-se organizado em três capítulos. No primeiro, faz-se uma abordagem sobre as formas de tratamento destinados ao meio feminino e a infância, ou seja, busca-se esclarecer o que significa ser mulher e criança no decorrer dos diferentes períodos históricos, bem como esclarecer os caminhos que permitiram a sujeição do feminino ao masculino. No segundo, pretende-se demonstrar que,

embora aconteçam lutas por melhorias envolvendo mulheres e crianças, é somente na esfera política que ela de fato se legitima. Ou seja, para a plena concretização dos direitos, não basta estarem somente no campo jurídico, necessitando também a organização social para a implementação jurídica. Sendo assim, a exclusão do campo político por muitos séculos justifica as tardias conquistas obtidas por estes segmentos. E, no terceiro, discute-se a experiência política das primeiras damas em Cascavel juntamente com a necessidade de proteção à infância carente que, no decorrer dos anos de 1990, foi uma questão que “preocupou” o poder público e em todo caso ainda “preocupa”. Estas questões têm por finalidade levar à compreensão de como a mulher tem sido tratada, compreendida ao longo da história, passando de um ser concebido como a responsável pelo pecado, ou seja, pela introdução dos problemas no mundo, à condição de responsável pela “redenção” da infância marginal.

Capítulo I – A submissão feminina e infantil ao universo masculino: análise histórica de uma opressão

1.1 – Origens da divisão social do trabalho familiar: o nascimento da mulher na historiografia

Conforme o artigo 226 da Constituição Federal brasileira é a família a base da sociedade e, em vista disso, goza especial atenção por parte do Estado. Isto também aparece na Lei Orgânica Municipal de Cascavel-PR, de 1990, que dispõe sobre a importância da família. Em seu artigo 122 afirma que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do município, na forma das Constituições Federal, Estadual e desta Lei”. Portanto, percebe-se que a família, tal como a conhecemos hoje, assume importância vital no atual estágio de desenvolvimento visto que, é dentro dela que se vive, interage, apropria-se de um conhecimento informal, enfim, é dentro destas “células” que surgem os cidadãos, homens e mulheres que constituem os pilares de sustentação dos Estados Modernos. Contudo, esta forma organizacional nem sempre apresentou este aspecto. Para Philippe Ariès, por exemplo, a família medieval era marcada pela falta de intimidade, tendo a rua como uma extensão da casa, ou seja, “nessas existências densas e coletivas, não havia lugar para um setor privado. A família cumpria uma função – assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito longe da sensibilidade” (ARIÈS, 1981, p. 245). Portanto, é a família fruto de um processo histórico, apresentando formas diferenciadas ao longo dos mais diversos períodos do desenvolvimento humano.

No passado um pouco mais distante, na sociedade Romana Clássica, o termo “família” não era utilizado para definir um cônjuge ou um herdeiro, nem mesmo para parentes próximos, antes, era atribuído ao número de escravos de determinado senhor. O termo “famulus” era atribuído aos escravos domésticos enquanto “família” designava o montante de escravos de um indivíduo. Assim, percebe-se que essa expressão designa o poder de um homem sobre os demais, ou trazendo isto para o sentido moderno, representa o poderio que o homem (o chefe da casa) detém sobre os demais membros (esposa e filhos).

Friedrich Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*,

afirma que, este poder do homem, principalmente sobre as mulheres, nem sempre ocorreu desta forma. Nas sociedades primitivas, a vivência entre os sujeitos se dava de forma livre, existindo períodos em que a poligamia e a poliandria imperavam, não sendo encarados como um grave problema. A mulher, neste período, ainda detém grande importância. O autor utiliza como exemplo a etnia dos iroqueses, em especial a tribo dos Senecas, onde demonstra que

na época em que ainda viviam nas antigas casas-grandes (domicílios comunistas de muitas famílias)... predominava sempre lá um clã (uma gens) e as mulheres arranjavam maridos em outros clãs (gens)... Habitualmente as mulheres mandavam na casa; as provisões eram comuns, mas – aí do pobre marido ou amante que fosse preguiçoso ou desajeitado demais para trazer sua parte ao fundo de provisões da comunidade! Por mais filhos ou objetos pessoais que tivesse na casa, podia, a qualquer momento, ver-se obrigado a arrumar a trouxas e sair porta a fora. E era inútil tentar opor resistência, porque a casa se convertia num inferno; não havia remédio senão o de voltar ao seu próprio clã (gens) ou, o que costumava acontecer com maior frequência, contrair novo matrimônio em outra. As mulheres constituíam a grande força dentro dos clãs (gens) e, mesmo, em todos os lugares. Elas não vacilavam, quando a ocasião exigia, em destituir um chefe e rebaixá-lo à condição de mero guerreiro (ENGELS, s/d, p. 41-42).

Para Engels, a família monogâmica surge de forma convergente com a propriedade privada. De acordo com o autor,

seu triunfo definitivo é um dos sintomas da civilização nascente. Baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos na qualidade de herdeiros diretos, entrarão um dia, na posse dos bens de seu pai (Idem, s/d, p. 52).

Tendo o homem aperfeiçoado os meios de trabalho e assim criado um excedente que agora chamamos de propriedade privada, passa a ser ele o grande agente familiar e, devido a isso, os demais integrantes do grupo devem a ele sujeitar-se. Assim, para Engels, o surgimento da monogamia

não aparece na história, portanto, absolutamente como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como uma forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravidão de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: 'A primeira divisão

do trabalho é a que se fez entre homem e a mulher para a procriação de filhos'. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (Ibidem, s/d, p. 54-55).

Assim, a sociedade monogâmica representou uma grande revolução nas estruturas sociais existentes até então, porém, representa o início da opressão de determinados segmentos da sociedade, como no exemplo demonstrado por Engels, a opressão do feminino pelo masculino, que, de certo modo, representa a diminuição da importância feminina no interior das mais diversas sociedades, tendo ela agora que se submeter aos desejos e vontades daqueles que controlam os bens materiais.

Refletir sobre a participação social e política da mulher a partir da obra de Engels, é perceber na origem da família, da propriedade privada e do Estado, o elo que em determinado período histórico decretou a hierarquização dos gêneros. Como resultado, podemos apontar a submissão feminina e o seu controle por meio de mecanismos como o casamento institucional e os códigos que legitimam os direitos de herança.

Assim, estão lançadas as bases para que o universo feminino seja objeto de inúmeros preconceitos. Aquela que um dia necessitou se sujeitar pelo fato de não dominar a propriedade, é também vista de modo negativo devido ao fato de ser considerada fraca, suscetível e herdeira do pecado original como nos mostra a tradição cristã: “E disse a Adão: Porque deste ouvidos à voz de uma mulher e comeste da árvore, de que eu tinha ordenado que não comesses, a terra será maldita por tua causa; tirarás dela o sustento com trabalhos penosos todos os dias de tua vida” (Gênesis: 3, 17). Portanto, a mulher é tida como origem do pecado e, conforme os escritos sagrados, toda a sorte de mazelas que assolam a raça humana seriam resultados da desobediência e ingenuidade da primeira mulher. Conforme Mary Del Priore, as próprias mulheres do período colonial ainda “(...) aceitavam a ideia de que suas regras eram de fato (...) um castigo decorrente do pecado original (...)” (PRIORE, 1997, p. 103).

O ideal misógino que envolve essa sociedade deixara o universo feminino reduzido a um mero apêndice do universo masculino, ou seja, é a mulher uma personagem frágil e, para sobreviver, depende totalmente da proteção e orientação

advinda do mundo masculino. Assim, para a sociedade deste período, é a mulher considerada uma simples coadjuvante da história não tendo ela participação ativa nas transformações sociais que a todo tempo acompanham a humanidade.

Marx e Engels, justificam essa forma de análise histórica pautados no pressuposto de que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante” (MARX e ENGELS, 2008, p. 78). Ou seja, o ideal dominante tende a andar ao lado da classe que domina, este é um dos fatores que permite a dominação desta classe sobre as outras, pois apresenta suas ideias como universais e de interesse de todos.

Jim Sharpe, afirmou que a história de segmentos populares só se tornou realmente aparente em torno de 1789. Com isso,

A história das pessoas comuns como um campo especial de estudo (...) tem início com a história dos movimentos sociais de massa no século dezoito... Para o marxista, ou mais comumente o socialista, o interesse na história das pessoas comuns desenvolveu-se com o crescimento do movimento trabalhista (SHARPE, 1992. p. 45).

Portanto, devido às transformações que se desencadeiam no final do século XVIII, motivadas principalmente pela Revolução Industrial inglesa, onde as mudanças no modo de produção acentuam as desigualdades, estabelecem a consciência de classe junto aqueles que estão desprovidos dos meios de produção. Ou seja, à grande massa operária excluída das relações de poder resta-lhes a organização e a luta por uma nova sociedade pautada em valores que superem a perspectiva de uma sociedade de classes.

Conforme Peter Burke, é somente nos primeiros anos do século XX, que esta nova forma de visualizar a história ganhará força. A “Nova História” começa então a se interessar por toda a atividade humana em contraposição à história tradicional, que buscava a valorização histórica somente dos feitos políticos e militares. Assim, setores que até então eram considerados ahistóricos e que estavam reduzidos ao silêncio começam a ganhar espaço no meio acadêmico, ou seja, “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma 'construção cultural', sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992. p. 11).

Desta forma, podemos verificar que a inserção de setores populares como

campo historiográfico é recente e só aparecem porque também aparecem na história. Para Joan Scott, o fato da história “vista de baixo” ser um fenômeno recente é notório, porém, se abordarmos como problemática a história das mulheres, esta preocupação em tornar este grupo social como um campo historiográfico é ainda mais recente. O autor, aponta para o fato de que

a história das mulheres apareceu como um campo definível principalmente nas duas últimas décadas. (...) Em uma das narrativas convencionais das origens deste campo, a política feminista é o ponto de partida. Esses relatos situam a origem do campo na década de 1960, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação (SCOTT, 1992, p. 63-64).

Para Scott, o movimento feminista deve ser citado, pois, buscou trazer a mulher ao cenário público, lutou contra a opressão e as formas de subordinação imposta às mulheres tentando, acima de tudo, dar visibilidade à mulher. Em suma, o feminismo “(...) apareceu para reivindicar mais recursos para as mulheres e para denunciar a persistência da desigualdade” (SCOTT, 1992, p. 69). Com mais rigor, a partir dos anos de 1960, a mulher deixa de ser considerada um mero coadjuvante da historiografia e passa a ser vista como um agente de construção da história.

Assim, pretende-se aqui esclarecer que, mesmo com as mudanças que ocorreram na historiografia, no início do século XX, com a preocupação em escrever a história a partir de outras perspectivas, intensificado principalmente no final dos anos de 1920, com o surgimento da “Escola dos Annales”, o espaço que cabe a historiografia feminina ainda permaneceria adormecido.

Sendo a tradição cristã influente em todo continente europeu, o ideal de inferioridade feminino será disseminado em todo o Velho Mundo. A Igreja, principal agente do período medieval, encabeçava uma vigilância constante contra essa que considera leviana, influenciável, propícia à imoralidade. Para as autoridades eclesiásticas do século XV, a mulher era portadora de desejos que, quando aflorados colocavam em risco toda a ordem social. Dentre as preocupações religiosas podemos destacar aqui a crença no desvio moral pertencente a este segmento. No ano de 1486, Heinrich Krämer e Jakob Sprenger, dois demonólogos alemães publicam *O Martelo das Feiticeiras*. Para os autores, o fato da mulher ser mais propensa à imoralidade é justificável no fato de que

houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurvada, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepçiona a mente (ARAÚJO apud KRÄMER e SPRENGER. 1997, p. 46).

O ideal de inferioridade feminino é aqui legitimado devido à tradição cristã. Para a sociedade colonial, o ápice da vida feminina seria a maternidade, onde era considerado que, por alguns poucos instantes, ela se distanciava da natureza pecaminosa de Eva e aproximava-se da santidade atribuída a Maria, mãe de Jesus.

Assim, sendo o Brasil uma colônia portuguesa por mais de três séculos, as relações que aqui se estabeleceram eram praticamente reflexo das relações dominantes que imperavam na sociedade portuguesa. Desse modo, a tradição cristã europeia era transportada para além-mar e, às mulheres da colônia, cabia o mesmo destino atribuído as mulheres europeias.

1.2 - A Presença Feminina no Brasil: educação para o lar e o domínio da concepção burguesa

É fácil adivinhar o que virá a ser uma mulher na casa de seu marido, observando o que ela é na casa de seus pais.
Jornal "O Paraná" – 16/05/1976

O histórico da presença feminina em terras brasileiras fez-se primeiro com as mulheres de origem indígena. Durante o período das grandes navegações, as abordagens europeias sobre os nativos denotavam uma ótica negativa a respeito desta cultura. É necessário lembrar que, na visão europeia, a cultura autóctone não era considerada diferenciada nem mesmo portadora de especificidades próprias de sua cultura, antes, era sinônimo de atraso e até mesmo da influência maligna que pairava sobre estas sociedades devido a suas condutas reprováveis². A misoginia da

² "O estado de barbárie teria sido ainda acelerado pelo domínio demoníaco sobre a América. (...) Depois da vitória do cristianismo na Europa, os demônios teriam voado em grande quantidade para o Novo Mundo, procurando refúgio e novas almas para atormentar" (RAMINELLI, p. 42, 1997). Esta afirmação de Ronald Raminelli aponta para o fato das condutas consideradas impróprias da cultura silvícola, como a antropofagia, nudez, imoralidades entre outras, serem associadas as obras de

tradição cristã pesou sobre a mulher nativa e, igualmente, sobre as europeias, que serão consideradas perigosas uma vez que detém em seu ser paixões e tentações vorazes.

A imagem ameaçadora da mulher, responsável pela entrada do pecado no mundo juntamente com o imaginário de que ela era propícia aos vícios da carne, obrigava o homem a adestrá-la já que, até mesmo

no entender de muitos médicos da época, a mulher não passava de um mecanismo criado por Deus exclusivamente para servir à reprodução. Assim como a pluma de um poeta ou a espada de um guerreiro, ela era só um instrumento passivo do qual seu dono se servia (Idem, 1997, p. 83).

Portanto, qualquer atividade exercida pelo meio feminino que fugisse a sua missão divina (a maternidade), era considerado um risco ao bom funcionamento das relações sociais. A diferença entre homens e mulheres, portanto, não se devia somente ao corpo físico, mas principalmente às suas características morais.

Emanuel Araújo, reforça esta ideia justificando que a vigilância empreendida para com as mulheres é extremamente necessária, visto que, ao menor descuido, comprometeu ela toda a criação divina. Assim,

das leis do Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas (ARAÚJO, 1997, p. 45).

O sistema familiar predominante do período colonial é o patriarcalismo. Neste sistema é o pai o grande chefe da casa tendo ele plenos poderes sobre todos os familiares e agregados residentes em suas terras. O patriarcalismo estava ligado às grandes oligarquias rurais do período colonial na qual eram os senhores de engenho figuras imponentes. Para Gilberto Freyre, esta elite dominante no Brasil do açúcar tem plenos poderes durante o período colonial. Mesmo a Igreja³ com sua enorme

Satanás e seus anjos.

³ “Na expressão popular hoje irônica – ‘Vá queixar-se ao bispo’ – esgotados os apelos à polícia, ao governo, à justiça, sobrevive a antiga ideia do prestígio eclesiástico maior que o civil dentro da qual formou-se o espírito da gente peninsular. Principalmente na Espanha. No Brasil já esse prestígio não seria tão grande. As condições de colonização criadas pelo sistema político das capitânias

influência no continente europeu passou a estar sujeita ao domínio destes senhores. Para Freyre, a presença religiosa no Brasil foi de grande valia para a formação social do país, pois, nos primeiros séculos da colônia esta instituição supriu a “lassidão do nexo político ou de mística ou consciência de raça” (FREYRE, 2004, p. 271). O autor destaca que

(...) a igreja que age na formação brasileira, articulando-a, não é a catedral com o seu bispo a que se vão queixar-se os desenganados da justiça secular; nem a igreja isolada e só, ou de mosteiro, ou abadia, onde se vão açoiar criminosos e prover-se de pão e restos de comidas mendigos e desamparados. É a capela de engenho. Não chega a haver clericalismo no Brasil. Esboçou-se a dos padres da companhia para esvaír-se logo, vencido pelo oligarquismo e pelo nepotismo dos grandes senhores de terra e escravos (Idem, 2004 p. 271).

Assim, nos primeiros séculos da colonização, são os senhores de engenho os grandes nomes da sociedade brasileira impondo-se até mesmo à autoridade da Igreja uma vez que, era a colônia, distante dos grandes centros administrativos o que enfraquecia tanto a imagem do rei como a do Papa.

Nesta sociedade, a mulher deveria sujeitar-se totalmente a autoridade paterna e, após o casamento, deveria submeter-se a autoridade do marido. Embora a Igreja não detenha a mesma autoridade que apresentava no continente europeu, baseada em preceitos bíblicos, exercerá grande influência para o adestramento do universo feminino. Esta repressão será legitimada devido ao fato de que o Apóstolo São Paulo exprimiu de forma clara junto à “Epístola aos Efésios” que “as mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a Cabeça da Igreja... Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos”. A tradição cristã, somada

hereditárias e mantidas pelo econômico, das sesmarias e da grande lavoura – condições francamente feudais – o que acentuaram de superior aos governos e à justiça del-Rei foi o abuso do coito ou homizio pelos grandes proprietários de engenhos; e não pelas catedrais e pelos mosteiros. Criminosos ou escravo fugido que se apadrinhasse com senhor de engenho livrava-se na certa das iras da justiça ou da polícia. Mesmo que passasse preso diante da casa-grande bastava gritar: - 'Valha-me, seu Coroneu Fulano'. E agarrar-se à porteira ou a um dos moirões da cerca. Da mesma maneira que outrora, em Portugal, refugiando-se o criminoso à sombra das igrejas, escapava ao rigor da justiça del-Rei. As igrejas portuguesas tornaram-se até escandalosas na proteção a criminosos. Anteciparam-se nesses abusos aos engenhos patriarcais do Brasil” (FREYRE, p. 270-271, 2004). Conforme Gilberto Freyre, a onipotência dos senhores de engenho será afrontada somente no século XIX, quando o então Imperador Dom Pedro II, tentará restringir o poderio senhorial visto muitas vezes como “couteiros de assassinos”. Para mais esclarecimentos sobre o poderio senhorial no Brasil colonial consultar a obra de FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Ed. Global, 49ª Edição. São paulo, 2004.

ao velho costume patriarcal, empurrara o campo de atuação feminino para o interior do espaço privado num silêncio absoluto.

Além de ser a imoralidade um tema constante na vida feminina, durante o Brasil Colônia, outra preocupação acompanhará os teóricos do período, o surgimento de um grande número de “feiticeiras”, curandeiras e benzedadeiras que, no Brasil, serão bem difundidas. Devido ao pouco conhecimento da medicina⁴, juntamente com o grande distanciamento da colônia de sua metrópole, fizeram com que muitas mulheres, com um saber informal passado de mãe para filha visando a sobrevivência dos costumes e tradições femininos, somado ao pouco número de médicos (que na maioria dos casos, pouco podiam fazer pelos doentes) existentes na colônia, buscassem suas ervas mágicas, rezas e adivinhações para espantar espíritos demoníacos, uma forma alternativa junto à medicina tradicional, que fez com que muitas delas ganhassem popularidade uma vez que, nos lugares mais longínquos, praticamente inexistia a presença de profissionais ligados à área da saúde.

Mesmo buscando solucionar o problema da falta de médicos, que eram reduzidos em número e em conhecimento, as mulheres ligadas ao curandeirismo não encontraram apoio junto à instituição eclesiástica. Sendo a medicina ineficaz, abria espaço para métodos de tratamentos alternativos e estes fugiam totalmente do rigoroso controle da igreja.

Este fenômeno acontecia também no Velho Continente. Para o professor Marcos Antônio Lopes, é importante ressaltar o papel da mulher na sociedade europeia a partir do século XVI. Era ela

elemento-chave na conservação e transmissão do patrimônio da tradição popular. Isto porque eram elas que detinham o monopólio local das curas,

⁴ Conforme Mary Del Priore, enquanto outras nações europeias passavam por uma revolução intelectual como França, Inglaterra e Holanda, alcançando assim um grande desenvolvimento na área medicinal, vários fatores contribuíram para o atraso da medicina portuguesa. A Santa Inquisição, caçadora de discursos contrários aos dogmas tradicionais pode ser apontada como principal. Durante os séculos XVI e XVII, “os jesuítas, o Tribunal do Santo Ofício e a Coroa, uniram-se contra qualquer nova iniciativa científica e cultural, considerando-as todas pura heresia. Tal reação levou as universidades e os colégios a uma dura fase de estagnação na qual os alunos eram instruídos exclusivamente com livros dos ‘velhos mestres’, como Aristóteles, ou Galeno. O ensino oficial de medicina mostrava-se impermeável a todo o progresso que se verificava fora de Portugal, continuando a oferecer, para a desgraça de seus doentes, um exemplo extremo de dogmatismo. Carente de profissionais, desprovido de cirurgiões, pobre de boticas e boticários, Portugal naufragava em obscurantismo, e levava a colônia junto. O discurso de seus médicos inscrevia-se naturalmente no discurso da igreja” (PRIORE, p. 80, 1997).

dos partos, da educação das crianças, chegando ao ponto de desenvolverem uma linguagem ritual cifrada. As mulheres, uma espécie de retaguarda da cultura camponesa, eram motivo de frequente inquietude para a hierarquia eclesiástica, pelas dificuldades encontradas em controlar certas práticas rituais que muitas vezes escapavam por completo ao entendimento da igreja. Eram elas que transmitiam, de geração em geração, uma cultura popular amiúde diferente e até divergente da ortodoxia católica (2001, p. 17).

Pode-se dizer portanto que era a mulher um foco de resistência frente a uma das maiores instituições do Antigo Regime, a Igreja. Além disso, a educação das crianças, vista já como atribuição feminina, dava-lhes certa autonomia para compartilhar um saber que por vezes fugia à forte censura eclesiástica.

Os rituais realizados por algumas mulheres no âmbito da colônia eram sinônimos de bruxaria, feitiçaria, rituais demoníacos entre outras definições negativas. Estava assim criado o estereótipo da “bruxa” em terras brasileiras. Este imaginário provavelmente está ligado à preocupação da Igreja em

impedir o acesso de leigos ao mundo sobrenatural (...). Curandeiras e benzedoras que curavam com 'orações, benzimentos, rezas e palavras santas', pertencentes ao monopólio eclesiástico, passaram a ser sistematicamente perseguidas, pois as palavras que empregavam eram consideradas sobretudo pelos inquisidores do Santo Ofício, de inspiração diabólica” (PRIORE, 1997, p. 92).

Assim, no período colonial brasileiro, as mulheres eram duplamente atacadas: primeiramente por serem mulheres e, posterior a isso, por serem detentoras de um saber que fugia ao controle da Igreja. Com isso, era legitimada a constante vigilância em que emergia junto ao feminino encarcerando a mulher no interior dos muros domésticos.

A privação conferida ao público feminino será justificada a partir de uma proteção necessária. Aos olhos da sociedade colonial, este confinamento não apresenta malefícios para este gênero, pois, por mais que a clausura possa parecer desumana, não será ela separada de sua sina, a gestação.

Como sua vida se passa quase que na totalidade no espaço privado, o ideal de educação que podemos encontrar aqui será aquele destinado aos afazeres domésticos, ou seja, uma educação informal que se mistura com “sua missão”. A educação formal será privilégio para uns poucos bem nascidos da colônia, e, mesmo assim, homens. Conforme afirma Emanuel Araújo

(...) o adestramento da sexualidade, como parece claro, pressupunha o desvio dos sentidos pelo respeito ao pai, depois ao marido, além de uma educação dirigida exclusivamente para os afazeres domésticos. Francisco Manuel de Melo, contemporâneo de Gregório de Matos, afirma em sua 'Carta de Guia de Casados', de 1651, que às mulheres bastavam as primeiras letras, visto que seu melhor livro é a 'almofada e o bastidor' (ARAÚJO, 1997, p. 49-50).

A “almofada e o bastidor” apontados aqui aludem para o anonimato que deve cercar a figura feminina no meio social, cabendo assim uma educação formal mínima e muitas normas a serem seguidas. Ser mulher no período colonial é, portanto, ser mais educada do que instruída. Para Norma Telles, ser ignorante seria parte do figurino feminino utilizado como atributo de distinção social. Porém, esta realidade será determinante para a pouca participação feminina nas decisões políticas por muitos séculos. Assim “a situação de ignorância que se pretende manter a mulher é responsável pelas dificuldades que encontra na vida e cria um círculo vicioso: como não tem instrução, não está apta a participar da vida pública, e não recebe instrução porque não participa dela” (TELLES, p. 406, 1997). A pouca educação formal recebida pelas mulheres deve ser ainda apresentada dentro da doutrina cristã, legitimando e reforçando assim o pensamento de submissão total ao marido.

Esta forma de visualização do gênero feminino tomará novos contornos conforme o desenvolvimento brasileiro aos poucos vai confirmando a superação do modelo patriarcal e rural pelas relações burguesas e urbanas. É necessário lembrar aqui que a vida urbana no Brasil é algo recente, praticamente inexistindo no Brasil do século XIX, até então, um grande país rural. Para Maria Ângelo D’Incao, “quando vamos nos aproximando do século XIX, a cidade brasileira vai se tornando um apêndice do corpo rural; reflete a estratificação rural, mínima população fixa, uns poucos artesãos, mais um grande número de pessoas sem muito o que fazer” (D’INCAO, 1997, p. 224). Somamos a isso o fato de que não existiam neste período leis que estabelecessem controle de limpeza e do próprio uso das cidades. Estas se pareciam mais com grandes drenos “de toda a água residual, e o cheiro era tão sufocante que um dos ministros do governo português registrou por escrito sua insatisfação diante da situação” (Idem, 1997, p. 224). Portanto, nas palavras da autora, “a cidade [brasileira] estava literalmente podre” (Ibidem, 1997, p. 225).

O ideal que pairava sobre o sentido de “civilidade” até o início do século XX remetia para o continente europeu. Devido a isso, buscar-se-á europeizar as poucas cidades brasileiras almejando assim adentrar o país em níveis mais elevados de progresso. É esta a primeira transformação da cidade brasileira. O que marcara este novo momento é o fato de que esta modernização do espaço urbano determina a superação das relações de cunho senhoriais e se intensificam as relações de tipo burguês. Com a modernização das cidades e a implantação das relações de cunho burguês, aparecerá pela primeira vez a mulher como grande agente social. Ela que estava até então confinada dentro do espaço privado, passa a ser vista no meio urbano como a “grande mãe”, responsável pelo bem estar da família e, principalmente, a que cuidaria da imagem do homem público.

Dentre os muitos atributos que podemos pontuar como ligados ao status social de determinada família, destaca-se agora a exclusividade da mulher nas atividades familiares. Aquela que antes era prisioneira do espaço privado devido a sua propensão à imoralidade, agora é cativa do mesmo espaço, porém, como uma forma de demonstrar o progresso social da família, ou seja,

(...) o isolamento feminino nas atividades de esposa, mãe e dona de casa tornou-se forma de distinção para uma classe urbana abastada e, também, para funcionários públicos, pequenos comerciantes e proprietários urbanos, estes últimos desejando ascensão social (PEDRO, 1997, p. 285).

Outra novidade que cabe aqui pontuar está no fato de que antes, a mulher era vigiada pela família e pela Igreja, depois passa a ser submetida à vigilância (informal) de outras esferas. Na medida em que este imaginário tomava conta do meio social, a mulher passou a ser avaliada pelos “outros”.

Assim, a mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre – ‘a convivência social dá maior liberdade às emoções’ -, não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. (...) Da esposa do rico comerciante ou do profissional liberal, do grande proprietário investidor ou do alto funcionário do governo, das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível e prestígio social já existentes, quer em empurrar o status do grupo familiar mais e mais para cima. (D'INCAO, 1997, p. 228-229).

Mais do que nunca, a permanência ou entrada das famílias no rol da elite dependia muito do bom comportamento feminino nos espaços públicos. Embora a sociedade burguesa apresente uma mudança na forma de tratamento ao feminino, sua participação no espaço público é limitada e, se de algum modo envolve-se com o mundo do trabalho, sua presença não é bem vista. Não é por acaso que até hoje encontramos diferenças salariais entre homens e mulheres, até mesmo para as mesmas funções. Sua participação deve limitar-se à auxiliadora familiar, o que passar disso pode ser um risco à sociedade e um abandono de sua tarefa social. Sobre isso, Telles esclarece que “o discurso sobre a 'natureza feminina', que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como 'força do bem', mas quando 'usurpadora' de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como 'potência do mal'" (TELLES, 1997, p. 403).

Com relação às profissões exercidas pelas mulheres em território brasileiro, é necessário dizer que, devido a suas poucas letras, a mulher era excluída totalmente deste espaço, independente da classe social a que pertencesse. Mesmo no início do século XX, “os pais desejavam que as filhas encontrassem um 'bom partido' para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões” (RAGO, 1997, p. 582).

Para Margareth Rago, mesmo quando vamos nos aproximando do século XX, o ideal misógino ainda acompanha a sociedade ocidental. Para ela, muitos teóricos brasileiros

acreditavam, ao lado de teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade (RAGO, 1997, p. 585).

O casamento era pontuado como primeira busca essencial para a realização da grande “dáviva” divina, ser mãe e cuidar do bom andamento da família. Esta conduta deveria estar presente nos projetos de todas as moças. Qualquer plano que fugisse à norma poderia ser encarado como imoralidade e até mesmo como acesso de loucura.

No decorrer do século XIX, a educação positivista abriu maior espaço à participação social das mulheres, contudo, permanece a preocupação em deixá-la protegida no interior da casa. Para esta corrente de pensamento, a mulher deveria ser instruída pois, é ela a primeira educadora dos filhos e, sendo assim, é ela a formadora dos futuros líderes nacionais e, depende também dela o progresso do país. Para o pesquisador João Carlos da Silva, o apostolado positivista considerava que

na evolução da espécie humana, a mulher tornou-se um ser menos egoísta, mais sóbrio, com baixo instinto sexual, capaz de sacrificar-se à grosseria do homem e de perdoar erros, sendo fundamentalmente pura. Para o apostolado, na hierarquia social, a mulher era, portanto, elemento central da ordem humana e do progresso da humanidade, sendo o poder intermediário entre a humanidade, os conhecimentos e os seus filhos (SILVA, 2008, p. 123).

Contudo, o lugar ideal para a mulher seria no interior do lar, tendo assim tempo para dedicar-se ao cuidado dos filhos. Portanto, sob esta vertente “a mulher, a 'pedagoga da modernidade', nasce com instintos e habilidades adequados para educar uma criança” (SILVA, 2008, p. 123).

Seguindo esta mesma linha, Joana Maria Pedro demonstra que, diferentemente do ideal colonial, “o positivismo não afirma a inferioridade intelectual das mulheres, mas sim que sua inteligência é complementar a do homem” (PEDRO, 1997, p.299). Para os positivistas, portanto, é dentro desta perspectiva que deve caminhar a educação feminina. O periódico “Olho da Rua”, de 1911, afirmava que “as nações serão grandes e felizes, visto como o desenvolvimento material, a expansão econômica, depende da cultura nacional, da mulher, em cujos regaços formam os bons e os maus elementos, que constituem a força do Estado” (PEDRO, 1997, p. 293). Mesmo tendo ela participação ativa no desenvolvimento do país, para os positivistas, existiam domínios que ainda seriam únicos ao mundo masculino. Como exemplo, apontamos para o fato de que a mulher não deveria possuir dinheiro “um objeto sujo, degradante, e essencialmente masculino, portanto contrário à sua natureza. A mulher deveria se restringir ao seu 'espaço natural', o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público” (RAGO, 1997, p. 592).

A busca por realizações profissionais e por um conhecimento superior,

portanto, entram em conflito com os costumes de uma época. O casamento desempenha, mesmo nas primeiras décadas do século XX, um papel de destaque entre as moças. Não conseguir casar era sinônimo de total fracasso social.

Sendo o casamento a busca de toda a mulher, existiam normas de conduta e comportamento em que, segundo os padrões sociais, demonstravam se iria a pretendente ser uma esposa dedicada. Os homens procuravam o esteriótipo da mulher perfeita e, na sociedade brasileira urbanizada, este padrão era definido como

uma mistura de imagens; a mãe piedosa da igreja, a mãe educadora do Estado Positivista, a esposa companheira do aparato médico-higienista. Mas todas elas convergiam para a pureza sexual, virgindade da moça, castidade da mulher. Para a mulher ser 'honesta' devia se casar; não havia outra alternativa. E para casar, era teoricamente preciso ser virgem. O próprio Código Civil previa a anulação do casamento quando constatado pelo marido a não-virgindade da noiva (FONSECA, 1997, p. 528).

O periódico “Veritas”, de 1920, da cidade de Curitiba em “Página Reservada aos homens” aconselhava: “a mulher que não tem ciência de dona de casa, pondera um sisudo autor moderno, é um membro inútil na sociedade conjugal: no orçamento doméstico presa (*sic*) como um capital permanente de despesa e desperdício, e não figura como fonte de receita e de poupança” (PEDRO, 1997, p. 294-295).

Com a exposição feita acima, buscamos demonstrar que o modo burguês reorganizou as vivências domésticas no Brasil. É necessário pontuar aqui que estas modificações sociais brasileiras não representam um caso *sui generis*, antes, refletem muito mais as transformações que ocorriam no espaço europeu, tido este como sinônimo de civilidade.

Para D'Incao, “cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família 'burguesa e higienizada'” (D'INCAO, 1997, p. 229).

Um outro fator importante na representação do ideal feminino do século XIX é relativo à etnia. Miridan Knoux Falci, em seu estudo sobre as mulheres no sertão nordestino aponta para o fato de que “as avós, preocupadas com o branqueamento da família – sinal de distinção social – perguntavam às netas, quando sabedoras de um namoro firme, 'minha filha, ele é branco?' primeira condição de importância naquela sociedade altamente miscigenada” (FALCI, 1997, p. 243). Em suma, o ideal

de mulher perfeita pode ser respondido aqui como mulher branca e da elite.

Esta realidade é totalmente afastada das camadas mais carentes. O trabalho feminino visto como um empecilho para o bom desenvolvimento social e até mesmo para a segurança da mulher é para as mulheres pobres questão de sobrevivência. Para elas, cercadas por um discurso oficial totalmente inadequado à sua realidade, tendo o trabalho como condição necessária à manutenção da família, estarão a mercê de toda sorte de infortúnios. Para Cláudia Fonseca, “o salário minguido e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da 'mulher pública'” (FONSECA, 1997, p. 516). Portanto, a mulher que adentrava ao mundo do trabalho, mesmo que por necessidade, não era “admirada por ser 'boa trabalhadora', como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio sexual era lendário” (FONSECA, 1997, p. 516).

A inserção social das mulheres pobres se dava, portanto, de uma forma diferenciada daquela pregada pela moral oficial, sendo assim, eram essas mulheres consideradas não dignas e imorais. Necessário pontuar aqui que para as mulheres negras, o convívio social se dava de forma ainda mais dramática. Para Rago, mesmo após a abolição da escravidão no país, as mulheres negras continuariam a trabalhar nos serviços mais desqualificados, tendo uma remuneração financeira indigna além do péssimo tratamento que a sociedade em geral lhe despendia. Os registros disponíveis sobre estas mulheres da região sudeste do Brasil apontam para o fato de serem normalmente “apresentadas (...) como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, portanto, de qualquer direito de cidadania” (RAGO, 1997, p. 582). Portanto, estas mulheres possuíam uma condição de vida mais dificultosa que as mulheres brancas de mesma condição social.

Este pensamento começa a apresentar modificações com a intensificação da industrialização e da urbanização do país, surgindo assim novas oportunidades de negócio para os homens e, dessa forma, o desinteresse masculino por algumas profissões fará emergir oportunidades de trabalho para o público feminino⁵. Assim,

⁵ Embora a participação das mulheres no mercado de trabalho seja considerado algo recente, a participação das mulheres de famílias nobres no campo profissional pode ter como marco inicial os conventos do Brasil colonial. Ter uma filha no convento já foi símbolo de destaque social. Portanto, os conventos brasileiros em sua origem receberam uma leva de moças que por vezes não se sentiam

algumas profissões começam a ser dominadas pela presença feminina. Cito como exemplo o caso do magistério que, mesmo aparecendo como natural o grande número de mulheres presentes nesta função, não era esta a realidade até o século XIX. Porém, destaco aqui que a participação da mulher mesmo no magistério, profissão em que a presença feminina aparece de forma marcante, não se deu de forma tranquila e sim sob muitas polêmicas, pois estariam as mulheres agindo fora de seu campo de atuação. Estas discussões chegariam ao veredito de que é necessário para atuar junto ao “magistério características tidas como ‘tipicamente feminina’: paciência, minuciosidade, afetividade, doação” (LOURO, 1997, p. 450). A aceitação em nível social para a feminilização de determinadas profissões respeitou, portanto, o imaginário presente da época. Profissões como o magistério e enfermagem, por exemplo, eram entendidas mais como uma extensão da maternidade do que uma profissão.

Assim, o novo espaço público começa a ser constituído, agora com a presença feminina, porém, limitada à algumas funções. O espaço público, na sociedade ocidental, sempre foi de domínio masculino e, sendo assim, a participação da mulher neste território ocorre de forma secundária, nos papéis desprezados pelos homens.

Algumas imagens irão acompanhar as mulheres independente da classe a que pertencem. Apesar de ter ocorrido uma série de transformações sociais em decorrência das mudanças que foram ocorrendo na produção do conhecimento e no trabalho, e muitas mulheres terem galgado à testa de postos-chaves na administração e na política, a função doméstica, por exemplo, ainda hoje é tida basicamente como atividade feminina. Para a sociedade do final do século XIX, os afazeres domésticos (cuidar de filhos, lavar e passar roupas, fazer limpeza, cozinhar, lavar louça, dentre outros) eram exclusividade das mulheres. Mesmo aquelas que estavam ativamente envolvidas com o mundo do trabalho deviam exercer essa função, ou seja, o trabalho não deveria ser empecilho para o desempenho das funções atribuídas ao gênero feminino. Contudo, pode-se dizer

“vocacionadas”, e sim pressionadas. A falta de um bom partido que pudesse desposar a filha do nobre ou se esta apresentasse condutas desviantes era sinônimo de clausura no convento. Assim, essas mulheres advindas do seio da alta elite brasileira começaram a desempenhar atividades “necessárias à sociedade, particularmente no campo da saúde e da assistência social. Afora as mulheres pobres, as freiras foram as primeiras a exercerem uma profissão, quando ainda a maioria da população feminina era “do lar” (NUNES, 1997, p. 482).

que, o trabalho feminino era quase que uma exclusividade das mulheres humildes. Carla Bassanezi afirma que mesmo no Brasil dos anos de 1950, “não era muito fácil encontrar esposas de classe média trabalhando fora de casa a não ser por necessidades econômicas, situação que, de certa forma, poderia chegar a envergonhar o marido” (BASSANEZI, 1997, p. 625)

Portanto, essa pode ser considerada a primeira forma de participação política da mulher brasileira, pautado no modelo burguês positivista que consistia em ser o exemplo de esposa e mãe, aquela que se dedicava integralmente ao lar, da qual dependia até mesmo o sucesso da família. Convém aqui lembrar, porém, que este é o ideal burguês de participação social da mulher. Nas demais classes, principalmente das classes mais baixas, as necessidades levam as mulheres a um outro tipo de inserção social, envolvidas diretamente com o mundo do trabalho, tendo assim, importante participação no sustento da família.

Da mesma forma que o ser “mulher” em nossa sociedade implica em assumir para si condutas e normas que se esperam desse gênero, e isto vem sofrendo modificações principalmente nas últimas décadas, as relações que se estabelecem entre sociedade e infância também são resultados de um longo processo histórico que, de igual modo ao universo feminino, foram por séculos tratados com indiferença tendo suas particularidades negligenciadas. Assim, veremos a seguir o processo que possibilitou uma nova interação deste seguimento com os mais diversos setores que formam a sociedade.

1.3 - Infância e Adolescência: percurso histórico

A criança deve ser educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas à serviço de seus irmãos.

Declaração dos Direitos da Criança, Art. 4º.

Como dissemos, de igual modo ao meio feminino, o espaço destinado ao público infantil é resultado de um processo histórico que sofre interferência direta na medida em que as condições sociais se modificam. Busca-se aqui fazer alguns apontamentos sobre o conceito de infância nos Estados modernos e, juntamente a

isso, fazer um levantamento histórico deste segmento com o intuito de, assim, trilhar os caminhos que influenciaram na forma como a concepção adulta percebe seus pequeninos. Partimos do período medieval, pois, conforme Marx, “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela” (MARX, 2005, p. 828). Portanto, as formas de relacionamentos de todas as esferas sociais sofreram inúmeras transformações com acentuadas modificações após a consolidação do modo de produção mercantil.

Como podemos encontrar na obra de Phillip Ariès (1981), a ideia de infância era algo totalmente diferenciado para o pensamento medieval, ou seja, até o século XVI, não existia ainda a compreensão de se “limitar a infância pela puberdade. A ideia de infância estava ligada à ideia de dependência. (...) Só se saía da infância ao se sair da dependência, ou ao menos dos graus mais baixos da dependência” (ARIÈS, 1981, p. 42).

Para este autor, a “descoberta” da infância pode ser visualizada através dos estudos iconográficos do período medieval. “Até o século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la” (ARIÈS, 1981, p. 50). Em suma, através das pinturas, o sentimento pela infância é materializado, ou seja, não existe na arte desse período uma expressão particular de infância e, quando necessita representá-la, é apresentada na forma de homens feitos em tamanho reduzido. A análise dos trajes infantis, demonstra de forma clara a inexistência de um período cronológico humano caracterizado pela proteção tal como é hoje atribuído à infância, uma vez que as vestimentas adultas são as mesmas utilizadas pelas crianças⁶. Da mesma forma podemos falar no tocante às brincadeiras. No início do “(...) século XII, não existia uma separação tão rigorosa como hoje entre brincadeiras e os jogos reservados às crianças e as brincadeiras e jogos dos adultos. Os mesmos jogos eram comuns a ambos” (ARIÈS, 1981, p. 88). Assim, era natural às crianças medievais disputarem jogos de azar, cartas, brigas de galo, entre outros.

Portanto, é necessário dizer que para a sociedade medieval, a infância não

⁶ Muitas são as críticas referentes aos estudos de Phillippe Ariès devido a sua análise etnográfica não levantar questionamentos aos problemas ligados ao contexto medieval. As vestimentas utilizadas pelos indivíduos do século XV podem ser consideradas iguais a todos pelo fato de que a produção deste período era diferenciada dos tempos atuais, contudo, é inquestionável o valor da obra de Ariès para a história da infância.

era algo temporal, nem mesmo visualizada como uma fase humana, permeada pela noção de fragilidade. Não existia a concepção de um universo infantil separado da vida adulta, pois, a aprendizagem, o trabalho, o lazer e as brincadeiras desenvolviam-se no mesmo espaço. Juntamente a isso, devido às condições de vida do período, podemos destacar a existência de um sentimento de “banalização” da infância pelos adultos. Isso pode ser explicado devido a alta taxa de mortalidade que pairava sobre a sociedade deste período, resultado de uma sociedade que vivia sobre precárias condições de higiene e sofria com constantes surtos de epidemias, guerras e fome⁷.

Desta forma, por se tratar de um organismo mais vulnerável, um corpo ainda em formação, apesar de estarem vivas, acreditava-se que as crianças estavam mais perto da morte do que da chegada à vida adulta. Sendo o indivíduo infantil um organismo ainda em desenvolvimento, de saúde frágil, somado às péssimas condições de vida do período medieval, inúmeras mortes serão registradas, sendo assim, a perda de uma criança passa a ser vista como um fato rotineiro e extremamente natural. Portanto, “as pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual (...). Não se pensava como normalmente acreditamos hoje, que a criança já tivesse a personalidade de um homem. Elas morriam em grande número” (ARIÈS, 1981, p. 56-57).

Podemos acrescentar a isso um outro fator para a falta de apego dos adultos europeus à infância. O procedimento habitual para a criação das crianças dizia que, a partir dos sete anos de idade, esta deveria ser enviada a outras famílias no intuito de que aprendesse trabalhos e valores morais. Estes ensinamentos não eram repassados pela família legítima devido à crença de que

a afetividade seria um obstáculo para a aquisição da auto disciplina e, portanto, uma relação mais distante entre mestre e aprendiz facilitaria a realização da educação. Nesse aspecto, todos, qualquer que fosse a sua fortuna, enviavam suas crianças para casas alheias, enquanto recebem em seu próprio lar crianças estranhas (RECHIA, s/d, p. 1).

A aprendizagem consistia na observação e na prática, na passagem de

⁷ “A fame, impidemia, et bello libera nos, Domine! (da fome, da epidemia e da guerra, livrai-nos, Senhor!). Assim exprimia-se uma antiga prece, carregada de angústia e de dramas”. A fome, a epidemia e a guerra são caracterizadas neste período como a trindade do mal. Para mais detalhes sobre este assunto consultar a obra de WOLFF, Philippe. *As fomes; as epidemias; a guerra. In: Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?* São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1988.

conhecimentos de uma geração para outra sem os inconvenientes que pudessem atrapalhar este processo, como o caso da afetividade. Não existia ainda a preocupação da criação de uma disciplina de cunho escolar para os pequenos, sendo a disciplina das corporações de ofício considerada suficiente para a manutenção da ordem. Em uma sociedade predominantemente rural, a riqueza estava inevitavelmente ligada a terra e, desta forma, no modo de produção feudal, a mobilidade social era estamental, ou seja, praticamente não existia. A posse das terras fez com que esta sociedade fosse dividida em dois grupos distintos que podemos caracterizar como os “senhores” e os “dependentes”. Portanto, enviar a criança para aprender ofícios, mandá-la para outras localidades não era apenas uma busca para melhor educá-la nos padrões do período, era também uma alternativa à dura realidade a que muitos estavam destinados. Interessante pontuar aqui que, nesse período, a educação formal não era prioridade na educação dos jovens, ou seja,

não havia nesse período separação rígida entre trabalho, estudo e lazer. Na Idade Média não havia a escola tal como a conhecemos nos dias atuais, visto que predominava nesse período o aprender-fazendo, isto é, a aprendizagem e a educação tinham lugar como socialização direta de uma geração por outra, mediante a participação cotidiana das crianças nas atividades da vida adulta e sem a intervenção sistemática de agentes especializados que representa hoje a escola (RECHIA, s/d. p. 2).

É necessário destacar aqui que com o desenvolvimento do sistema mercantilista, novas práticas sociais também são estabelecidas e, assim, surgem novas práticas relacionadas ao público infantil. Estas mudanças serão mais significativas, conforme Ariès (1981), após a descoberta de dois sentimentos ligados à infância: a paparicação, que considera a criança um ser inocente e puro, e a exasperação, que consiste na crença de que a criança era um ser incompleto e imperfeito necessitando ser moldada, ou seja, deve-se guardá-la e vigiá-la para receber de forma saudável os valores considerados próprios de uma boa educação. Ariès considera esses sentimentos como inéditos, e aponta para o fato de ser este o princípio da separação dos espaços adulto e infantil.

O primeiro sentimento da infância – caracterizado pela paparicação – surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos

eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar (ARIÈS, 1981, p. 164).

A criança passa a assumir um papel central dentro da sociedade e principalmente da família, é ela a distração e entretenimento dos adultos (paparicação), e também aquela que merece cuidados (exasperação).

Esta descoberta da fragilidade infantil começará a despertar a preocupação de outras esferas da sociedade que irão buscar novos meios para se relacionar com esta nova categoria. Assim, “encorajado pela Igreja e pelo Estado, o casal delegou uma parte de seus poderes e de suas responsabilidades ao educador” (PEIXOTO, 1997, p. 146).

Nesse sentido a vida da criança vai sendo tutelada pelo padre da família, que dá conselhos à mãe, o mesmo acontecendo com o médico particular e, muitas vezes, com o professor particular. Todos opinavam e a mulher ia sendo responsabilizada pelo êxito da formação de seus pequenos, ao mesmo tempo que o patriarca da família ia perdendo autoridade para o Estado (MÜLLER e MORELLI, 2002, p. 11).

Surge com isto a preocupação com os cuidados físicos, sendo as famílias objeto de cuidado dos higienistas e, com relação às crianças, cabe os cuidados para uma infância produtiva, onde serão tratadas as suas especificidades, ou seja, este é o momento em que surge a necessidade da institucionalização da infância, sua escolarização.

Segundo Rechia, “as crianças agora são encerradas, e a política de controle sobre a infância caracteriza-se diferentemente para distintas classes sociais” (s/d, p. 3-4). Assim, podemos caracterizar a infância como uma construção ideológica e social que emerge no meio de uma sociedade de classes historicamente construída. A interferência do Estado na forma de educar as crianças será absorvida por todos à medida que se pensa a escola como uma forma de combater instintos negativos que devem ser reprimidos e sujeitados ao domínio da razão e, principalmente, como uma forma de aumentar os ganhos familiares.

Portanto o sentido de dependência sofrerá variações de acordo com a classe social. O exercício de uma atividade rentável realizada por uma criança não tem o mesmo significado em todas as classes, visto que, para os adultos que vivem da venda de seu trabalho, a falta de uma atividade profissional da criança significa perder ganhos. O interesse na escolarização aumentará na proporção em que esta poderá retornar em ganhos. A educação passa a ter valor de investimento (a médio ou a longo prazo), isto é, acredita-se que, através da escola, a criança contribuirá para aumentar o capital familiar (RECHIA, s/d, p. 4).

A Igreja, que legitimava a submissão do universo feminino ao masculino, também terá importante papel na formação moral da educação da criança. Nenhuma outra forma de pensamento teve tanta influência no mundo ocidental quanto o pensamento cristão, principalmente no decorrer do período medieval onde a Igreja era sua principal instituição. Para garantir esta hegemonia, ela foi chamada a agir e garantir uma disciplina rígida que viesse atender às necessidades da formação deste ser em desenvolvimento. Amparado em passagens bíblicas, o castigo físico será incorporado na escola cristã. Isto se deve ao fato de que,

havia a crença de que, o corpo, como um cavalo selvagem, necessitava ser dominado fisicamente, na carne, possibilitando assim que o espírito e a vontade de Deus triunfassem. O mesmo procedimento deveria ser utilizado para que as crianças fossem treinadas na obediência e no dever (RECHIA, s/d, p. 4).

No livro de Provérbios, podemos encontrar a seguinte passagem: “Não retires da criança a disciplina, pois, se a fustigares com a vara, não morrerá. Tu a fustigaras com a vara e livrarás a sua alma do inferno”⁸. Ou ainda: “A vara e a disciplina dão sabedoria, mas a criança entregue a si mesma vem a envergonhar sua mãe”⁹. Assim, legitima-se a utilização de mecanismos de punição tal como a palmatória e o chicote no âmbito das instituições escolares, pois se considerava um excelente corretivo. Outras formas de punição serão incrementadas tais como o jejum obrigatório, ajoelhar-se em objetos desagradáveis, ficar em posições incômodas, entre outras.

Nessa nova educação cristã, começa a existir uma classificação e um cuidado maior com indivíduos de menor idade. Cada idade e cada inteligência devem ser

⁸ BIBLÍA SAGRADA. Ed. Cultura Cristã. São Paulo – 1999. Livro de Provérbios de Salomão Capítulo 23, versículo 13,14.

⁹ BIBLÍA SAGRADA. Livro de Provérbios de Salomão Capítulo 29, versículo 15.

tratadas de maneira especial. Portanto, as crianças, os adolescentes e aqueles que não têm capacidade de entender a gravidade da excomunhão, quando cometerem qualquer erro, devem ser punidos com jejuns prolongados ou com graves açoites de modo que se corrijam. Assim, fica visível o fato de existirem manifestações de um sentimento de infância e, dentro desta, uma divisão própria que admite existir crianças com capacidades maiores e menores de compreensão.

A influência da educação cristã começará a entrar em declínio em meados do século XVI, no período conhecido como “Renascimento” e, com isso, a Igreja sofre um considerável enfraquecimento em sua estrutura em virtude da contestação e da denúncia de abusos por parte dessa instituição, que por séculos sustentou a liderança político-econômica e interferia de forma direta nas relações sociais e na vida privada da população. Ainda nesse período, podemos destacar o Movimento Humanista, na qual seu principal pensamento consistia na valorização do ser humano por meio do estudo e da interpretação da cultura clássica. Com os humanistas, a educação ganha um novo sentido. Assim, o homem deve desenvolver suas potencialidades de forma integral, tanto no corpo quanto no espírito, “de tal modo que a educação cumpra a função de fazer brotar as belezas interiores do homem latentes na criança” (RECHIA, s/d, p. 5).

Portanto, na educação humanista, a criança devia ser educada levando-se em consideração dois aspectos: primeiramente, considerar a sua pouca idade (não mais considerar a criança um pequeno adulto) e, em segundo lugar, educá-la de acordo com a sua índole. Nessa nova fase, a disciplina assume então um papel diferenciado do que assumia até então, procurando afastar os castigos físicos na busca de uma pedagogia humanista.

Assim, fica cada vez mais visível a separação entre o universo infantil e o adulto, e, é neste contexto que surgem novas instituições educacionais. Importante destacar aqui a influência dos jesuítas (que buscaram enquadrar-se nessa nova fase da educação), que não só tomaram parte desta nova concepção, como também, modificaram seu sistema educacional transformando-o em modelo para as demais instituições de ensino. Com isso,

O colégio tornou-se então um instrumento para a educação da infância e da juventude em geral. (...) consistia, se não na realidade mais incontrolável da existência, ao menos na opinião mais racional dos

educadores, pais, religiosos e magistrados, um grupo de idade maciço, que reunia alunos de oito-nove anos até mais de 15, submetidos a uma lei diferente da que governava os adultos (ARIÈS, 1981, p. 171).

Desta forma, podemos afirmar que as instituições escolares estão intimamente ligadas à separação entre criança e adulto. É de responsabilidade da escola colocar a criança em regime disciplinar rigoroso e moldar sua conduta de forma que esta venha a ser produtiva futuramente.

Como foi dito anteriormente, essas mudanças estão relacionadas às transformações que ocorrem a partir do século XV, com o desenvolvimento da economia mercantilista. Com a descoberta de novas terras na América, desenvolve-se um novo modo de produção que irá, de forma gradativa, transformar as bases estruturais dos Estados europeus. Posteriormente, com a Revolução Industrial, no século XVIII, as relações sociais serão modificadas de maneira brusca, que, também modifica a exigência de formação do homem. Ao homem do século XVIII, é exigido, devido às mudanças tecnológicas, um novo tipo de saber que atenda às exigências das novas formas de produção.

A infância será incorporada a este novo modo de produção devido ao fato de que

(...) a força motriz não é mais fornecida exclusivamente pelo homem, mas também pelo movimento dos rios, pelo carvão mineral e por máquinas, viabiliza-se a entrada do trabalho infantil e feminino, pois não será mais necessário o uso intensivo da força física. A mecanização da produção torna as crianças verdadeiras guloseimas para os industriais: além de mão-de-obra barata, são também futuros trabalhadores que, desde cedo, começam a ser disciplinados (RECHIA, s/d, p. 9).

Como a indústria necessitava de um tipo de trabalhador mais qualificado, não irá privar os menos providos de condições de uma educação, porém, esta educação deve ser controlada e limitada para que não apresente riscos à nova ordem vigente. Ou seja, como demonstra Edward Palmer Thompson, a educação pode ser algo perigoso à elite dominante:

Para que a sociedade seja feliz e o povo tranquilo nas circunstâncias mais adversas, é necessário que grande parte dele seja ignorante e pobre. O conhecimento não só amplia como multiplica nossos desejos (...). Portanto, o bem-estar e a felicidade de todo o Estado ou Reino requerem que o conhecimento dos trabalhadores pobres fique confinado dentro dos limites

de suas ocupações e jamais se estenda (em relação às coisas visíveis) além daquilo que se relaciona com sua missão. Quanto mais um pastor, um arador, ou qualquer outro souber sobre o mundo e sobre o que é alheio ao seu trabalho e emprego, menos capaz será de suportar as fadigas e as dificuldades de sua vida com alegria e contentamento (2008, p.15).

Assim, com as transformações existentes nos meios de produção, modifica-se também a forma das relações entre homem e educação, onde esta não será homogênea e, sim, transmitida de forma diferenciada aos homens conforme a sua posição social. Portanto, a educação escolar andarà em sintonia com as mudanças que ocorrem na produção. A escola agora passa a ser o lócus principal para a formação, adequado ao modo de produção capitalista, que garantirá o aprendizado e, principalmente, a disciplina.

Pode-se argumentar que o aparecimento da escola, tal como a conhecemos atualmente, se relaciona com o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo. Na medida em que as relações sociais de trabalho se tornam mais complexas, ocorre a necessidade de expansão da educação, para educar e atender à necessidade de mão-de-obra exigida pela produção. Dito de outra forma, o desenvolvimento do capitalismo foi o fator mais poderoso a influenciar nas mudanças da escolarização e nas práticas em sala de aula (RECHIA, s/d, p. 11).

Portanto, é visível o fato de que a educação sofre influência direta da forma pela qual a sociedade está organizada e, sendo assim, não está livre da interferência de interesses por parte de grupos dominantes. Como falamos anteriormente, a escolarização da infância será um dos fatores que possibilitará a separação dos universos adulto e infantil e também será responsável pela introdução da criança no mundo adulto. Porém, como mencionamos, a educação se dá de forma diferente para as diversas classes da sociedade. Conforme encontramos em Ariès, além da separação por faixa etária, ocorre uma outra separação em meados do século XVIII, em que se distinguia dois tipos de educação: uma voltada à nobreza e à burguesia e, outra, ao povo. Assim, é perceptível que o conceito de infância não se dá de forma homogênea em todos os setores sociais.

Uma melhor compreensão aparece no fato de que o sentimento moderno de infância deve ser trabalhado

à luz das mudanças ocorridas nas formas de organização da sociedade, o que contribui para uma maior compreensão da questão da criança no

presente, não mais estudada como um problema em si, mas compreendida segundo uma perspectiva do contexto histórico em que está inserida (KRAMER, 1987, p. 17).

Porém, é importante destacar que o sentimento que a família começará a dispor sobre a criança e a forma como a educação irá ser aplicada nas sociedades europeias, na passagem do período medieval para a idade moderna, são de importante valia para entendermos esta nova forma de tratamento concedida ao público infantil. Juntamente com estas transformações, podemos pontuar a necessidade de criação de mecanismos que busquem proteger a infância em sua situação de vulnerabilidade.

Dentro do campo jurídico, podemos dizer que a lei é algo universal, ou seja, homogênea, ao menos formalmente, destinada a todos os membros do grupo humano sem distinção. Porém, quando algum segmento do meio social sente-se com seus direitos violados e são reconhecidamente detentores de necessidades especiais, leis complementares (heterogêneas) devem ser elaboradas. É o que vimos acontecer recentemente com a criação do “Estatuto do Idoso”, a inserção dos deficientes físicos no mercado de trabalho, dentre outros.

Destacamos aqui de maneira especial a legislação voltada para as mulheres que, no decorrer do século passado, foi a maternidade expressamente reconhecida como um direito, e, juntamente a isso, a legislação voltada à infância, permitiu uma melhor qualidade de vida para nossas crianças. Portanto, percebe-se aí uma íntima ligação entre a história da infância e da maternidade na qual a proteção das mães reflete o desenvolvimento dos filhos demonstrando a importância dos direitos adquiridos por estes grupos que, em todo caso, ainda não se findou.

1.4 – Mulheres e crianças: em busca da cidadania

*Vai ser coxo na vida é maldição
pra homem,
Mulher é desdobrável. Eu sou.
Adélia Prado*

Para Jaime Pinsky, cidadania pode ser traduzida como “ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é em resumo, ter direitos civis” (PINSKY, 2005, p. 9). Entretanto, é necessário lembrar que apenas este direito não

garante o pleno exercício da democracia. Para tal, é necessário juntamente com os direitos civis os direitos políticos (poder votar e ser votado), e os direitos de ordem social, ou seja, “aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à uma velhice tranquila” (PINSKY, 2005, p. 9). Em suma, “exercer a plena cidadania”, nesta sociedade é, portanto, ser detentor de direitos civis, políticos e sociais.

A cidadania não pode ser considerada um termo homogêneo, pois, trata-se de um conceito que difere em cada Estado-Nação. Também se dá de forma diferenciada no meio dos mais diferentes grupos da sociedade, como por exemplo a luta dos deficientes físicos para viverem em uma cidade mais acessível ou a busca feminina por mais representatividade política. Tão pouco se trata de uma definição acabada, pois, é fruto de um processo histórico na qual as lutas foram e são fundamentais para a sua existência.

Dentro das sociedades antigas pode-se perceber embates em torno da luta por direitos sociais. Pinsky, afirma que a sociedade hebraica com sua herança cultural religiosa, pautada no monoteísmo, lançou as bases da cidadania humana. Diferentemente das demais religiões antigas onde se exigia uma postura rígida de seus seguidores com cultos e sacrifícios, no meio hebreu se assiste a uma cultura religiosa onde sua divindade estava “muito comprometida com problemas vinculados à exclusão social, à pobreza, à fome, à solidariedade” (PINSKY, 2005, p. 16). No entender de Pinsky, temos aqui o que ele define como “Pré-história da cidadania”.

Podemos observar dentro da religião judaica referência dos profetas sobre a conduta de um hebreu para com os que necessitam. É o que encontramos no primeiro capítulo do livro de Isaías onde ele exorta o povo judeu, afirmando que Deus está irado com a forma com que os necessitados são tratados no meio do povo:

A minha alma aborrece as vossas calendas e as vossas solenidades; elas se me têm feito molestas, cansado estou de as sofrer. E quando estenderdes as vossas mãos, apartarei de vós os meus olhos; e quando multiplicares as vossas orações, não as atenderei; porque as vossas mãos estão cheias de sangue. Lavai-vos, purificai-vos, tirai de diante de meus olhos a malignidade de vossos pensamentos; cessai de obrar perversamente. Aprendei a fazer o bem; procurai o que é justo; socorrei o oprimido, fazei justiça ao órfão, defendei a viúva (ISAÍAS 1 : 14 - 17).

Vemos que a tradição hebraica baseada nos preceitos religiosos impunha ao povo uma conduta diferenciada das demais nações desse período, ou seja, era a assistência aos mais pobres uma exigência religiosa.

Indo mais adiante, na Grécia Clássica, Aristóteles aponta para o fato de que a liberdade só é possível no interior da Pólis. Porém, Pólis, não pode ser entendida como processo de inclusão. Para Platão, quando nos referimos aos assuntos de interesse estatal deve-se selecionar os que podem opinar sobre esta esfera.

(...) quando nos reunimos em Assembleia, se o Estado necessita de alguma construção, percebo que os arquitetos são enviados e consultados a respeito das estruturas, e quando se trata de construção naval, os armadores são consultados, e assim acontece com tudo que a Assembleia considera matéria técnica derivada de aprendizado... Mas quando se trata de algo referente ao governo da cidade, quem se levanta para aconselhar a Assembleia pode ser tanto um pedreiro como um ferreiro ou sapateiro, mercador ou armador, rico ou pobre, de família nobre ou não (FUNARI apud PLATÃO, 2005, p. 116).

Dentro da cultura grega, o conceito de cidadania era algo exclusivo aos homens nascidos na Cidade-Estado. Excluía-se assim, estrangeiros, escravos, mulheres e crianças da vida pública. Este monopólio dos direitos usurpados pelos “cidadãos” na sociedade grega, é também visualizado na cultura romana, onde eram os “patrícios” os únicos contemplados. A concepção romana de cidadania difere muito do conceito moderno entendida como direito. No Novo Testamento bíblico, encontramos no livro de Atos dos Apóstolos uma referência ao conceito “cidadania” no meio romano. O apóstolo Paulo, após desentendimentos sobre assuntos religiosos em Jerusalém, atraiu a ira do povo judeu que exigiam ao tribuno a sua prisão. Assim diz a passagem bíblica:

Mandou o tribuno metê-lo na cidadela, e que o açoitassem, e lhe dessem tormento, para saber por que causa clamavam assim contra ele. Mas tendo-o liado com correias, disse Paulo a um centurião que estava presente: É-vos permitido açoitar um cidadão romano, e que não foi condenado? Tendo ouvido isto, foi o centurião ter com o tribuno, e lhe fez aviso, dizendo: Que determinas tu fazer? Pois este homem é cidadão romano. E vindo o tribuno, lhe disse: Dize-me se tu és romano. E ele disse: Sim. E respondeu o tribuno: A mim custou-me uma grande soma de dinheiro alcançar este foro de cidadão. Então lhe disse Paulo: Pois eu sou-o de nascimento. Logo ao mesmo tempo se apartaram dele os que o haviam de pôr a tormento. Também o tribuno entrou em temor, depois que soube que era cidadão romano, e porque o tinha feito liar (ATOS, Cap. 22

Vs 24 - 29).

Nota-se aqui que cidadania não era um termo estendido a todos e muito menos compreendido como direito, sendo limitado aos “bem nascidos”, ou aqueles que devido ao seu *status* social detinham recursos para adquiri-la. No exemplo de Paulo, é notório o medo de se açoitarem alguém que goze dos plenos direitos romanos. Isto será o embrião de tensões sociais por parte de outros membros da sociedade que não possuíam direitos, como os plebeus por exemplo, iniciando assim duros levantes contra a ordem imposta.

Dentro da sociedade romana, podemos ainda destacar o surgimento dos cristãos que, tendo em comum aspectos da cultura judaica, tinham grande comprometimento com os que pouco detinham. Encontramos na epístola de São Tiago que, “A religião pura e sem mácula aos olhos de Deus e nosso Pai, consiste nisso: em visitar os órfãos e as viúvas nas suas aflições, e em se conservar cada um a si isento da corrupção deste século” (TIAGO Cap. 1 – 27). A preocupação específica para com órfãos e viúvas é justificada pelo fato de que as mulheres se casavam com menos idade que os homens e, num período onde a expectativa de vida era muito baixa devido aos poucos avanços na medicina, fazia emergir uma legião de mulheres e crianças sem pais e maridos. Vemos aqui portanto, uma das primeiras tentativas em proteger a infância e as mulheres desprotegidas.

Para Eduardo Hoornaert, o crescimento do cristianismo no meio romano se deve à suas práticas sociais:

Quando alguém cai doente, pode contar com visitas regulares e até, nos melhores casos, encontrar um lugar tranquilo para se recuperar. Na hora de interrogatórios pelas autoridades, os cristãos se dão mutuamente apoio moral. Procuram apoiar a coragem por ocasião de pogroms e outras atitudes de hostilidade por parte de grupos e indivíduos. Há um serviço de visita aos presos, e em certos casos um amparo psicológico para os que, desesperados, tentam o suicídio. Assim a comunidade cristã local vira, no dizer de Hermas, um 'salgueiro' que protege muita gente, cristãos e pagãos, na amplitude de sua sombra. Eis o segredo do sucesso do cristianismo (HOORNAERT, 2005, p. 90).

Devido às crises enfrentadas pelo Estado romano, somado às invasões bárbaras, Roma vê seu declínio e, com isso, inicia-se uma nova fase na história europeia com o desenvolvimento do feudalismo no continente. Neste período, os

direitos são restritos aos grandes proprietários de terra que, desta forma sujeitam aqueles que pouco detém sob seus domínios. Assim, cabem aos senhores feudais o desfrute dos direitos e aos camponeses a obrigatoriedade dos deveres.

No século XVI, com o renascimento das cidades, e os problemas enfrentados no campo com a Reforma Protestante e os enclausures¹⁰, uma grande massa de pessoas são empurradas para o ambiente citadino em busca de novas oportunidades. Assim, o número de mendigos e andarilhos no meio urbano aumentava significativamente obrigando a administração local a tomar medidas que oscilavam entre a ínfima ajuda e a repressão constante.

Na Inglaterra do século XVII, sob o comando de Elizabeth I, foram decretadas as tão conhecidas “Leis dos Pobres”. Para Paul Singer, essa lei inglesa de 1603, “reprimia a vagabundagem mandando marcar com ferro em brasa um grande 'R' nos malandros incorrigíveis e os condenando à morte em caso de 'reincidência'” (SINGER, 2005, p. 193). Neste período, instituições como as *Workhouses* espalham-se pela Inglaterra com o intuito de ensinar ofícios à crianças e desempregados para que possam sustentar-se. Pontuamos aqui o fato de que, o problema dos vagabundos e mendigos que vagam pelas cidades é entendido como se fosse algo voluntário e não um problema social. Melhor dizendo, “o que todas essas tentativas de 'resolver' o problema dos sem-trabalho têm em comum é a negação dos direitos aos mesmos. Se não têm como se sustentar, não há lugar para eles na sociedade” (SINGER, 2005, p. 195).

No final da era moderna, a Revolução Industrial ganhou força, sobretudo na Inglaterra e, desta forma, ocorreram mudanças significativas nas relações sociais. Assim, a separação entre dois polos antagônicos começa a ficar mais evidente: de um lado os industriais detentores dos meios de produção, e de outro, os trabalhadores.

¹⁰ Em sua obra “Utopia”, Thomas More descreve uma conversa que teve com Rafael Hitlodeu. Este último afirma que “os carneiros, [...] essas criaturas que antes exigiam tão pouco alimento, mas que agora, aparentemente desenvolveram um apetite tão feroz que se transformaram em devoradores de homens” (MORE, 1993, p. 26-27). Assim, More demonstra que com a valorização do mercado da lã, terras que antes eram produtivas e de uso comunal, são expropriadas pelos antigos senhores feudais iniciando o processo de cercamento. Marx também afirma ainda que este processo é intensificado com a Reforma Protestante pois, “à época da Reforma, a igreja católica era proprietária de grande parte do solo inglês. A supressão dos conventos etc, enxotou os habitantes de suas terras, os quais passaram a engrossar o proletariado” (MARX, 2005, p. 835).

Estabelecidos esses dois polos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. (...) O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (MARX, 2005, p. 828).

Assim, para Marx, o modo de produção capitalista aprofunda a separação do trabalhador e os meios de produção, criando uma classe que nada mais detém se não a sua força de trabalho, necessitando vendê-la para garantir sua sobrevivência.

Esse processo histórico começa no final do período Medieval com a expropriação dos trabalhadores rurais e a usurpação por parte dos senhores feudais das terras comunais. Com isso, surge uma grande massa de trabalhadores sem direito e sem meios para produzir sequer para sua subsistência. Portanto, “o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador” (MARX, 2005 p. 829). Assim, a massa de trabalhadores expropriados desloca-se para as cidades. Esta é uma tendência que acompanha a nova ordem econômica, pois, a cidade passará a deter todos os insumos para que o capital se reproduza, inclusive com uma demanda de mão-de-obra excedente. Deste modo podemos, dizer que a cidade reproduz as relações excludentes do modo de produção capitalista, não sendo um espaço democrático, e sim um local onde impera os interesses do capital.

A cidade passa a ser a grande agente dos conflitos existentes nessa nova fase. Sem infra-estrutura para suportar o aumento demográfico que começa a se estabelecer, as cidades vão se desenvolvendo de forma desorganizada, gerando caos, construções de bairros populares, surtos de epidemias, aumento da criminalidade, entre outros. A nova classe de trabalhadores estará sujeita aos interesses do capital, às condições de moradia e às relações sociais dele decorrentes. Nesse contexto, também encontramos transformações que acompanham tanto o universo infantil como feminino.

O trabalho infantil na Inglaterra era comum mesmo antes da Revolução Industrial, porém, estava ligado à vida doméstica, ou então, realizado no seio da própria família e se “respeitava a capacidade e a idade da criança, intercalando-o com a entrega de mensagens, a colheita de amoras, a coleta de lenha e as brincadeiras. Acima de tudo, o trabalho era desempenhado nos limites da economia

familiar, sob o cuidado dos pais” (THOMPSON, 1988. p. 63).

Pode-se considerar que as crianças do século XVIII recebiam uma educação bastante severa por parte dos pais, contudo, não há, como se pode verificar na obra de Thompson (1988), registros de maus tratos ou falta de uma relação afetiva. Esta transformação social irá incorporar para o sistema de produção as crianças inglesas, porém, de uma forma violenta e sem as recompensas que eram a elas atribuídas por seus pais no trabalho doméstico. Sua limitação também não será respeitada uma vez que, quem dita a velocidade e a forma de produção passa a ser a máquina, tanto para adultos quanto para as crianças.

De igual modo, é o gênero feminino atingido pelos novos interesses industriais que se estabelecem. Tendo a cultura ocidental disseminado um imaginário que rejeitava a participação pública feminina exaltando assim a figura da “mulher doméstica”, que tem a família como centro de sua existência, problemas começam a ser encontrados por aquelas que, devido a sua necessidade adentram ao mercado de trabalho. Além desses questionamentos, como abordado no início do capítulo, o ideal de que o salário feminino era na verdade complementar à renda do marido fez com que o salário feminino se mantivesse reduzido em relação ao masculino e, para completar, se somarmos a isso o fato de que a obediência já estava incutida nesse gênero devido a uma questão cultural, temos a mulher desta fase na mira dos industriais.

Assim, percebe-se que as transformações que estavam ocorrendo na sociedade inglesa do século XVIII, estabeleceram uma nova economia caracterizada pela exploração do proletariado, tanto para maridos e mulheres quanto para os filhos dessa classe.

Portanto, a Revolução Industrial e os processos de urbanização desse período, as formas de exploração e a opressão da classe trabalhadora, fazem emergir a necessidade de criação de mecanismos que defendem os interesses daqueles que estavam sendo prejudicados pela nova ordem. Nesse contexto a infância e a maternidade conforme Thompson, sofrem de forma mais cruel devido às suas especificidades:

Num levantamento realizado a pedido dos patrões de Manchester, em 1833, verificou-se que os fiandeiros casados pesquisados tinham tido 3.166 filhos (numa média de quatro e meio para cada casal): 'entre eles,

1.922, ou 60,5% do total, ainda viviam, enquanto 1.244, ou 39,5%, tinham morrido'. Podemos supor, com razoável coerência, que os 39,5% subiram para 50% na época em que as crianças, ainda pequenas na ocasião da pesquisa, atingiram a idade de cinco anos (ou deixaram de atingi-la). Esta elevada taxa de mortalidade infantil entre os filhos de trabalhadores frequentemente citados como beneficiários da Revolução Industrial pode ser atribuída, em parte, às condições sanitárias do ambiente. Pode também estar associada a uma deformação típica – o estreitamento da ossatura pélvica – das meninas que trabalhavam nas fábricas desde a infância, trazendo dificuldades para os partos, com a debilidade dos recém-nascidos cujas mães trabalhavam até as últimas semanas de gravidez, e, acima de tudo, com a falta dos necessários cuidados com os recém-nascidos. As mães, temendo perder seus empregos, retornavam à fábrica três semanas após o parto, ou mesmo antes. Em algumas cidades de *Lancashire* e de *West Riding*, durante a década de 1840, os recém-nascidos eram levados para as fábricas, para que pudessem ser amamentados no horário da refeição. As mães muito jovens, que trabalhavam eventualmente na fábrica desde os oito ou nove anos, não tinham qualquer preparo doméstico; a ignorância médica era assustadora; os pais eram vítimas de superstições fatalistas (fomentada, às vezes, pelas igrejas); os narcóticos, principalmente o láudano, eram utilizados para calar o bebê. As crianças pequenas, que ainda engatinhavam, eram entregues aos cuidados de parentes, de mulheres idosas ou até mesmo de outras crianças ainda muito jovens para trabalharem nas fábricas. Algumas delas recebiam chupetas sujas feitas de trapos, 'atadas a um pedaço de pão embebido em leite e água', e podiam ser vistas entre os dois e três anos de idade, 'correndo pelos arredores das fábricas, com estes trapos na boca' (THOMPSON, 1988, p. 196-197).

Thompson demonstra que, quando se trata de Revolução Industrial, as consequências para a classe operária foram sérias, porém, para mulheres e crianças, que necessitam de cuidados maiores nos períodos de gestação, esta consequência o foi ainda mais, pode-se dizer que foi desastrosa. Deformidades físicas acompanhavam as mães que desde muito cedo trabalhavam nas fábricas, e a falta de cuidados aos recém-nascidos criava um ambiente propício aos elevados índices de mortalidade infantil. Podemos perceber, portanto, que para que o recém-nascido tenha uma infância tranquila, são necessários cuidados que devem ser observados mesmo antes da gestação. Assim, a infância sadia passa, antes de tudo, pelos cuidados com a mãe. A busca por direitos que possam combater o cenário alarmante que vimos acima se inicia.

Com a Revolução Francesa, surge em 1789, a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” que, além de ser expressão do combate ao antigo regime

absolutista¹¹, é, antes de tudo, uma garantia aos cidadãos franceses. Esta será um marco na história humana, pois, através dela, legitimam-se os direitos como naturais, considerados inquestionáveis. Esses direitos não eram expressão da vontade particular e sim da coletividade. Assim, pode-se perceber a diminuição do poder atribuído ao rei, que agora deve sujeitar-se a estes princípios e o fim das distinções ocorridas pelo nascimento, ou seja, pelos laços consanguíneos. No entanto, o direito à infância ou das especificidades femininas, dentre outros, não é aqui abordado de forma específica, sendo a estes atribuídos os mesmos direitos que aos homens adultos.

No que diz respeito à infância, em 1923, após a primeira Guerra Mundial, a então criada Liga das Nações, estabelece princípios que deveriam ser respeitados quando se tratasse da infância. Estava, assim, criada a primeira “Declaração dos Direitos da Criança” que contava com apenas quatro itens:

1 – A criança tem o direito de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente.

2 – A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser encorajada; o órfão e o abandonado devem ser abrigados e protegidos.

3 – A criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo tipo de exploração.

4 – A criança deve ser educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos (MARCÍLIO, s/d, p. 3).

Ao menos no campo legislativo, esta declaração demonstra um grande avanço no sentido de proteção à infância, porém, em um primeiro momento não

¹¹ Em fins do século XVII, as Revoluções burguesas europeias, dão um novo sentido ao conceito de cidadania. Nilo Odalia afirma que, no final do período medieval, “os reis assumiram o poder político em prejuízo dos senhores feudais, que acabaram por ser apenas caudatários da monarquia. Esta pouco a pouco tornou-se absoluta, cujo o exemplo mais famoso e ostensivo foi a monarquia de Luís XIV da França. ‘O Estado sou eu’, dizia ele com toda a razão” (ODALIA, 2005, p. 163). Portanto, o que está evidente nas revoluções burguesas europeias (inglesa e posterior a francesa), é a busca pela diminuição do poder real, de um estado que não fosse mais dos reis e da Igreja e sim de cidadãos. Para que tal intento tivesse êxito, o poder não mais poderia ser exercido por um homem, mas sim por uma “carta de direitos”. Com isso, inicia-se uma nova era na história da humanidade denominada por Marco Mondaini como “Era dos Direitos”. Nesse período destaca-se o filósofo inglês John Locke e a teoria liberal. Para Locke, o poder político não tem outra função senão o direito de fazer leis para “regular e preservar a propriedade”: ‘O objetivo grande e principal, da união dos homens em comunidade, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade’” (MONDAINI *apud* LOCK, 2005, p. 130). A busca pela cidadania, pautada na concepção liberal, embora fosse excludente ao apresentar a defesa da propriedade privada, apresentava algo novo que diferia da figura do “súdito” envolto à muitos deveres. Dessa forma, as revoluções Inglesa e Francesa muito contribuíram para a busca da plena cidadania.

mostrará resultados significativos uma vez que não existia ainda a criação de um órgão específico para a fiscalização destas obrigações.

No final dos anos de 1940, o mundo passa por profundas transformações. A destruição deixada pela Segunda Guerra Mundial resulta num saldo de inúmeras crianças órfãs ou separadas de seus pais ou da família. Somado a isso, a criação do Estado Israelense acarreta em milhares de crianças refugiadas. Isto sem falar nas inúmeras crianças que eram exploradas comercialmente, principalmente, nos países africanos e no sudeste asiático.

Na metade do século XX, cria-se uma concepção de que a infância necessita de um atendimento diferenciado, pois, é detentora de características específicas tendo necessidades diferenciadas dos adultos e, em muitos países, estas não estavam sendo consideradas.

Caberá à nova instituição recém criada para resolver problemas de âmbito global, a “ONU” (Organização das Nações Unidas), a fiscalização destas novas práticas. Visando um atendimento eficaz à infância carente vítima da guerra, cria-se em 11 de outubro de 1946, o “Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância Necessitada”, o UNICEF (*United Nations International Child Emergency*). Após a reconstrução dos países devastados pela guerra, em 1950, uma Assembleia Geral da ONU, sugere que o UNICEF transfira suas atenções para países subdesenvolvidos visando a melhoria no atendimento à saúde, como forma de combater a desnutrição nessas localidades.

Atualmente, o UNICEF possui sua sede em Nova York, com um diretor executivo que é nomeado pelo Chefe-Geral da ONU, tendo ainda uma junta executiva de trinta membros de diferentes países. Conta também com trinta escritórios internacionais espalhados pelo planeta, sendo que um deles está localizado em Brasília.

O ano de 1959 foi marcante na história da infância. É nesse ano que é publicada pela ONU a “Declaração Universal dos Direitos da Criança” e, assim, pela primeira vez, a criança passa a ser considerada sujeito de direito e, no âmbito social, com prioridade absoluta. Esta resolução será fundada nos princípios estabelecidos na Declaração dos Direitos Humanos¹² (1948) que abordava a questão da cidadania

¹² Essa declaração “visa atingir o homem todo e todos os homens e propugna por sua felicidade e seu bem estar; buscando subordinar o público ao privado. Valoriza a família, a comunidade, os

e o respeito aos valores que determinavam a dignidade humana. A infância começa assim a ganhar espaço no cenário internacional e, em 1979, a ONU, estabelece esse ano como o “Ano Internacional da Infância”.

O ano de 1989 foi caracterizado como outro marco no atendimento à infância, pois, é adotada pela Assembléia Geral na ONU a “Convenção dos Direitos da Criança”. Essa convenção “completou, aperfeiçoou, e deu caráter vinculante à Declaração aprovada pelas Nações Unidas trinta anos antes. Ratificar a convenção implica revisar a legislação nacional sobre infância e juventude para harmonizá-la com os dispositivos ali estatuídos” (ANDRADE, 2000, p. 12).

No que tange a busca de direitos por parte do gênero feminino, é interessante remontar aos idos da Revolução Francesa, onde no processo revolucionário tiveram as mulheres participação ativa. Isso pode ser comprovado nas análises etnográficas dos anos posteriores a esse processo revolucionário, onde se constata o uso que o imaginário francês fez da imagem feminina como principal figura da República. Encontramos na obra de José Murilo de Carvalho, “A formação das almas: o imaginário da República no Brasil”, uma preocupação que emergia no meio francês com a busca de novos símbolos que pudessem substituir os anteriores. Assim, “decapitado o rei, novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, para representar as novas ideias e ideais, como a revolução, a liberdade, a república, a própria pátria” (CARVALHO, 2004, p. 75). O antigo Regime monárquico era representado naturalmente pela figura do rei, que, conforme foi dito anteriormente, era ele o próprio Estado, a lei, o país.

Com inspiração na cultura romana, onde a figura feminina era utilizada como símbolo de liberdade, a representação feminina nas obras do período remete ao povo francês o início de um novo tempo no país. Temos como principal exemplo a pintura de Eugène Delacroix, intitulada “A liberdade guiando o povo”, de 1830, na qual se verifica a presença da liberdade representada por uma mulher. Nessa obra, o detalhe da baioneta silenciada em sua mão esquerda é destaque juntamente com os pés descalços e o peito nu. Somamos a isso o forte gesto de comando, demonstrando autoridade em meio a um campo de mortos na França. Para

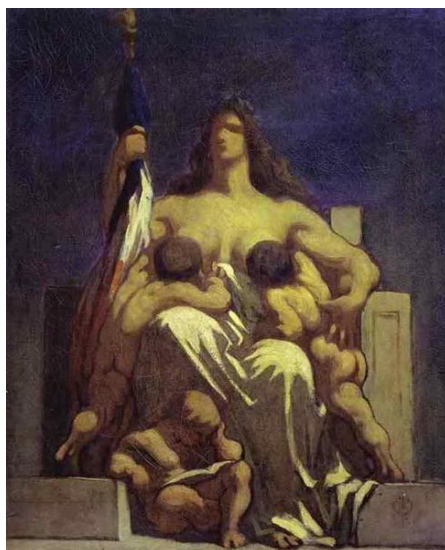
interesses, as necessidades e aspirações sociais do povo. Expressa uma ética que garante a condição de verdadeiro cidadão a todos os homens (...). Este conceito da pessoa cidadã vai caracterizar essa nova perspectiva de direitos entendendo como cidadania o conjunto de direitos civis individuais e políticos que garantam dentro de uma dada sociedade que cada indivíduo possa usufruir do bem-estar econômico e social e viver de forma digna” (MARCÍLIO, s/d, p. 6)

Carvalho, “sem dúvida alguma, ela canta a *Marselhesa*” (CARVALHO, 2004, p. 76).



“A liberdade guiando o povo”, Eugène Delacroix, Louvre. A liberdade conduz o povo em meio a um campo de mortos (Imagem extraída da Obra de CARVALHO, 2004, p. 100).

É a mulher também símbolo da República e, diferentemente do período absolutista onde era o rei negligente com seus súditos, a República tem grande cuidado para com os filhos da nação. Isto é claramente demonstrado na obra de Honoré Daumier, de 1848, intitulada “A República”. Aqui percebe-se a figura feminina sentada amamentando duas crianças. A principal distinção que podemos fazer dessa imagem e da anterior, é que, na obra de Daumier a república é representada de forma maternal, sem os atributos de combatividade explorado por Delacroix. Assim, é a república um local de guarida, um modelo de mãe, uma protetora.



A República, Honoré Daumier
(Imagem extraída da Obra de CARVALHO, 2004, p. 79)

Fora do solo europeu, tivemos nos Estados Unidos um grande referencial na busca pela cidadania e utilização de imagens femininas como alegorias de um novo tempo. Isto pode ser justificado devido ao apoio francês que esse país teve em seu conflito pela independência. Sendo um país colonizado por Puritanos e pessoas perseguidas pela coroa inglesa, teve como fator de integração nacional a liberdade, ou seja, a busca pela autonomia e a quebra com as amarras inglesas. Nascia assim a ideia do “sonho americano”, o ideal de um país pautado em “cima da liberdade” e da igualdade. Este território, onde as oportunidades eram apresentadas como iguais a todos, atraiu para o continente norte americano uma leva de imigrantes em busca de prosperidade. Essa ideologia pode ser considerada o principal fator unificador da nação estadunidense. Segundo Karnal, “não importava a realidade de miséria da maioria dos imigrantes: difundiu-se a ideia de que o trabalho duro levava as pessoas ao sucesso e que o fracasso era falta de esforço” (KARNAL, 2005, p. 149).

No caso estadunidense, a representação do imaginário feminino como representante da liberdade foi materializada na personagem conhecida como “Columbia” (designação poética utilizada para indicar os Estados Unidos). Em uma obra de John Gast, de 1872, intitulada “American Progress”, pode-se perceber a referida personagem em marcha para o oeste. Percebe-se que ela possui em seus braços um livro e sua mão esquerda desenrola cabos de telégrafo. Possui em sua fronte uma estrela que, possivelmente, seja uma alusão aos novos estados em

construção. A parte leste da figura possui muitos elementos que remetem ao progresso tecnológico da época, como locomotivas e a comunicação por meio do telégrafo. A parte oeste, em meio a cores mais escuras, com a presença de selvagens e búfalos, remete a uma responsabilidade de civilizar esta parte do território como o próprio título da obra nos sugere.



American Progress, John Gast, 1872.

“Imagem extraída do site http://cpr.org/Museum/Ephemera/American_Progress.html, acessado em 23/10/2011”

Na cidade de Nova York, em 28 de outubro de 1886, é inaugurado o Monumento mundialmente famoso conhecido como “estátua da liberdade”. Trata-se de um presente francês devido ao centenário de independência do país sendo também uma alusão à liberdade iluminando os novos destinos da humanidade. Em ambos os casos, a figura feminina envolta a trajes romanos remontam aos ideais franceses de superação da antiga ordem (absolutismo no caso francês, colonialismo no caso Norte americano”).



“A Liberdade iluminando o mundo”

Remetendo ao solo brasileiro, com a República sendo proclamada somente em fins do século XIX, é notório o fato de que os republicanos brasileiros tinham uma grande riqueza de monumentos e símbolos para se inspirar. Porém, devido a problemas de ordem política¹³, a representação da figura feminina não atingirá o mesmo patamar de importância como na França e nos Estados Unidos. Contudo, os republicanos brasileiros de influência francesa, mais precisamente os positivistas, irão se esforçar na tentativa da representação da nação por meio da imagem da mulher. Isto pode ser comprovado nos quadros de Pedro Bruno e Décio Villares.

¹³ É fato que a participação feminina se deu de forma importante no contexto da Revolução Francesa. No caso brasileiro, se não existiu a participação do povo masculino na proclamação da República, que dirá a feminina? Somado a isso, temos os opositores ao regime republicano que, quando buscavam denegrir a imagem da nova ordem, ridicularizavam a República representando-a como uma prostituta. Para mais esclarecimentos sobre as imagens femininas ligadas ao meio republicano ver a obra de CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2004.



A Pátria, Pedro Bruno (Imagem extraída da Obra de Carvalho, 2004, p. 106)



*República, Décio Vilares. Em terras brasileiras, a representação da República embasada no modelo feminino europeu não obteve o mesmo êxito.
(Imagem extraída da Obra de CARVALHO, 2004, p. 79)*

Sendo a mulher uma representação romântica de superação de antigos regimes e o início de novas perspectivas, embora a busca por direitos seja algo presente nos discursos dessa fase, como era a representação da mulher no campo

jurídico? Como era representada no campo político? Quais direitos foram destinados a elas no período que sucedeu as revoluções burguesas europeias?

Talvez a relevância que adquire a figura da mulher como símbolo de liberdade e de mudança, deva-se ao fato “extraordinário” que representou sua entrada em cena, ainda que na condição de subalternidade e exploração, depois de séculos de banimento social.

O fato é que sua participação nos levantes revolucionários não propiciou uma mudança significativa no meio social que permitisse a participação da mulher na vida pública. Para as autoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro, a maior parte dos homens que apoiavam a revolução francesa,

independentemente de suas filiações políticas, não achava que liberdade, igualdade e fraternidade estendiam-se às mulheres, sendo favoráveis à sua volta para a vida doméstica, onde poderiam gozar dos benefícios da Revolução desde que não subvertissem a 'natureza' exigindo qualquer participação direta nos assuntos do Estado (PINSKY e PEDRO, 2005, p. 269).

Esse mérito de negação da cidadania às mulheres não é exclusivo da nação francesa. Em todo o mundo ocidental são as mulheres colocadas em igual condição à grupos marginais. Mesmo fora do continente europeu, nos Estados Unidos, com a conquista da independência, foi redigida em 1787 a Constituição do país que, embora agora livre, apresentava uma carta constitucional bastante limitada. Como demonstra Leandro Karnal, isso pode ser melhor compreendido se observarmos que “mulheres e brancos pobres não votavam. Da mesma forma, os ideais de liberdade conviviam com a instituição da escravidão, que duraria até a Guerra da Secessão (1861-1865)” (KARNAL, 2005, p. 143).

O que se busca demonstrar aqui é o fato de que, embora seja a figura da mulher uma representação de um novo tempo, da busca de uma sociedade mais justa, da procura por direitos que pudessem trazer consigo melhores condições de vida, da quebra com antigos regimes e da ordem colonial, mesmo sendo o símbolo maior de liberdade e justiça, é a mulher desassistida do campo da cidadania. No que diz respeito à participação política, isso será inacessível às mulheres, independente da classe a qual pertencesse.

Mudanças significativas no contexto feminino serão observadas somente no início do século XX, onde a conquista do sufrágio feminino torna as mulheres

participantes da vida política. No continente europeu, este direito será alcançado nos anos de 1930 na Espanha, nos anos de 1940 em países como Itália, França e Bélgica, e nos anos de 1970, na Suíça e em Portugal. No continente americano, temos os Estados Unidos como precursores, instituindo em 1919 o direito ao voto à todas e em todas as unidades da federação. No Brasil, esse direito se dará durante o Governo de Getúlio Vargas, em 1934.

Juntamente com a conquista do sufrágio, podemos pontuar aqui que as duas Grandes Guerras do século XX foram positivas para o meio feminino que, devido a sua participação ativa nas indústrias bélicas derrubaram o “mito da domesticidade”, na qual as apresentava como inaptas à participação social fora do ambiente privado.

Somamos a estes acontecimentos o movimento feminista que, embora detenha raízes históricas no século XIX, atingiu proporções inestimáveis no decorrer do século XX, principalmente nos anos de 1960, proporcionando assim mais visibilidade e participação feminina em todas as esferas sociais.

Portanto, em sua luta pela conquista da cidadania, tiveram as mulheres que enfrentar muitos obstáculos e preconceitos, sendo esta realidade igual para todos os países, sejam eles protestantes ou católicos, conservadores ou liberais. Para as autoras Pinsky e Pedro, “o fato de terem nadado contra a corrente faz de suas conquistas algo impressionante” (PINSKY e PEDRO, 2005, p. 287). Nem mesmo a Revolução Francesa com seus ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” foram capazes de inseri-las na vida pública e lhes dar garantias como previa a Declaração dos Direitos, pois, conforme sugere José Murilo de Carvalho, “se tratava dos direitos do homem e do cidadão” (CARVALHO, 2004, p. 92).

Esses séculos de distanciamento da vida pública vivenciado por nossas mulheres se apresenta como importante justificativa para que até o presente momento exista ainda certa resistência feminina no que diz respeito ao campo político. Essa história de exclusão legitima a falta de participação delas e, em alguns casos, a falta de aceitação para o exercício de determinados cargos da parte masculina. Nos capítulos que se seguem discutiremos que, devido à qualidades consideradas próprias do feminino, aos poucos o espaço político começa a estender-se chegando aos anos de 1940, onde a mulher será a principal responsável pelo cuidado aos pobres em âmbito federal, alterando substancialmente assim, a participação feminina no campo político. Estava na hora de Darcy Vargas

entrar em cena e a assistir aos filhos desamparados da pátria.

Capítulo II – Mulher e cultura política no Brasil: o fenômeno do primeiro damismo

Como vimos no primeiro capítulo, a tradição e os costumes ocidentais trancafiaram as mulheres em um silêncio obscuro, no interior do espaço privado fazendo com que, assim, ela permanecesse isolada por muitos séculos da vida pública no âmbito das mais diferentes sociedades. Mesmo quando antigas tradições eram superadas, quando a Igreja sentia sua estrutura abalada, reis eram decapitados e a busca por direitos se tornava uma bandeira de luta, “a sorte feminina” permanecia intocada. Somente no século XX podemos visualizar mudanças significativas para este segmento, como a conquista do direito à participação política (sufrágio), e, com o desenvolvimento do movimento feminista, muitos outros direitos começam a ganhar forma.

As condutas que se esperam do gênero feminino começam a passar por transformações principalmente devido à corrente de pensamento francesa, o positivismo, que apresenta a mulher como a primeira educadora, responsável portanto pelo bom desenvolvimento da prole garantindo assim o bem-estar dos futuros cidadãos e do progresso do país. Assim, o imaginário coletivo estimula as mulheres a tornarem-se exemplos de mães e companheiras. Isso pode ser compreendido como a primeira forma da atuação feminina no cenário político brasileiro.

Neste capítulo, busca-se esclarecer os motivos que tornaram possíveis a assimilação da assistência social como uma responsabilidade feminina. Para que tal intento seja possível, será necessário trilhar os caminhos da assistência social no Brasil remontando às antigas práticas clientelistas realizadas pela falta de uma estrutura estatal responsável pela manutenção deste setor. Sendo a assistência social vista como uma não responsabilidade do Estado, irá possibilitar a participação de muitas mulheres que pertenciam às classes dominantes e que, entregavam-se ao assistencialismo e às atividades filantrópicas como forma de atuar em espaços que eram proibidos, dando um sentido maior às suas vidas. Surgem assim as “Damas de caridade”, que procuravam angariar fundos para uma possível atividade destinada às camadas mais carentes tendo como resultado uma melhor condição de vida a estes “esquecidos” e, principalmente, impedindo que seus filhos adentrassem à

marginalidade.

Essa forma de atendimento patrimonialista será desenvolvida em todo o território nacional encabeçado pela “Legião Brasileira de Assistência”, entidade criada pela ex primeira-dama Darcy Vargas, que será, por muitos anos, responsável pelo assistencialismo no país. De igual modo, a política assistencial em Cascavel-PR, terá traços semelhantes principalmente no que tange à participação das esposas de prefeitos na área social.

2.1 Mulheres da elite e a Assistência Social

Como foi abordado na primeira parte deste trabalho, o início do século XX é marcado pelo surgimento da indústria em solo brasileiro e, desta forma, são postas as bases para uma nova configuração das relações econômicas, ou seja, o domínio senhorial começa a ser superado pelas relações urbanas burguesas, possibilitando assim, a superação da antiga ordem trazendo consigo novas condutas consideradas próprias das mulheres no meio social: não menos submissas que as damas dos engenhos, porém, mais participativas nos eventos públicos.

Para estas “novas mulheres” de elite, a busca por uma participação mais ativa no espaço público e, por consequência, obter mais liberdade em suas ações, fez com que muitas se dedicassem à atividade filantrópica. A caridade e a assistência aos menos favorecidos eram por vezes mecanismos utilizados para deixarem sua posição de destino e adentrarem em locais considerados proibidos. Estas atividades eram classificadas como “trabalho de amor”, uma extensão da vida doméstica e não um trabalho convencional. Para Lianzi dos Santos Silva, “as mulheres que realizavam tarefas filantrópicas fora do lar eram mais aceitas do que as que invadiam o domínio masculino dos assuntos públicos” (SILVA, *apud* HAHNER, 2009, p.37). A professora Ivana Guilherme Simili, concorda com este ponto de vista e reforça afirmando que, as mulheres de elite e de segmentos médios, utilizavam-se da benevolência

como antídoto para uma existência inútil e tediosa e como forma de corrigir as 'imperfeições sociais' vigentes no país. Essas mulheres queriam se tornar membros úteis à sociedade, opondo-se a um mundo que as mantinha ocupadas com a invenção de novas modas ou lhes proporcionava 'tantas reuniões que estafamo-nos a falar dos outros em vez

de trabalharmos por todos', ou que as arrancava das escolas secundárias, 'quando mal começamos a ler, rabiscar, somar, diminuir, multiplicar, para comparecer a festas, ficar à janela e dormir até às 10 e 11 horas do dia (SIMILI, 2008, p. 41).

Em meio a este cenário, onde estas “damas de caridade” desempenham suas funções, podemos destacar a figura de Darcy Vargas que, em meio a Revolução de 1930¹⁴, funda a “Legião de Caridade”, como uma forma de direcionar a filantropia a serviço da luta armada. Esta entidade tinha como principal meta angariar mantimentos para redistribuí-los às famílias dos combatentes. Para Simili, este fato denota o “desejo feminino de 'tornar-se útil' em uma luta armada” (SIMILI, 2008, p. 41).

O desejo de fazer parte dos assuntos públicos por parte das mulheres das classes mais abastadas pode-se somar a um outro fato da história brasileira em que pesa a adesão da massa operária brasileira ao governo Vargas. Inicia-se uma fase na história da política nacional onde os trabalhadores urbanos conquistam alguns direitos. Estas conquistas são conhecidas como “cidadania regulada¹⁵” justificada no fato de que, para poder usufruir os benefícios sociais, o indivíduo deveria estar inserido no campo do trabalho formal. Aos trabalhadores informais, aos quais fazem parte a maioria da mão-de-obra brasileira, será destinada a filantropia sob a forma da “Legião Brasileira de Assistência”, entidade que, por décadas, tornou-se o órgão oficial do Estado no campo da assistência social, redefinindo o papel atribuído às primeiras-damas no ambiente social.

¹⁴ A “Revolução de 1930”, foi uma revolta iniciada pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba que, devido às transformações econômicas e a dúvida sobre a validade das eleições do período conhecido como “República Velha”, criou um grande impasse político com São Paulo culminando no Golpe de Estado que levou ao poder o gaúcho Getúlio Vargas.

¹⁵ Para a Professora Aldaíza Sposati, esta conquista não pode ser vista como uma conquista da classe trabalhadora e muito menos como um direito democrático. Neste período, “o acesso do cidadão a direitos sociais foi subordinado à sua inclusão formal na legislação social do trabalho e não à condição genérica em ser cidadão brasileiro. A cidadania salarial, ou regulada como diz Wanderley Guilherme dos Santos, e não social, condicionou seu reconhecimento ao exercício de um trabalho formal” (SPOSATI, 2007, p. 443). Além dos não incorporados ao mercado formal ficarem desassistidos, somamos a isso a questão dos trabalhadores rurais que, de igual modo não eram atingidos pelas novas leis trabalhistas.

2.2 A Assistência Social no Brasil

A condição de ser pobre não gera direitos. É a condição de ser cidadão que os gera.
Aldaíza Sposati

Falar em assistência social em solo brasileiro é trazer à luz as antigas ações de caridade e benevolência atribuídas aos que detinham condições e uma grande compaixão para aqueles que, seja por qual motivo for, não obtiveram êxito econômico. Esta forma de visualização da assistência social pode ser considerada uma consequência devido ao histórico do país em que, sua industrialização tardia e frágil, somada aos governos ditatoriais que se estabeleceram ao longo do século XX, fizeram emergir no imaginário coletivo a concepção de que a atribuição do assistencialismo deve ser assunto exclusivo de “pobres e da pobreza”. Como bem apresenta a epígrafe, ser pobre não pode ser motivo para a conquista de determinados direitos, antes, é a cobrança de cidadãos que muitas vezes sentem-se desassistidos por parte de poder público que possibilita a posse dos direitos.

Nos primeiros anos do século XX, a pobreza no Brasil não era atribuída às contradições existentes no âmbito social nem mesmo como uma contradição da lógica capitalista capital/trabalho. Aquele que detinha poucos recursos, insuficientes para sua manutenção e de seus familiares, carregava consigo o estigma de negligente e, portanto, único responsável pela sua condição econômica. Nas palavras da professora Aldaíza Sposati, “(...) os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes” (SPOSATI, 1985, p. 42).

Para lidar com esta parcela da sociedade que fugia à lógica capitalista de produção, duas formas de tratamento serão ofertadas: a primeira será a repressão, que no entender de muitos teóricos do início do século passado, a questão social deveria ser tratada como “problema de polícia”, e, no outro extremo, a filantropia, realizada de forma fragmentada e descontínua principalmente por órgãos ligados à igreja. Assim, até a terceira década do século XX, “podemos dizer, sinteticamente, que, embora seus métodos fossem completamente diferentes, polícia e igreja eram as instituições responsáveis pelo controle da questão social” (RUSSO, CISNE e BRETTAS, 2008, p. 132).

Ainda nas primeiras décadas do século XX, o mundo presencia a grande crise

econômica de 1929 e, assim, assiste-se a um agravamento da pobreza no país. Operários passam a aparecer no cenário político buscando desta forma chamar a atenção para as contradições presentes na estrutura econômica.

É necessário pontuar aqui que o país enfrentava um período de grandes contrastes onde interesses opostos se contrapunham. Nessas primeiras décadas, a antiga elite agrária ainda representava a principal força econômica do país, porém, os industriais ganhavam força e prestígio, buscando aos poucos seu espaço no cenário econômico. Esse contexto, sugere uma redefinição na estrutura econômica trazendo à tona necessidades nas quais os interesses de oligarquias, industriais e operários entram em choque. Nesse cenário de instabilidade, ascende ao poder Getúlio Vargas, dando início a uma nova fase na política nacional. Sua forma de governo, caracterizada por conciliar os mais diversos interesses é denominada de “populismo”¹⁶.

Para obter êxito em seus intentos, o governo brasileiro na busca de conseguir a confiança das massas trabalhadoras e assim, garantir a sobrevivência do sistema, utiliza-se de uma nova roupagem para o assistencialismo no Brasil. Inicia-se assim o processo de inserção desta como prática de Estado e, dessa forma, exigências trabalhistas serão reconhecidas como direito, tais como, Previdência Social, salário mínimo, férias, Décimo terceiro salário, Fundo de garantia, voto às mulheres, dentre outras. Esse plano de ação governista foi fundamental para o sucesso de sua política, pois, assim garante sua legitimação junto às massas operárias. Desse modo, o populismo de Vargas conseguia instrumentalizar as classes trabalhadoras ao mesmo tempo em que controlava suas manifestações.

O que se deve deixar claro aqui é que, em se tratando de assistência social, esta não era entendida como uma política pública contínua, e sim como um problema que estava fora da esfera do Estado, e, com as transformações que aconteciam no interior da sociedade, a assistência social inicia o seu processo de

¹⁶ Para o governo desse período, muitos eram os interesses políticos em jogo. O surgimento de uma indústria que buscava seu espaço, porém sem que de algum modo afetasse os interesses da antiga oligarquia nacional, isto tudo, sem esquecer ainda as exigências dos operários que, em meio a este cenário caótico assistiam o afloramento do comunismo em terras brasileiras. Para Maria Lígia Prado, o populismo não é uma especificidade brasileira, antes, é um fenômeno que ocorre “numa situação de ‘transição’, isto é, na passagem da assim chamada sociedade tradicional – agrária, pré-capitalista, atrasada – para a sociedade moderna – capitalista, urbana e industrial” (PRADO, 1995, p. 10). Para maiores esclarecimentos sobre o fenômeno populista, consultar também a obra de IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2ª edição. Ed. Ática, São Paulo, 1989.

inserção na ação prática governamental, quer seja para prestar serviços, para conter ou evitar tensões ou mesmo desarticular movimentos operários.

Neste mesmo momento histórico, pontuamos aqui que, no dia 1º de janeiro de 1950, foi fundada na cidade do Rio de Janeiro, a “Legião da Boa Vontade”, LBV, por iniciativa de Alziro Zarur, que presidiu a instituição até 1979, ano de sua morte. Em 1956, por meio do decreto nº 39.424, baixado pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, foi a LBV declarada como “Instituição de Utilidade Pública Federal”. A filosofia dessa instituição consiste ainda hoje em atender aos que necessitam, pautados em valores ligados ao cristianismo. Sendo assim, essa instituição tem uma grande importância na articulação do projeto assistencial-religioso. Em suma, a criação dessa entidade juntamente com a legitimidade de suas ações tendo reconhecimento até mesmo por parte da União, reforça o fato já afirmado de que por décadas, a assistência foi considerada um caso ligado às instâncias religiosas.

Para Vicente de Paula Faleiros, estas propostas sociais que emergem do plano estatal dão a nítida compreensão do antagonismo de classes existente no âmbito social e torna-se claro o envolvimento do Estado com as classes dominantes. Em suma, o Estado ao se apresentar como instituição neutra, vem “esvaziar as lutas de classes e controlar os movimentos sociais, concedendo certos mínimos históricos exigidos pelas classes subalternas depois de muita pressão por parte destas últimas, o que mostra seu compromisso com as classes dominantes” (FALEIROS, 1980, p. 23). No caso brasileiro, a assistência começa a ser incorporada pelo Estado, porém, é vista mais como benevolência do que um direito adquirido, ou seja, mais como um recurso criado pelo “governante benfeitor”. Assim, estão estabelecidas as bases para o conceito de assistência social no Brasil. Portanto, prevalece no governo Vargas medidas paliativas e uma política clientelista e de apadrinhamento tendo como uma de suas finalidades cobrir as desigualdades inerentes à sociedade de classes.

Para a professora Iraíldes Caldas Torres, a principal problemática que envolve esta forma de tratamento aos que necessitam da assistência social está no fato de que “muitas vezes, os usuários das instituições de bem-estar não se reconhecem como sujeitos (...), mas como seres passivos e incapazes diante da sociedade” (TORRES, 2002, p. 131-132). Portanto, o modelo de assistência social implementado pela ditadura Vargas, tinha como principal característica garantir uma

relação de dependência e dominação sobre a população usuária. Sendo precedida por interesses dominantes, pode-se afirmar que esta “identidade atribuída de forma conservadora e moralista nega ao cidadão seus direitos” (SPOSATI, 2007, p. 441). Em suma, ao mesmo tempo em que negligencia ao usuário seus direitos, cria nele, um sentimento de gratidão e débito para com o governante uma vez que, receber algo que aparentemente se mostra gratuito foge à lógica econômica estabelecida fazendo emergir no atendido uma conduta de reciprocidade, justificando assim o título atribuído a Getúlio Vargas como o “Pai dos pobres”. O que se deve deixar claro aqui é o fato de que é o governante na figura do casal Vargas que está em evidência, e não a assistência social como um direito.

A principal instituição criada no período para amenizar a miséria alheia foi a “Legião Brasileira de Assistência”. A LBA foi uma instituição criada no ano de 1942, como dito anteriormente, em um momento marcado por transformações sociais e econômicas, isto tudo incrementado pela adesão do país na Segunda Guerra Mundial. Essa realidade conturbada criou um terreno propício para o início das atividades da LBA no Brasil, onde todo o país foi mobilizado para defender a pátria. Assim como a Legião da Caridade foi criada para auxiliar em um conflito armado, a LBA foi desenvolvida para angariar fundos com a finalidade de contribuir para o sustento de familiares de soldados convocados para o conflito. Essa instituição buscava levantar voluntários que tivessem o desejo de contribuir com o país na guerra, principalmente mulheres.

Para Silva, “os atributos femininos como abnegação, obediência e ajuda eram essenciais para este momento e deveriam ser transformados em ajuda para a nação” (SILVA, 2009, p. 82). Principalmente a ajuda que poderia vir de mulheres de políticos. Portanto, para a concretização do projeto militar de Getúlio Vargas, tem a LBA um papel decisivo na qual sua presidente, Darcy Vargas, em um apelo nacional, conseguiu mobilizar muitas mulheres, principalmente, esposas primeiras-damas dos estados tornando possível a formação de uma grande corrente de solidariedade em favor dos familiares de soldados.

Esta convocação pode ser vista no telegrama encaminhado às primeiras-damas de cada estado, datado de 28 de agosto de 1942, onde pode-se ler:

Vistos grandes dificuldades atravessa nosso país, mulher brasileira será chamada cumprir missão na proteção famílias bravos soldados e execução

todos os deveres civis forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nesta capital sob a égide da Federação das Associações Comerciais do Brasil Legião Brasileira de Assistência. Desejando estender todo o país benefício esta organização sugerimos assumir neste estado a direção do movimento em conjunto Associação Comercial que a procurará imediatamente. Muito grata por sua colaboração. Saúde cordialmente, Darcy Vargas [Sic] (SILVA apud NEVES, 2009, p. 83)

É visível, portanto, a chamada para a participação das mulheres primeiras damas no conflito em conjunto com a comunidade civil objetivando a arrecadação de recursos para a guerra. No estatuto da instituição, em seu Art. 2º, encontramos o objetivo da entidade: “Congregar brasileiros de boa vontade e promover as formas de serviços de Assistência Social prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e instituições privadas”. Portanto, percebemos que a LBA mesclava aspectos do voluntariado, juntamente com o empresariado e a política, tudo isto coroado com o envolvimento do governo federal, deixando claro o caráter de uma organização patrimonialista e assistencialista.

A LBA portanto, tem suas raízes nas campanhas realizadas para ajuda à soldados, contando com apoio das primeiras-damas estaduais e o voluntariado feminino, além dos empresários e de doações de voluntários em modo geral que ajudaram a mantê-la. Após o término da Segunda Guerra Mundial, a LBA não encerra suas atividades, ao contrário, se firma como instituição oficial do governo em favor dos pobres tendo como continuação a tradição de manter como presidente a primeira-dama federal e a cultura clientelista como base da assistência no país.

Para Silva, essa forma de assistencialismo só apresentará mudança com a Constituição Federal de 1988 e com a “Lei Orgânica de Assistência Social”, o LOAS 8742/1993. Ambas as leis buscam construir uma nova forma de cultura assistencialista no país onde disputas políticas e interesses são superados, ou seja, a Assistência passa a ser vista como política contínua e não mais como um conjunto de ações filantrópicas por parte de governos isolados. A Constituição Federal em seu Art. 203 define como deve ser prestado o assistencialismo no Brasil:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Embora apresente a assistência pela primeira vez como um direito “a quem dela necessitar” seja inegavelmente um grande avanço, é necessário pontuar que, a Constituição de 1988 não conseguiu superar os antigos costumes clientelistas disseminados pelo país. Devido a isso, em 1993, durante o governo de Itamar Franco, foi aprovada por meio de pressões realizadas pela comunidade civil e pelo Ministério público – que conforme Raquel Raichelis, ameaçava processar a União por descaso com a área – a “Lei Orgânica de Assistência Social” nº 8.743/93. Contudo, a simples implantação da lei não garante a superação de décadas de atendimento filantrópico e, do mesmo modo que a constituição federal, o LOAS não apresentará em um primeiro momento mudanças significativas no assistencialismo do país.

No decorrer de 2006, uma nova política Nacional de Assistência Social é aprovada por parte do Governo Federal. Esta nova política estabelece níveis de gestão para os municípios acessarem recursos federais. Para consegui-los os municípios devem adaptar-se à nova ordem assistencial para receber o apoio financeiro advindo da União.

Isto foi possível devido a nova forma de visualização da política assistencial por parte do Governo Federal que, em 2004, cria o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹⁷ (MDS) e, com ele, outros programas são criados com intuito de tornar as políticas assistenciais mais eficazes no combate à pobreza. Um exemplo disto é a implantação, em 2004, de “um novo modelo de gestão para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” (Cartilha Nacional de Assistência Social. Brasília, 2007, p. 10). O SUAS é em sua essência uma grande “parceria nacional entre a União, os Estados, o Distrito Federal, e os municípios para a

¹⁷ Criado em 23 de janeiro de 2004, o MDS é o responsável por um projeto que reúne a política de assistência social, a segurança alimentar, nutricional e a renda de cidadania em torno de um novo patamar de desenvolvimento social e de combate à fome. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2007.

construção de um sistema, único e específico de assistência social” (Idem).
Conforme o Ministro do MDS, Patrus Ananias (Ibidem, p. 12)

Proteger e promover os mais pobres são deveres constitucionais do Estado. As políticas dessa área tem o caráter imediato de combater injustiças produzidas pela dívida social acumulada desde o início da formação do país e que foram intensificadas a partir dos anos de globalização neoliberal. Mas também é necessário compreender a política de assistência social na perspectiva evolutiva dos direitos, para manter e consolidar a situação de justiça social. É um desafio sem prazo definido para se extinguir (Cartilha Nacional de Assistência Social. Brasília, 2007, p. 12).

Para a Secretária-Executiva do MDS, Márcia Helena Carvalho Lopes, o país vem apresentando mudanças significativas nos últimos anos com relação às políticas assistenciais. Estes novos projetos federais vêm combater um problema muito comum na política brasileira, as descontinuidades dos programas com as mudanças nas gestões. Conforme a Secretária-Executiva, “a assistência social não é uma política subsidiária, compensatória, periférica ou emergencial. Ela não deve ser política de governo, mas sim uma política de Estado para os seus cidadãos” (Cartilha Nacional de Assistência Social. Brasília, 2007, p. 12).

Portanto, é visível o fato de que estes novos projetos voltados à política assistencialista tem por finalidade executar os artigos constitucionais que são, acima de tudo, direitos e garantias do cidadão. Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social, surge a necessidade de criação de programas que atendam no âmbito regional das mais diversas áreas do país, ou seja, é necessário que este sistema seja materializado em instituições nos municípios com vistas a estar próximo dos atendidos. Devido a isso, cria-se o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

O CRAS presta atendimento socioassistencial às famílias e aos indivíduos, inserindo-os na rede de proteção social de assistência social. O centro identifica situações de vulnerabilidade e risco no seu território de abrangência, articula e potencializa os serviços socioassistenciais da rede de proteção social básica, disponível para atender adequadamente as necessidades das famílias e territórios. Essa rede objetiva promover a convivência social, familiar e comunitária a assegurar às crianças, jovens, adultos, idosos e suas famílias, condições para o exercício de sua cidadania (Cartilha Nacional de Assistência Social. Brasília, 2007, p. 20).

Portanto, o CRAS é um centro de referência destinado ao atendimento de famílias¹⁸ que necessitam ser assistidas. Conforme a própria cartilha do governo federal, o CRAS é a “porta de acesso” dos indivíduos às novas políticas de assistência social. É ele quem faz a primeira triagem das necessidades da família e, após isso, encaminha para o órgão responsável que pode ser o Conselho Tutelar, Ministério Público, entre outros.

Assim, vivenciamos um novo tempo em relação às políticas assistenciais, instituindo-se uma espécie de cultura política assistencial em terras brasileiras. Contudo, antes de dar continuidade ao assunto, é necessário desvelar o que se entende por cultura política e como foi possível perdurar por longos anos a atribuição da assistência social do país às primeiras damas.

2.3 Mulher e cultura política: o início do primeiro damismo no Brasil

*Eu sei que não posso consertar
o mundo, mas posso ajudar
muitas pessoas a mudarem de
vida.*

*Rosimeri Tomé (ex- primeira
dama de Cascavel)*

Para o professor Rodrigo Patto Sá Motta, quando falamos em cultura política, a construção do conceito nos remete ao século XIX onde o filósofo francês Alexis de Tocqueville, em sua obra intitulada “*A Democracia na América*”, de 1835, analisou a forma diferenciada para o que até então se conhecia como cidadania e principalmente para a forma de organização política estabelecida nos Estados Unidos sendo que, para o autor, não era fruto de instituições isoladas e sim resultado dos costumes daquela nação. Portanto, para Motta, os primeiros estudos sobre cultura política implicavam em um processo de subordinação na qual alguns povos detinham “cultura política” e, assim, justificavam seu nível de desenvolvimento em contraste com sociedades ignoras.

¹⁸ O conceito de família refere-se não apenas ao grupo formado pelos pais ou qualquer um deles e seus dependentes, mas, aos diferentes arranjos familiares resultantes de agregados sociais por relações consanguíneas ou afetivas, ou de subsistência e que assumem a função de cuidar dos membros (Guia de orientação Nº 1, CREAS, 2006).

O interesse por tais estudos ganham maiores contornos nos anos que se seguem à Segunda Guerra Mundial, na qual dentro do contexto da guerra fria, estudiosos do assunto (principalmente ligados ao campo das ciências sociais nos Estados Unidos), buscavam fortalecer as principais democracias ocidentais, principalmente a estadunidense, demonstrando ser estes modelos políticos estáveis e seguros, portanto, superiores a outros sistemas, dentre eles o socialismo soviético. Motta afirma que, como resultado disso, “tais democracias eram exemplos a serem seguidos pelos povos ainda não bafejados pela sorte ou virtude, tratando-se de encontrar explicações para a origem das diferenças e elaborar roteiros seguros para que todos chegassem lá” (MOTTA, 2009, p. 16).

O fato é que, quando tratamos desse conceito inúmeras são as dificuldades para defini-lo, pois, trata-se de um termo polissêmico. Para a professora Maria da Glória Gohn, anterior a Tocqueville, encontramos referências ao termo entre os principais filósofos da antiguidade clássica, como Platão e Aristóteles, além de referência em autores modernos como Maquiavel. Nesse sentido, a obra de Almond e Verba “The civic Culture” (1963) tornou-se referência dentro do campo da ciência política. Para Gohn, estes autores incentivaram a pesquisa e, embora assumissem uma postura conservadora e de defesa das culturas das maiores economias globais, superaram as análises de cunho nacional e passaram a abordar o tema como parte de um contexto social na qual a ação e cultura política são responsáveis pelas mudanças ou perpetuação de determinados regimes políticos.

Embora esclarecer o termo pareça um desafio, para Motta, cultura política pode ser definida como um

conjunto de valores, tradições e práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p. 21).

Portanto, para entendermos este conceito, é necessário a análise de todas as instituições e contratos sociais firmados no âmbito da construção de um povo, para que assim possamos entender as relações que se firmaram no interior de determinado grupo. Assim, desfazemos os discursos que vinculam “cultura política”

com “partidos políticos”, podendo inclusive afirmar que cultura política ultrapassa as instituições partidárias tornando estas partes do conceito.

É também importante salientar que, para Gohn, não é possível abordarmos “cultura política como algo homogêneo; ela é composta por um conjunto de subculturas presentes nas atitudes, normas, valores, etc” (GOHN, 2001, p. 59). Assim, vemos que cultura política implica em uma análise comportamental de determinados indivíduos nas ações coletivas, ou seja, a forma como estes se veem e o conhecimento que possuem de seu ambiente.

Trazendo o foco para o Brasil, é muito comum afirmar que pesa em nosso país uma tradição conciliatória, na qual conflitos não fazem parte desta nação visto que titulamos o povo brasileiro como nação alegre, acolhedora e cordial. O lema estampado na bandeira do país “Ordem e Progresso”, expressa bem esta ideologia conciliatória. Para Motta, muitos são os momentos na história do país em que a tradição conciliatória se manifesta. Como exemplo podemos citar o

surgimento do país independente, em que o processo foi liderado pelo Príncipe português, evitando rupturas bruscas; o modo como foi implantada a República em 1889, em que as lideranças políticas do velho e do novo sistema acomodaram-se com poucos choques; o Estado Novo e a estratégia getulista de integração de tendências aparentemente opostas, que fez escola; os resultados da crise de 1964, que, em vez da guerra civil, gerou 'guerra de saliva'; a transição pós-autoritária, em que a anistia significou realmente esquecimento e perdão; a ascensão de Lula e do PT ao poder, viabilizada por aliança reunindo forças de esquerda e direita (MOTTA, 2009, p. 30)

Porém, definir a cultura política brasileira apenas com base na tradição conciliatória parece-nos um equívoco, visto que estes episódios harmoniosos contrastam com outros em que a violência assumiu o lugar da discussão. Como explicar casos como o Contestado ou Canudos¹⁹? Além desses eventos, também podemos citar outros como a Revolta da Vacina, o suicídio de Vargas em 1954, o movimento das “Diretas Já” em 1984, os caras-pintadas em 1992. Portanto, a

¹⁹ Cito estes dois eventos acontecidos no Brasil pelo fato de serem revoltas populares que eclodiram tão logo foi a república proclamada, indicando assim que, mesmo sendo este regime sinônimo de participação popular no meio público, o descontentamento e a indignação pelo descaso da administração estatal levou a levantes populares na Bahia (Canudos), e no sul do Paraná e Norte de Santa Catarina (Contestado). Contudo, também poderíamos citar outros ocorridos durante o Império.

participação política brasileira pode ser reconhecidamente fraca e harmoniosa, contudo, pontuado por momentos de “fúria”, quase todos determinados do alto.

O que se busca aqui demonstrar é o fato de que o conceito “cultura política” não pode ser definido como uma categoria hierarquizada na qual uns possuem, outros o buscam e muitos nada detém. A pouca participação política da população brasileira, pode ser classificada como resultado da formação histórica do país onde a participação das massas se fizeram desnecessárias ou até mesmo como estratégia das elites dominantes como forma de manutenção do *status quo*. Em suma, ser apolítico pode não implicar em ser esse país inculto e estar em menor patamar cultural, e sim ser um traço marcante da cultura política no Brasil.

Para Gohn, a cultura política brasileira vem sofrendo mudanças, ligadas principalmente à participação de movimentos populares que, questionam a cultura política tradicional afirmando ser esta não democrática e excludente, resultado de uma sociedade pautada por valores patrimonialistas. Assim,

Os movimentos populares estariam colocando em crise as ideias que fundamentam noções como: ‘subir fácil na vida’, ‘rouba mas faz’, ‘é dando que se recebe’, ‘a política é um acordo de cavalheiros’, ‘você não sabe com quem esta falando’, ‘quem é a autoridade aqui’, ‘aos amigos tudo, aos inimigos a lei’ etc. Ou seja, os movimentos populares estariam apontando para uma modernidade na política, no sentido de redefinir a noção de cidadania, em seu aspecto público-privado (GOHN, 2001, p. 56).

Em se tratando de cultura patrimonialista, podemos mencionar que no campo assistencial, o que se conhece por cultura política no país é algo que vai na contramão do que entendemos como cidadania. Assim, neste campo, subjazem relações que estão ligadas à cultura política da benevolência, da dádiva, da caridade, estas deixadas como herança de um período de autoritarismo e dominação. Estas práticas clientelistas criam um sincretismo político nas quais não é possível diferenciar o que é de domínio público e privado.

Conforme a professora Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, em seus estudos sobre a literatura brasileira do século XIX, para os literatos, a política sempre foi um campo no qual os interesses individuais sobressaem ao interesse coletivo, ou seja, o meio político se tornou um espaço onde anseios pessoais são satisfeitos e é possível adquirir prestígio e ascensão social. É o que podemos encontrar nas obras de Machado de Assis, Lima Barreto, Aluísio Azevedo, José de

Alencar, entre outros, que demonstram suas opiniões sobre o universo político no Brasil oitocentista:

Soube na véspera que o filho andava com ideias de ser deputado; pedia-me duas cousas, a primeira é que o dissuadisse.
- mas por que? disse-lhe eu. A política foi a carreira do pai, é a carreira principal no Brasil... (...)
- Sim, podiam ser grandes na ciência, um grande médico, um grande jurisconsulto... Natividade não quis confessar que a ciência não bastava. A glória científica parecia-lhe comparativamente obscura; era calada, de gabinete, entendida de poucos. Política não... (ASSIS apud XAVIER, 2008, p. 50).

É visível aqui um outro aspecto da cultura política brasileira, a utilização da legislatura para fins pessoais, logo, a imagem que se vincula aos homens públicos não é de um administrador do dinheiro público, nem mesmo de uma figura benevolente e altruísta, e sim de um ser egocêntrico que busca no exercício do mandato atingir um patamar de reconhecimento que de outra forma não seria possível.

A inserção do homem e da mulher na esfera política sempre se deu de forma diferenciada na qual os papéis foram atribuídos segundo influências do meio cultural. Ao homem, a busca pelo status social máximo que só o meio político pode oferecer. À mulher, o casamento com um “bom homem” de futuro. Assim, tornam-se claras as funções de cada gênero no meio público. Reafirmamos aqui que a participação política feminina sempre foi menos expressiva (na maior parte do tempo nula) que a masculina. A ideia difundida de que um distanciamento da vida pública se fazia necessário para que esse gênero realizasse com êxito sua real vocação, implicará no distanciamento dos assuntos políticos, independente do País analisado. No ano de 1791, no periódico “*Revolution de Paris*” encontramos a seguinte afirmação:

Em virtude de que princípio as nossas mulheres são privadas da prerrogativa política? Em virtude do voto da natureza que não criou as mulheres para as funções do corpo político. Essas funções exigem trabalhos onerosos, uma sólida experiência, uma força de espírito e raciocínio que não pertencem a um sexo cuja constituição é frágil e delicada, cuja conformação está em contraste total com os trabalhos da administração e das armas, no qual a delicadeza dos órgãos produz uma série de ideias débeis e desconexas, e não aquelas concepções fortes e consistentes necessárias à gestão pública. Numa palavra, as mulheres

nasceram para as virtudes e cuidados domésticos. Sua tarefa não vai além e, quando quiseram superar esse limite, só ofereceram um fenômeno em geral extravagante e não autorizado pela natureza (RUSSO *apud* GROPP, 1999, p. 31).

Portanto, observa-se que, mesmo após à Revolução Francesa e à criação de uma declaração que se apresentava como universal na questão dos direitos, priorizava na verdade o indivíduo masculino, branco e proprietário como legítimo herdeiro do gênero humano. À mulher lhe resta um papel de destaque no meio familiar sendo responsável pelo bom desenvolvimento da família e garantia da boa imagem do homem público, sendo esta ordem imutável.

A autora Ivana Guilherme Simili, reforça essa ideia afirmando que, mesmo nas primeiras décadas do século XX, este imaginário persegue as mulheres em todas as esferas sociais. Quando tratamos do campo político, este também está marcado pelas divisões de ordem sexista. A política é vista como um campo essencialmente masculino “pela capacidade e pelas habilidades 'naturais' dos homens para a racionalidade, para o controle das emoções e para a tomada de decisões, entre outras características e competências” (SIMILI, 2008, p. 32-33).

Podemos acrescentar a isso o fato de que o descrédito político construído historicamente em solo brasileiro destinou uma conotação negativa para esta atividade, um campo sujo em que nada se assemelha ao imaginário feminino “ingênuo” e “puro”.

Grosso modo, a participação política brasileira se dá de forma muito efêmera, como dito anteriormente, geralmente ligada a focos de tensão onde após a passagem do evento volta-se a apatia política. Para as professoras Fanny Tabak e Moema Toscano, isso é “fruto de um acidentado processo histórico, em que curtos períodos de experiência democrática intercalaram-se com outros não tão curtos de governos autoritários (...) (TABAK e TOSCANO, 1982, p. 55). Este demérito atribuído a atividade política é algo difundido por todo o tecido social independente de classe. Convém destacar aqui o fato de que, se a participação política masculina se dá de forma ínfima, a participação feminina terá números ainda mais reduzidos, resultado este de uma introjeção no inconsciente de valores e concepções que reforçam a ideia de que o espaço natural feminino é o ambiente doméstico. Em suma, este imaginário estabeleceu a base para a exclusão da mulher do meio político.

Esta exposição demonstra o quão longo e penoso foi o processo de inserção da mulher na vida pública. Embora vivamos em um tempo diferenciado onde podemos verificar a presença feminina à frente de muitas nações e instituições financeiras²⁰, alguns estigmas parecem ainda perseguir o cotidiano desse gênero. Dentre eles destaca-se aqui o ideal de mãe e educadora. Mesmo nos últimos anos do século XX esse imaginário parece manter-se vivo. Como exemplo disso, citamos o Encontro Regional de Mulheres do Oeste do Paraná, realizado em Toledo no ano de 1990, que contou com a participação da ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina. Em seu discurso, enfatizou os problemas enfrentados pelas mulheres, em especial no que diz respeito aos de ordem discriminativa. Conforme a palestrante, as lutas de outrora nunca se fizeram tão presentes como agora: “parece incrível, disse ela, que ainda hoje tenhamos que lutar pelos mesmos motivos, creches, trabalho, direitos iguais, salários justos entre outras questões” (O Paraná, 06/03/1990, p. 08). Erundina enfatiza que, “nós mulheres somos educadoras e formadoras. A discriminação deve acabar primeiro nas nossas casas para depois lutarmos fora dela” (Idem, 1990, p. 08).

²⁰ No final dos anos de 1970, a participação feminina nos organismos de poder começou a se dar de forma mais intensa. Como exemplo destacamos aqui a direção da Inglaterra nas mãos da Primeira Ministra Margaret Thatcher, o Ministério da Saúde francês sob comando de Simone Weill, Maria Isabel Perón, na presidência da Argentina além de Lydia Gueillero na presidência da Bolívia. Atualmente, podemos citar Angela Merkel, Primeira Ministra da Alemanha, Yingluck Shinawatra, eleita em 2011 como Primeira Ministra Tailandesa, Cristina Kirchner, Presidente da Argentina, Christine Lagarde como Diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Verónica Michelle Bachelet Jeria, ex-presidente do Chile e, em destaque especial, podemos aqui citar o Brasil. No ano de 2010 foi eleita em segundo turno com 55,7 milhões de votos a candidata do PT, Dilma Rousseff. Em 2011 é indicada para o cargo de Ministra da Casa Civil a então Senadora pelo Estado do Paraná Gleisi Helena Hoffmann, demonstrando assim uma notável participação feminina na política do país.



Luiza Erundina

Portanto, concluímos que no consciente coletivo, a verdadeira política é assumida por homens vocacionados e, a política de assistência, uma forma inferior e complementar à política administrativa, destina-se às mulheres, pois no entender de alguns teóricos, “pobre é coisa de mulher, que tem coração e não de governo que tem razão” (SIMILI, 2008, p. 137).

Assim, vemos que o social é um terreno onde a bondade e a misericórdia se manifestam e, dessa forma, é a sensibilidade que deve falar mais alto e não o entendimento de uma política pública.

Embora a participação política feminina tenha sido pouco expressiva no histórico do país, a valorização da esposa do homem público é ainda hoje um importante aliado no meio político, pois, é possível verificar este fato como um mecanismo utilizado pelos homens que almejam ou conquistam os cargos públicos, ou seja, utilizam-se da imagem da esposa “na produção de representações políticas favoráveis ao governante. A existência das esposas e, principalmente, a exposição delas pelos governantes demonstram o que eles são no privado: maridos e pais de família” (SIMILI, 2008, p. 59). Vemos assim que, a presença da família no campo político pode ser caracterizada como uma defesa dos valores morais presentes na figura do homem público, ou seja, a boa condução da família demonstra que tem

aptidão para administrar a máquina pública. Neste ínterim, a participação da esposa do governante no campo político exerce em primeiro plano um papel simbólico, ou seja, é ela a esposa virtuosa que carrega consigo valores morais condizentes com o ideal de mulher perfeita construído ao longo dos séculos no imaginário coletivo. Portanto, é o anonimato político parte da roupagem da primeira dama e, sendo assim, mesmo quando exerce cargos no meio da administração, seu trabalho é mais caracterizado como uma ação complementar à atividade do marido. Para Tabak e Toscano,

as esposas de nossos políticos tendem a manter-se à margem de qualquer ação que possa ser entendida, como política, preferindo o limbo do anonimato, ou, no máximo, optando por uma ação paralela, mais limitada ao assistencialismo e às campanhas de promoção social de um ou de outro grupo desamparado, principalmente crianças e velhos (TABAK e TOSCANO, 1982, p. 58).

Como já foi abordado, no Brasil, esta tradição da primeira-dama voltar-se à grupos desamparados, tem sua origem na figura da primeira-dama Darcy Vargas. A participação de Darcy Vargas na Revolução de 1930 se deu dentro das possibilidades impostas a uma mulher em um conflito armado. Assim, como mencionamos, nascia a “Legião de Caridade” como um mecanismo responsável por assistir de forma mínima as famílias dos revoltosos. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a família Vargas muda-se para a capital federal do período, o Rio de Janeiro. Importante destacar aqui que, a partir disso, a primeira-dama começa a se envolver com o espaço público, porém, como demonstra Simili, sem jamais apresentar desleixo de suas obrigações como esposa e mãe. Nesse contexto, a LBA, criada em 1942, será “a primeira instituição de atenção social, direcionada para o atendimento à pobreza, evidenciando um Estado protetor com características humanitárias” (SILVA, 2009, p. 72). Portanto, esta entidade busca prestar atendimento às camadas mais baixas da sociedade contando com o apoio não só do governo, mas também da sociedade civil.

Em todas estas instituições desenvolvidas no interior do Estado para dar suporte às camadas menos favorecidas, seja na “Legião de Caridade” ou na LBA, é a figura da primeira-dama que está sempre a frente. Estabelece-se assim uma função pública para a esposa do governante devido às qualidades intrínsecas que são atribuídas à mulher.

Assim, podemos pontuar que a criação da LBA foi o fato principal para a entrada das esposas de políticos no meio público que deu origem ao que se convencionou chamar de “primeiro damismo”. Ser primeira dama não é mais somente ser esposa e mãe, é ter envolvimento político mesmo que de forma inconsciente, aumentando dessa forma a popularidade do marido governante. Em suma, “o primeiro damismo deixou de representar a figura da mulher de um presidente ou líder incomum, pois passou a constituir um cargo dentro do organograma da vida pública-política” (SILVA apud BIASIOLI, 2009, p.14). Desse modo, assumir a frente de alguma entidade filantrópica auxiliando a política do esposo governante é uma, senão a principal característica do primeiro damismo.

Para a professora Iraildes C. Torres, esse fenômeno não é algo inerte, e sim, desenvolve-se com tal ímpeto que torna possível as esposas de governante construírem

poderes próprios junto às classes subalternas. [...] Os dados revelam que em alguns casos, as mulheres primeiras damas possuem mais popularidades do que os maridos governantes, fato que contribui significativamente para o reconhecimento do governo junto às classes subalternas (TORRES, 2002, p. 12).

Podemos melhor ilustrar essa afirmativa lançando nossa análise para fora do país. Ter uma mulher a frente das questões sociais não é uma exclusividade brasileira. Podemos perceber que este fenômeno também foi fortemente difundido na Argentina nos anos de 1940 e 1950. Ninguém parece ter tido maior evidência como primeira dama nacional do que Eva Perón²¹, também conhecida como Evita, que governou o país com Juan Domingos Perón entre 1946 e 1952, ano de sua morte. A criação do mito Eva Perón denota o poder político que pode emanar da parte feminina que se transformou num grande aliado no meio público. Enquanto o populismo argentino apresentava Juan Perón como o destinado a administrar e erguer a Argentina, uma espécie de “salvador”, Evita, em sua condição de esposa

²¹ Maria Eva Duarte, “Evita” como o povo a chamava, nasceu em Los Toldos, província de Buenos Aires em 1919. De família pobre, muda-se para a capital do país aos quinze anos de idade para tentar a carreira de atriz. Aos vinte e quatro anos, conhece o então Ministro do Trabalho Juan Domingos Perón, então com quarenta e oito anos de idade. Após curto romance, contraem matrimônio. A história de Evita encontrou guarida no meio popular devido a sua história de pobreza na qual busca o sucesso na capital do país, caminho desejado por muitos argentinos. Assim, a dama dos “descamisados” era não somente uma representante, mas um exemplo a ser seguido.

torna-se a representação do ideal de feminilidade, intuição, emoção e sentimento, aquela que demonstra cuidados com os pobres, porém sem nunca deixar em segundo plano a submissão ao marido. Em sua autobiografia intitulada “*La razón de mi vida*”, lançada no ano de 1951, afirmou que:



Acima, imagem do funeral de Evita, 1952. A submissão e o sacrifício são atributos sempre presentes no discurso de Evita. A sacralização do mito Eva Perón veio em meio a uma morte prematura, resultado de um câncer uterino. Devido a doença, não teve filhos. Dessa forma, a imagem de uma mulher que se dedicou por completo aos humildes, tendo como filhos o povo argentino entrou para a história (Imagem extraída de CAPELATO, 2009, p. 302).

Tudo o que sou, tudo o que tenho, tudo o que sinto é de Perón... deixei de existir em mim mesma; é ele quem vive na minha alma, é dono de todas as minhas palavras e de meus sentimentos – senhor absoluto do meu coração e da minha vida. Como mulher pertenço a ele completamente, sou de certo modo sua escrava, mas nunca deixei de me sentir, como agora, mais livre (PERÓN apud CAPELATO, 2009, p. 299-300).

O ideal de que a principal representante do povo confiava no governo instituído é visto como positivo, pois, sendo assim, esta confiança alastra-se pelas massas dando mais suporte ao governante.

Para Maria Helena Capelato, esta ex-primeira-dama tem uma participação decisiva na assimilação do governo por parte das classes populares. Sendo assim, o casal ganha uma representatividade mitológica na qual o “salvador” e a “redentora” trabalham juntos pelo desenvolvimento do país. Podemos ver aqui presente o ideal positivista discutido anteriormente, onde a participação da mulher como educadora e auxiliadora do desenvolvimento nacional, encaixa-se perfeitamente nessa personagem argentina.

Segundo a autora, enquanto o populismo argentino apresentava um casal como responsável pelo progresso nacional, o populismo brasileiro invocava o misticismo cristão na busca de legitimar a ditadura imposta. Assim, os dois principais símbolos da política populista argentina contrastam-se com a análise do governo Vargas, onde segundo Luiz Vieira, este é apresentado como um messias solitário, que renunciava a própria vida;

À luz da história, não conhecemos espírito mais claro e mais belo que o de Getúlio Vargas... Será adorado... durante séculos pelos seus grandes feitos em prol da humanidade sofredora... Sua lenda moverá lágrimas sem fim; os seus sofrimentos lastimarão os melhores corações... o nosso Legislador Político será o assombro de toda a humanidade culta, de vez que os seus atos ultrapassam a fraca compreensão humana! Como todos os grandes espíritos, ama a simplicidade dos campos... O meigo nazareno tinha a sua alma voltada à abstração...; sozinho no seio da natureza plácida e sem artifícios, poderia Getúlio Vargas encontrar horizonte suficientemente largo e ambiente apropriado ao campo das suas elevadas meditações. Até nisso vemos como Getúlio Vargas segue as pegadas do Grande Espírito... (VIEIRA apud CAPELATO, 2009, p. 307)

Embora o discurso seja comovente, somos levados a discordar do fato de que, no populismo brasileiro, foi Getúlio Vargas um representante político solitário tendo sua influência em todo o tecido social. Ao contrário, assim como Evita no caso argentino, Darcy Vargas teve grande importância no meio político e social do país, estabelecendo uma nova roupagem para a atuação das primeiras damas no Brasil. Para Simili,

No verbete criado pelo Dicionário das Mulheres no Brasil (SCHUMACHER e BRASIL, 2000) – uma das mais recentes produções biográficas sobre mulheres – é esclarecedor. Nele, a primeira-dama é classificada como ‘pioneira, dentre as primeiras-damas brasileiras, na atuação junto à órgãos assistenciais pertencentes à estrutura do Estado’. Sua atuação em obras dessa natureza parece ter começado em 1934, quando apoiou a fundação

do Abrigo Cristo Redentor (RJ). Outras iniciativas seguiram-se a essa, tais como a de um abrigo para mendigos, a Escola de Pesca Darcy Vargas e a Escola Agrícola Presidente Vargas. Em 1938, atuou na criação da Fundação Darcy Vargas, destinada a oferecer assistência a menores e a coordenar escolas para crianças e idosos. Em 1940, inaugurou a Casa do Pequeno Jornaleiro, que prestava serviço de proteção à infância. Nos anos de 1940 expandiu essas atividades com a Casa do Pequeno Lavrador, a colônia de férias da Casa do Pequeno Jornaleiro, a escola primária Álvaro Sodré e o restaurante da Casa do Pequeno Trabalhador. Em 1942, foi responsável pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), que herdara algumas finalidades da antiga Legião de Caridade, mas que adquirira novas funções no quadro da administração pública. A LBA incumbiu-se de múltiplas atividades em todo o país, tornando-se o principal órgão de assistência social do governo brasileiro durante décadas (SIMILI, 2008, p. 10-11).

Com isso, é visível que a trajetória de ambas as personagens apresentam um novo significado para a participação das primeiras damas, agora atrelada ao assistencialismo. Assim, as primeiras damas das principais nações da América do sul, deixaram como legado uma nova forma de atuação para as esposas dos políticos governistas.

Esta forma de interação das esposas primeiras damas e o assistencialismo irá perdurar por todo o restante de século e, em todo caso, sua superação ainda é questionável. Em uma análise no município de Cascavel-PR, como não poderia ser diferente, percebemos que o histórico do assistencialismo nesta cidade está envolto a participação das mulheres primeiras damas. O atendimento destinado aos mais carentes foi por muitos anos fornecido por órgãos como o PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) e o S.O.S. Família, entidades criadas por iniciativas de esposas de governantes. No histórico deste município, a participação feminina em outras esferas públicas se dá de forma ínfima. Apesar da violência praticada com as mulheres, do machismo ou por conta disso, há mais de uma década não temos uma vereadora na Câmara Municipal, jamais uma mulher assumiu a prefeitura e a cidade sequer conta com uma secretaria de assuntos femininos. A pouca participação feminina na política em Cascavel pode ser justificada no histórico do município que, teve na violência e na luta pela terra sua construção. Assim, faz-se necessário esclarecer o passado desta cidade visando uma melhor compreensão das relações que aqui se estabeleceram.

2.4 – A Colonização do município de Cascavel: os primeiros ciclos econômicos

Localizada na Região Oeste do Paraná, emancipada em 14 de novembro de 1952, pela Lei Estadual 790/51, sancionada pelo então Governador Bento Munhoz da Rocha, Cascavel contava em 2010 com uma população de 286 mil habitantes (Dados IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2010), tendo na agricultura e no comércio sua principal fonte econômica. Conforme conta a história oficial, tudo começa quando José Silvério de Oliveira, o “Nhô Jeca”, chega com sua família na então chamada “Encruzilhada dos Gomes”²² e, conforme afirma, foi a partir de um sinal divino que resolveu permanecer na região: “aqui encontrei a imagem da santa (Aparecida) em 11 de novembro de 1923 e é aqui que vamos ficar” (Governo Municipal de Cascavel. 2002, p. 4.)

Em 20 de outubro de 1938, um Decreto-Lei criaria o Distrito de Cascavel, pertencente à Foz do Iguaçu, sendo este o primeiro passo rumo à criação do município, possuindo as seguintes coordenadas:

Começa no rio Iguaçu, na foz do rio Gonçalves Dias, pelo qual sobe até sua nascente mais próxima, ao quilômetro 88 da estrada de rodagem de Guarapuava à Foz do Iguaçu, daí alcança o espigão do divisor dos rios Paraná e Iguaçu, seguindo por este espigão até frontear a cabeceira do rio Melissa, na qual alcança e desce por este até a foz do rio Piquiri. (SPERANÇA, 1980, p. 63.)

A povoação da região começa, portanto, a se consolidar e, conforme destaca Alceu Sperança, “o censo de 1950 aponta uma população de 404 almas e o progresso já é irreversível” (SPERANÇA, 1980, p. 65).

Desde então, Cascavel conheceu um crescimento político e econômico acelerado e, atualmente, conta com um polo industrial bastante diversificado. Isto somado à sua força maior, o campo, torna Cascavel a maior e principal cidade da região Oeste do Paraná.

Porém, para entender o grande desenvolvimento desta cidade, não basta atribuí-lo a uma eventualidade do destino ou mesmo a ação da força divina. O histórico de colonização deste município está envolto na disputa pela terra somado à

²² Estrada construída pelo ervateiro Augusto Gomes de Oliveira, localizada às margens do Rio Cascavel, hoje, atual Cascavel Velho.

falta de fiscalização por parte do poder público que, assim, criou um ambiente propício à violência, onde os interesses dos mais fortes prevaleciam.

Conforme a historiografia brasileira, a região Oeste do Paraná, pode ser considerada como uma das primeiras regiões conhecidas pelos europeus após os anos de 1500 onde, pela sua localização geográfica estratégica e suas muitas águas, faziam com que esta área fosse um ponto de passagem dos exploradores que se aventuravam pela região do Rio da Prata. Porém, contraditoriamente, a região Oeste, dentro do território paranaense, acaba sendo a última a ser colonizada. A cartografia do final do século XIX apontava para o Oeste do estado como “Sertão desconhecido” ou “Região Inóspita”.

Em 7 de junho de 1494, foi celebrado no povoado espanhol de Tordesilhas o tratado que leva o mesmo nome, e desta forma, ficava dividido o território da América do Sul entre espanhóis, ao Oeste, e portugueses a Leste. A forma da divisão, dando grande parte do litoral brasileiro para os portugueses, fez com que o caminho do Rio da Prata, fosse uma opção de navegação aos espanhóis. Assim, foi o Oeste Paranaense uma das primeiras regiões brasileiras conhecidas pelos exploradores europeus²³. A exploração dessa área encontra-se registrada também por meio das ruínas das reduções jesuítas localizadas ainda hoje na cidade paraguaia de Salto Del Guairá. Em um período em que a autoridade civil atuava em conjunto com a autoridade eclesiástica, a presença da comunidade jesuíta demonstra uma das primeiras formas de conflitos existentes na região, a tentativa de dominação europeia sobre as culturas nativas aqui residentes. Alguns anos mais tarde, o trabalho jesuíta se mostrara contrário às mudanças coloniais finalizando assim essa etapa de dominação.

A construção dos primeiros núcleos urbanos no território que hoje se denomina Paraná tem suas origens atreladas ao descobrimento de jazidas de ouro nos arredores de Paranaguá, o que impulsionará o surgimento de um pequeno núcleo comercial nas proximidades. Somado a isso, a criação de gado no extremo sul do Brasil, para abastecer principalmente o mercado paulista, fez com que os tropeiros procurassem locais de engorda e repouso para o gado, visto que a viagem

²³ Para Vander Piaia, esta região do Brasil já era conhecida muito antes da chegada dos europeus ao continente por culturas autóctones que trafegavam por aqui. A justificativa para isso encontra-se no fato da existência de muitas trilhas que se encontravam espalhadas pelo continente, que receberam o nome de “Caminho do Peabiru”.

era longa e, com isso, uma perda de peso da mercadoria bovina era natural. Os campos gerais do estado paranaense demonstraram ser um excelente local de pastagem e, devido a isso, uma pequena rede comercial começa a surgir nesta região dando origens a cidades como Guarapuava e Ponta Grossa. Contudo o Oeste do Estado permanece praticamente inabitado, um grande vazio civilizatório. Por séculos esta região ficara de fora dos interesses econômicos do Estado uma vez que, não existia neste canto riquezas aparentes que justificassem altos investimentos.

Para o professor Vander Piaia, mesmo quando vamos nos aproximando do século XX, o cenário do Oeste Paranaense pouco se modifica:

As condições de trânsito pouco se alteraram para o oeste paranaense até o final do século XIX. Nem a intensidade da luta jesuítica nem tampouco a Guerra do Paraguai contribuíram para facilitar o sistema viário da região. Embora fosse uma das primeiras regiões a ser conhecida – e por que não dizer explorada – o oeste chegou ao século XX incorporado ao Brasil tão somente sob o ponto de vista político. Mais paradoxal ainda é que no divisor oeste do território está situado o Rio Paraná, que representou nos últimos quatro ou cinco séculos um dos mais importantes canais de trânsito de toda a região sul (PIAIA, 2004, p. 53).

Devido à falta de recurso por parte do Governo estadual e à busca por melhorias na região Oeste com intuito de que a criação de infraestruturas básicas pudessem atrair colonos para estas áreas, levou o Governo paranaense a assinar acordos²⁴ com empresas estrangeiras interessadas em explorar esta área; as conhecidas “Obrages”. Estas empresas possuíam em sua maioria capitais argentinos e adentravam nas matas do Oeste visando a exploração da madeira e da erva-mate em estado natural, utilizando-se de mão-de-obra quase escrava e o “antecipo” como forma de recrutamento de trabalhadores. O antecipo era na verdade uma isca financeira na qual o pagamento adiantado pelo serviço transformava o trabalhador em um agente submisso aos interesses dos obrageiros tornando-o uma espécie de escravo devido às dívidas.

Para Piaia, os proprietários das Obrages, os obrageiros, comportavam-se

²⁴ A permissão da exploração desta área pelas Obrages remete à problemas civilizatórios na região. Devido a pouca presença brasileira, estas exploradoras argentinas adentraram de forma irregular, o que levou o Governo a firmas parcerias visando manter o controle da região e angariar recursos com a exploração da região.

como os “imperadores do sertão”. A pouca presença do Estado nessa região, devido ao difícil acesso e à falta de infraestrutura capaz de ligar a capital ao Oeste do estado fazia com que os interesses dos mais fortes tivessem aqui força de lei. O isolamento que sofria esta região era um grande atrativo para as obras, pois,

a colonização e a consequente proliferação da propriedade privada não se coadunavam com o sistema de exploração introduzido pelas mesmas. Não havia tampouco o interesse de acrescentar ou substituir a mão-de-obra por levadas de trabalhadores de outros rincões que não aquele existente. O costume institucionalizado dos antecipos, o conhecimento que os ribeirinhos – caboclos, índios, paraguaios – tinham do local, sua habilidade para desempenhar tarefas nas matas e, o controle absoluto das companhias obrageiras sobre a vida e a morte destas pessoas, constituíam parte integrante e necessária da forma de acumulação. Tudo leva a crer que as obras dificultavam as tímidas tentativas de colonização, assim como o Estado tampouco agia neste sentido, salvo exceções, como a estrada estratégica, apesar de antes de tudo, possuir um caráter militar. Com relação à possibilidade de colonização, o meio natural tanto protegia as obras como lhes permitia a riqueza, ao mesmo tempo que era um formidável obstáculo a qualquer tentativa mais ampla de colonização (PIAIA, 2004, p. 117).

Portanto, o isolamento em que a região Oeste Paranaense se encontrava permitiu a existência de um poder paralelo, ao qual as obras tomavam a dianteira. Sendo os investimentos mínimos e os recursos naturais abundantes, somados à exploração máxima da mão-de-obra local, criavam um mercado muito atrativo no qual a interferência do Estado poderia ser negativa. Além do mais, “a liberalidade fiscal, a ausência de grandes obstáculos burocráticos, a liberdade de fazer de modo mais conveniente a exploração, fechava o elo que garantia às obras um grau de acumulação invejável” (PIAIA, 2004, p.123). Pela falta de Infraestrutura local, mesmo os fiscais que eram enviados para áreas de extração acabavam por depender dos favores dos obrageiros. Conforme Ruy Christovam Wachowicz, a própria “presença policial era simplesmente simbólica” (WACHOWICZ, 1987, p. 129).

Este quadro começa a se modificar após uma preocupação por parte do Estado em legitimar seu poder nesta região. Sendo esse território estratégico do ponto de vista geográfico, tendo ligação direta com Argentina e Paraguai, o Governo brasileiro, buscando assegurar o domínio sobre esta área cria uma colônia militar no Extremo Oeste, que resultou na cidade de Foz do Iguaçu. Além de ser um ponto estratégico, outros problemas emergiam. A preocupação mais presente estava

relacionada aos problemas de identidade, pois, sendo uma região de tríplice fronteira, muitos eram os estrangeiros que habitavam nesta área motivados pela exploração da madeira e da erva-mate tornando assim a língua oficial e a moeda corrente algo difícil de distinguir. Para que este projeto de controle mais efetivo da área ganhasse credibilidade, era necessário a construção de um caminho que ligasse o Leste ao Extremo-Oeste do estado, mais precisamente a capital do estado à sua colônia militar. Esta iniciativa começa a modificar a paisagem do Oeste Paranaense.

Após a segunda década do século XX, medidas por parte do governo federal, representado pelo Presidente Getúlio Vargas, começam a enfraquecer os grandes lucros até então conquistados pelas obrages²⁵. Acrescenta-se a isso as informações advindas desta região por parte do poder público e principalmente as denúncias que os revoltosos da revolução federalista²⁶ enquanto escondidos nas matas oestinas faziam sobre a ocupação desta área brasileira por empresas estrangeiras e a péssima qualidade de vida dos trabalhadores obrageros.

Portanto, a partir dos anos de 1920, finda o ciclo dos obrageros e inicia uma nova etapa, “a ‘tomada’ do espaço oestino através da colonização por parte dos nacionais” (PIAIA, 2004, p. 163). As antigas áreas de exploração são transformadas em áreas a serem colonizadas e, no lugar das obrages surgem as empresas colonizadoras. A principal foi a Colonizadora Madeireira Rio Paraná (Maripá), na qual sua organização e projetos de longo prazo demonstraram-se eficientes e altamente rentáveis. A antiga fazenda Britânia, com 274.846 Hectares, antes explorada pelo capital argentino passa a ser propriedade da Maripá, tornando-se responsável pela criação de muitos municípios do Oeste, como Toledo, Maripá, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, entre outros.

Buscando “civilizar” a região Oeste do Paraná, as colonizadoras dão prioridade na ocupação destas terras aos agricultores nacionais, porém, como foi

²⁵ Medidas como o fortalecimento das alfândegas e o aumento de impostos sobre a erva-mate, fez com que os grandes lucros obrageros caíssem fortemente. Somado a isso, a “Lei dos Nacionais” de dezembro de 1930, buscava controlar com um rigor maior a mão-de-obra estrangeira presente no país.

²⁶ No dia 5 de junho de 1924, a instabilidade política brasileira levou a um levante armado nas principais cidades do país visando a implantação de uma nova forma de governo. Tendo o Governo federal fechado o cerco aos rebeldes de São Paulo, estes buscaram abrigo junto às matas do oeste paranaense visto que eram bons esconderijos e também o caminho mais próximo para aliaem-se aos rebeldes gaúchos. Disto resultou a coluna Prestes.

dito na primeira parte desse trabalho, o imaginário em que estava envolto o sentido de civilidade até meados dos anos de 1950 apontava para o continente europeu. A preferência então pelo eurobrasileiro se dá pelo fato de que, a este, está ligado uma imagem positiva de honestidade e trabalho, ao contrário do imaginário que envolvia paraguaios e argentinos da região, sinônimos de atraso e barbárie. Portanto, são os eurobrasileiros produtores de progresso. Assim, as propagandas e chamadas serão na busca de imigrantes europeus principalmente gaúchos e catarinenses que já possuem a experiência de colonizadores de áreas inóspitas.

A principal propaganda era feita no “boca a boca”, pois, via de regra, as áreas a serem ocupadas correspondiam as expectativas dos novos habitantes (terras férteis, grande quantidade de rios, garantia de propriedade, preço baixo) e, ouvindo isto, muitas vezes de um familiar próximo, dava mais credibilidade ao discurso.

Nas áreas de domínio da Maripá²⁷ os terrenos, além do baixo preço, possuíam toda a documentação necessária para fazer com que seus compradores fossem considerados donos legítimos da terra. Para aqueles que não atendessem os fatores étnicos necessários, eurobrasileiros, para se estabelecerem nas terras da colonizadora ou ainda buscavam terras mais baratas, a compra nos arredores das colonizadoras se tornava uma opção, porém, sem a mesma segurança e tranquilidade que eram encontradas nas áreas da antiga fazenda Britânia.

Portanto, na região de Cascavel, a não incorporação da área por parte de alguma colonizadora, e o seu grande distanciamento da capital do estado cria um campo propício à disputa de terras. Este conflito se dá diretamente entre grileiros e posseiros das terras. A força, portanto, garantiria a propriedade da terra:

Expulsando o posseiro, o fazendeiro sentia-se à vontade para 'provar' o seu direito sobre a terra. Em Cascavel, a luta colocou frente a frente classes distintas; o poder econômico, que possibilitava o pagamento de jagunços e corrompia os agentes judiciários e do poder público (...), tornava claro que se tratava de uma luta entre o colono sem posses e o sujeito com capital suficiente para 'investir' na propriedade da terra, não

²⁷ Nas terras de abrangência da colonizadora Maripá, poucos são os problemas apresentados. Porém, é visível um grave problema étnico na qual os que não correspondiam ao perfil desejado, eurobrasileiros, eram barrados na compra de terras. Contudo, não encontramos aqui problemas com relação a posse da terra, onde os títulos entregues aos posseiros eram fiéis evitando desavenças. Em outras áreas como o Sudoeste do Estado por exemplo, a colonizadora Clevelândia Industrial e Territorial Ltda, CITLA, produziu um ambiente instável ao vender terras de propriedade do Estado, ou territórios já ocupados. No Oeste, o conflito de terras é fomentado em áreas devolutas e sem o controle por parte das colonizadoras.

através do próprio trabalho, mas de sua capacidade financeira (PIAIA, 2004, p. 246).

Enquanto na área de abrangência da colonizadora Maripá, os problemas e discussões envolvendo colonos e até mesmo litígios entre casais, eram resolvidos por funcionários da própria empresa, pois, desavenças seriam uma péssima propaganda para futuros colonos, nas terras aos arredores os conflitos se estabelecem. Cascavel torna-se um grande exemplo, pois, ficando fora do controle das colonizadoras, somando a isso a pouca presença do Estado, fez com que a disputa pela terra se desse de uma maneira intensa e, dessa forma, transformaram esta região em uma das mais violentas do Brasil na época. Em Cascavel é que, posteriormente, em 1984, surge oficialmente o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, MST. Nestas terras devolutas, a violência se faz presente como forma de ampliação das posses ou mesmo como forma de proteger o que já estava conquistado.

No findar dos anos de 1940, o mundo buscava se erguer dos traumas deixados pela Segunda Grande Guerra, tendo como necessidade imediata a reconstrução de cidades inteiras devastadas pelo conflito. Junto a isso, no planalto central brasileiro inicia-se, na década seguinte, a construção de um ousado empreendimento que absorvia muitos recursos materiais, a construção de Brasília. Estes eventos somados vão resultar num aumento significativo sobre o preço da madeira e, sendo esta em abundância na Região Oeste do estado, a procura por terras visando a exploração desse recurso ganha contornos maiores.

Ao findar os anos de 1960, com o desgaste do ciclo madeireiro, inicia-se o ciclo da agricultura. Esta opção não se deu por acaso, mas sim pelas vantagens que se podiam conseguir junto aos bancos. Para Ondy Hélio Niederauer

os bancos passaram a abrir créditos para a limpeza dos locais desmatados. A euforia da produção alimentícia, amparava-se no chavão 'Alimentos Para o Mundo'. Para acabar com a fome no mundo era preciso ampliar a área de plantio. Foi aí que o colono percebeu que a fiscalização bancária fazia vista grossa, para o caso de, também derrubar o mato, e não somente a destoca. Abatidos dez alqueires de mato, conseguia ele até o financiamento de um trator. Com mais dez alqueires abatidos, conseguia-se até o financiamento barato para a compra de semeadeira e até a colheitadeira. Comprava-se, então, a terra do vizinho (NIEDERAUER, 1992, p. 101-102).

O pequeno e médio capital empregados na área na fase do ciclo madeireiro transformara-se em grande capital ao final deste ciclo. A nova fase agrícola possibilita a manutenção e até mesmo a expansão deste capital, ou seja, a grande quantidade de terras férteis juntando-se a incentivos bancários para a atividade primária irão manter os interesses dos capitais adquiridos no decorrer do ciclo madeireiro em permanecerem na região. Portanto, “era pois, urgente concretizar a posse definitiva da terra, sob pena de ser excluído da cornucópia generosa da agricultura” (PIAIA, 2004, p. 290).

Os fortes investimentos no setor primário irão incentivar a criação de uma vasta rede comercial para este ramo então muito valorizado. Isso será de grande importância, pois, a partir do espaço rural, inicia-se o crescimento do espaço urbano. Para Erasto Castilhos de Mellos, a novidade desta nova fase está no fato de que

(...) pela primeira vez, parte do valor excedente realizado a partir das atividades de extração e transformação foi apropriado por elementos fixados na região, ou seja, por grupos empresariais cujas sedes e, por consequência, o poder de decisão, estavam inseridos no Extremo-Oeste. Internalizam-se assim, as classes sociais características da exploração capitalista. A burguesia representando os interesses do capital, através da organização da produção da madeira, passou a fazer daquele espaço físico um espaço de valorização do capital, ou seja, não apenas um espaço de extração do excedente, como foi anteriormente, mas também um espaço de realização do capital, portanto, também de circulação (MELLOS, 1988, p. 101)

Assim, diferentemente do período dominado pelas obras, o capital adquirido com a extração de recursos desta área começa a ser investido aqui como forma de ampliação e, juntamente a isso, a rede urbana começa a adquirir vida.



Cascavel na década de 1960. Dez anos após o início da administração da cidade, Cascavel já apresentava um crescimento acelerado. (foto: acervo Eucatur, 2009)

A grande valorização da terra na região, somado à falta de documentos legais por parte de muitos posseiros impulsiona ainda mais a instabilidade da região²⁸. É dentro deste cenário que podemos enquadrar a figura de um personagem que é inerente ao surgimento da cidade, o jagunço ou matador de aluguel. Estes homens frequentavam espaços públicos bastante conhecidos, tais como bares e praças e suas funções ilegais não eram segredo a ninguém. Tinham um jeito discreto e não eram dados a cometer crimes que não fossem aqueles aos quais contratados. Alguns eram mais temidos por pertencerem à força pública, como por exemplo, o policial Roso Marins Belo, que costumava prestar serviços para a companhia “Pinho e Terra”.

Sendo a lei algo que estava abaixo dos interesses particulares, pessoas com problemas com a justiça procuravam abrigo junto à Cascavel como possibilidade de assim ficarem imunes às penalidades impostas pelo poder judiciário. Somado a isso, a contratação para eventuais “trabalhos” tornava este espaço mais atrativo. Assim, “a existência de certo número de pessoas dispostas a praticar ações fora da lei em muito contribuiu para o recrudescimento da violência e para facilitação das

²⁸ Conforme Piaia, “as lutas de cunho e as mortes no campo circulavam através dos meios de comunicação, tornando Cascavel bastante conhecida inclusive em outros estados da federação. Rubens Nascimento conta que, passando as férias em São Paulo, ‘pelos idos dos anos 60 [1960]’, as pessoas, ao verem o nome da cidade na placa do seu automóvel Jeep, cercavam-no para pedir informações sobre a violência local. O mesmo acontecendo na portaria dos hotéis, quando do preenchimento da ficha de hóspede” (PIAIA, 2004, p. 277).

empreitadas de 'limpeza' de terras (PIAIA, 2004, p. 335). Para o senhor Alfredo Lorenzatto, estes fatores fizeram com que Cascavel se transformasse na “Capital dos crimes”²⁹. Isto, em parte, tem contribuído para se criar ou manter uma massa de excluídos, que, mais tarde, vão ser objeto da caridade e da assistência do primeiro damismo.

Dentro do espaço urbano, a violência exercida pelos jagunços não se apresentava com todo o vigor que se mostrava no espaço rural, porém, os “acertos de conta” dentro do perímetro urbano eram frequentes. Por terem suas atividades ligadas ao espaço rural, pode-se dizer que existia uma boa relação entre os jagunços e os cidadãos da cidade. Alguns pioneiros, em entrevistas concedidas ao projeto “Memória de Cascavel”, apontam para o fato de que “quando não exercendo a função, eram os jagunços pessoas pacatas”, que não gostavam de confusão e até participavam das missas. Contudo, o clima de violência influenciava diretamente as atividades cotidianas, pois, conforme Piaia, “era difícil ver uma pessoa desarmada” (PIAIA, p. 321).

Assim, dentro da história do município,

os conflitos e chacinas, (...) eram de alguma forma assimilados, como se fossem inerentes à tipicidade do ambiente. Para aqueles que conseguiram as terras e enriqueceram com elas, a percepção própria era a de que as conseguiram com muita luta e suor, e porque não, com a esperteza mercantil – e extra mercantil – necessárias, que invariavelmente faziam parte do rol de estratégias e do discurso dos vencedores (PIAIA, p. 331, 2004).

No fim dos anos de 1960, o estado buscou espalhar seus “tentáculos” de forma mais efetiva na região. Porém, o antigo costume³⁰ de se manter a lei abaixo dos interesses privados entrará em choque com essa nova forma de fiscalização. Prova disso é que nos anos posteriores, o Fórum e a Prefeitura, expressões do poder público, ardem em chamas. Para Vander Piaia, estes eventos são sinônimos de uma nova fase no histórico do município. Finda-se assim o ciclo da violência e,

²⁹ Depoimento do Sr. Alfredo Guido Lorenzatto. Museu de Imagem e som de Cascavel. Gravado em 25 de outubro de 2001, p. 12.

³⁰ Conforme Thompson, o “costume” pode ser utilizado como objeto de resistência às mudanças sociais, podendo ser classificado como uma “arena na qual interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes” (THOMPSON, p. 17, 2008). Assim, mesmo com a tentativa do Estado em manter a ordem, o costume difundido da “lei do mais forte” criará um ambiente instável entre interesses individuais e estatais, resultando nos incêndios sofridos pelos órgãos governamentais.

após isso, a lei sobressai sobre o interesse privado, legitimando a posse da terra aos que porventura possam demonstrar seu direito de uso.



Acima vê-se o incêndio na Prefeitura de Cascavel – 1960. Abaixo, temos o Fórum Desembargador José Munhoz de Mello, que, no dia 18 de setembro de 1968 obteve a mesma sorte destinada a prefeitura. Ambos os incêndios ainda hoje estão sem solução. (Imagens extraídas do Museu da Imagem e Som de Cascavel, 2012)



Portanto, o fim dos anos de 1960 são importantes no histórico do município

pelo fato de que o maior rigor por parte do poder público inibe as antigas relações de violência e disputa pela terra. A partir disso, a posse da terra é legitimada pelos documentos emanados do Estado e as disputas, agora, se necessárias, passam a ser travadas no campo jurídico. Busca-se assim enterrar os antigos problemas relacionados a posse da terra, ou seja, esquecer este período de violência tendo os olhos voltados para o futuro que, conforme a história oficial do município, pelas “mãos do divino” é de inevitável sucesso.

Quanto à sua forma de colonização, a Cascavel dos tempos pioneiros recebeu de forma direta, assim como as demais cidades oesteanas, forte influência cultural de eurobrasileiros. Porém, ao contrário de outras áreas do oeste, Cascavel recebeu levas de imigrantes de diversas regiões do país, seja na busca de novas oportunidades ou mesmo na prestação de serviços ilegais, realizada por jagunços. Neste cenário conflituoso, engrossado pela disputa pela terra, emerge o “cidadão cascavelense”. Esta abordagem é fundamental para a compreensão das relações que se estabelecem nessa cidade, principalmente no que tange ao tratamento despendido às mulheres e crianças.

2.5 Ser mulher e primeira-dama na Região Oeste Paranaense

O conservadorismo em que está imersa a cultura brasileira é resultado de sua colonização por nações europeias onde a lógica cultural e cristã aborda com privilégios o universo masculino. Assim, no decorrer da história brasileira, ser homem e ser mulher é algo que vai além de uma mera diferença fisiológica, é antes de tudo assumir papéis “naturalmente” atribuídos a cada um, porém definidos socialmente. Dentro da lógica moralista, é o homem o provedor do lar e aquele a quem é destinado a vida pública. À mulher cabe a submissão ao pai, ao marido e aos irmãos. Sendo ela uma boa moça, pode ter a sorte de encontrar um bom marido e cumprir com sua jornada rumo à maternidade.

O imaginário a que está envolvida a figura feminina demonstra-se tão bem constituído que, mesmo quando nos afastamos do mundo conservador, deparamo-nos com a mesma lógica. Na obra “Melodia e sintonia em Lupicínio Rodrigues”, Maria Izilda S. De Matos e Fernando Faria, analisam a construção do feminino e do masculino nas composições do sambista gaúcho Lupicínio Rodrigues. Lupi, como

também era conhecido, era boêmio assumido, que teve sua vida dividida entre as madrugadas de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. A boemia não é um estilo de vida respeitado pelos padrões sociais tradicionais, esta é entendida como uma afronta aos valores morais. A negatividade que envolve o boêmio pode ser justificada pelos seus hábitos noturnos, rejeição ao mundo do trabalho e à disciplina, e seu apego ao ócio.

Nas composições de Lupicínio, podemos estabelecer um paralelo com a misoginia cristã. De um lado, a mulher aparece como responsável pela entrada do pecado no mundo tendo como resultado o sofrimento humano. E, por outro, apresenta o sofrimento masculino como decorrente da maldade feminina. De qualquer modo, a mulher é vista como “dominada por instintos primitivos: ciúmes, vaidade, infidelidade, crueldade. Como tem alma infantil e recebeu da natureza o instinto maternal, sua única e verdadeira vocação é a maternidade” (MATOS e FARIAS, 1996, p.123).

A única mulher que escapa às críticas deste boêmio é a esposa, que nunca é apresentada de forma sensual, mas sim como amiga e companheira. Portanto, percebe-se que, mesmo por um viés marginal, o imaginário e o papel destinado ao feminino pouco apresenta mudanças.

Em Cascavel, a forma como se passam as relações entre masculino e feminino estão intimamente ligadas ao histórico de sua colonização. Os descendentes das mais diversas etnias, sobretudo de italianos e alemães, que aqui se instalaram trouxeram consigo aspectos culturais inerentes a cada um. Sendo assim, a tradição patriarcal, juntamente com a crença cristã de submissão da mulher, aspectos presentes na cultura europeia por muitos séculos, predominarão na sociedade local.

Nos estudos de Vander Piaia sobre a constituição do município de Cascavel, a constatação referente à submissão do universo feminino ao masculino se faz presente. No histórico do município, devido aos conflitos existentes, a tradição local legitimará certas formas de conduta. Sendo uma sociedade patriarcal, cristã e violenta, a submissão da família ao poder paterno transforma-se numa forma de prestígio masculino. Assim, os meios necessários para obter a submissão dos membros familiares pode por vezes ir além da pressão psíquica adentrando em vias de fato. Como exemplo disso, pode-se destacar a “violência caseira, pouco

estudada, contudo corriqueira nas zonas coloniais, onde a rigidez da conduta social exigia ao poder patriarcal uma submissão psicológica e física, de esposa e filhos, tornando as surras e confrontos familiares algo frequente” (PIAIA, p. 300, 2004). A lógica masculina, portanto, domina as relações sociais na cidade.

Desta forma, podemos verificar que a participação feminina no meio social em Cascavel se dava de forma muito reduzida. Esperar, portanto, uma participação política ativa por parte das mulheres do município seria muita pretensão. Sua participação social, assim como em outras regiões brasileiras, consistirá em ser mãe exemplar e esposa irrepreensível.

Com isso, buscamos demonstrar as dificuldades existentes para este segmento mesmo após uma representatividade feminista que aflorava nos grandes centros urbanos, e conquistas históricas como o sufrágio e direitos trabalhistas. No que tange ao espaço político, a plena consciência de que se trata de um local perigoso, portanto essencialmente masculino, é legitimado nas desavenças e rixas presentes entre a própria elite local. Sendo assim, ser mulher no Oeste do Paraná é estar sujeita à violência que prevalece na região mantendo assim o antigo costume de sujeição e total submissão ao marido.

Tendo uma relação conturbada entre os próprios homens administradores, não é absurdo supor que o pouco espaço cedido para a participação feminina no município tem suas raízes no processo de formação, na forma de colonização desta cidade também na história de domínio do homem sobre a mulher.

Para as ex primeiras-damas do município, o campo político é um local de conflito. Embora possuam experiências diversificadas e justificativas próprias sobre o trabalho com o assistencial, o trabalho no meio político, ainda que voltado para a área social, parece não ser algo gratificante e recompensador pelo fato de que o meio político é permeado por disputas e assim, mesmo as atitudes filantrópicas não escapam aos olhos dos adversários. Isso é lembrado no depoimento realizado em 28 de novembro de 2011, onde a Entrevistada 2 declara:

Eu não sou muito de política, eu gosto da política mas eu acho assim, a política desgastante, a política machuca muito as pessoas, cria inimizades, faz arrumar amizades mas também cria inimizades. E eu sou uma pessoa muito simples, eu não sou muito ligada às coisas materiais, esse negócio assim... social da elite assim, eu não sou muito ligada a isso. Eu sou uma pessoa mais simples, eu sou muito família.

Mesmo emergindo de realidades distintas, tendo experiências diferenciadas como primeiras-damas, percebemos elementos homogêneos entre as entrevistadas, o destaque ao lado negativo do campo político. Em depoimento, no dia 7 de dezembro de 2011, a Entrevistada 4 de igual modo aborda essa negatividade do campo político:

Não, não é que eu não gosto da Política, todo mundo é Político um pouco [...] mas a Política ela é uma, assim... Ela é... Ela às vezes exige muito do Político, o Político às vezes tem uma intenção, tem intenção boa, trabalha bem e às vezes acaba não agradando as pessoas, acaba sabe?! Por briga, por coisas... Eu não gosto da Política, não é da Política em si, a Política é boa, eu não gosto da Politicagem que fazem em torno, sabe?! Um querendo puxar o tapete do outro, a pessoa está fazendo um trabalho bem feito, aí o outro denigre a imagem assim numa rádio, numa TV, você acaba sabe, então, é essa parte da Política que é ruim, mas a Política em si é boa!

Os problemas podem partir não somente da oposição, mas também de grupos ligados à prática de atos condenáveis:

Quando a gente trouxe a polícia federal para cá também nós recebemos ameaças... [...] a gente recebeu muita ameaça dizendo que se nós trouxéssemos íamos ver o que iria acontecer com a gente. Tentaram assaltar a nossa casa conosco dentro, nossos filhos passaram a ter que andar com segurança – uma quadra e meia, eles morriam de raiva né, eles não queriam né – daí eu tive que passar a andar com motorista, todos nós, porque nos ameaçaram, já ameaçaram, tanto é que daí apareceu carro na frente da nossa casa com placa forjada que ficava estacionado direto, não sei qual era o objetivo mas eu fui dar queixa na polícia, a placa era fria. Nós passamos por esse estresse digamos assim (Entrevistada 1).

Além destes inconvenientes, outros aspectos devem ser observados no meio da administração pública. Para estas mulheres que por determinado período de tempo estão em evidência no cenário municipal, os meios de comunicação podem ser um grande aliado para a legitimação das práticas governistas, porém, para as entrevistadas, além dos problemas enfrentados na administração dos setores sociais, foi a mídia um grande adversário dificultando as ações de trabalho:

you não agrada... a grande parte da imprensa you não agrada, you não agrada grande parte do meandro político [...]. Porque tanto a oposição quanto algumas partes da imprensa eles não te atacam, não todos viu, eles não te atacam desta forma, mas, eles te atacam de outras formas, colocando mentiras ao teu respeito, uma série de coisas... desacreditando

em você enquanto pessoa (Entrevistada 1).

Ou ainda,

Eu não tinha condições mais, [...] eu não tinha mais como trabalhar, eu não aguentava mais, eu não tinha mais condições de trabalhar. Porque a imprensa não me deixava trabalhar. Eles não me deixavam trabalhar, não me deixavam. [...] eles não me deixavam trabalhar. E essa coisa, “é inexperiente, é não sei o que”... Eu fiquei doente Lucas, eu entrei em uma depressão tão profunda, eu até hoje estou me tratando, eu tenho síndrome do pânico sabe, eu fiquei muito doente (Entrevistada 3).

Destacamos aqui a experiência vivenciada pela Entrevistada 3 que, diferentemente das outras primeiras-damas apresenta características singulares no período de sua gestão. É ela a primeira-dama mais jovem da história do município, sendo assim, sua pouca idade confunde-se com uma desconfiança formada pela opinião pública sobre a sua capacidade de gestão da pasta municipal. Somamos a isso, o fato de que não era ela a primeira esposa do então prefeito eleito, portanto, em meio a uma sociedade conservadora, de raízes patriarcais, o abandono de certas práticas impostas (como o ideal de casamento único) pode ser mal visto fazendo com que a credibilidade do homem público seja questionada. Estas dificuldades são lembradas pela Entrevistada:

eu fui muito recriminada pelo [prefeito] ter assumido a prefeitura, em todos os sentidos, por ser mais nova que ele, por ser muito nova, por ser inexperiente, por ser... principalmente por ser nova né... eu tinha na época 22 anos, a nossa diferença de idade, é muito grande, nossa diferença de idade é de 33 anos. Ele tem a idade do meu pai. De certa forma a sociedade na época, hoje já não tanto, mas na época não aceitava isso de jeito nenhum, ver uma mulher nova sem estudo, basicamente sem estudo, vindo de uma família humilde e nós não tínhamos casado, nós tínhamos ido morar juntos, que eu nunca almejei casar, não era o meu sonho casar, hoje eu sou casada, somos casados. [...] então era aquela coisa assim como se eu tivesse dando o golpe do baú entendeu? E estamos aí, graças a Deus há 21 anos juntos, e assim, eu sofri muito sabe Lucas, muito mesmo, eu fui muito recriminada, não foi nada fácil pra mim, tudo conspirava contra. Foi muito difícil, muito difícil, muito difícil! Ligava a televisão era o Paulo Martins falando mal, era a Olga Bonjovani, era o Calil na época sabe? Eu não tinha ninguém pra me ajudar então assim, foi tudo muito difícil, até pelo fato de não ter uma formação, sabe? Foi muito complicado pra mim, foi um dos momentos assim... bons, momentos bons e momentos ruins né?! Mas foi uma fase assim que eu não voltaria.

Assim, percebemos que no decorrer dos anos de 1990 em Cascavel, possuía a esposa do governante um papel importante, pois demonstrava ser este o herdeiro de códigos de conduta que se apresentavam como indispensáveis para aquele que se candidatava aos cargos públicos. Sendo assim, os problemas enfrentados pela Entrevistada 3 são justificados pela diferença de idade, a não legitimação do casamento, sua pouca idade e sua falta de formação.

O caminho trilhado para se chegar ao posto de primeira-dama começa antes da posse junto ao marido, é na campanha eleitoral que as mudanças no cotidiano individual e familiar começam a ser sentidas:

Bem, num período eleitoral, é um período assim que você não tem vida porque a tua vida é agendas, agendas, agendas, você está em tudo quanto é canto da cidade. Então você almoça mal, não come direito, tanto é que a gente emagrece muito. Então cotidiano não tem, a família, a minha mãe ficou na minha casa cuidando dos meus filhos e nós fomos para a rua, num período ele trabalhava e no outro ele pedia voto. E assim foi. [...] Posterior a isso, quando terminou a gente estava acabado, a gente pegou os nossos dois filhos e fomos ficar um pouco juntos, eles aproveitaram pra onde a gente foi, eu e ele só dormíamos (risos) (Entrevistada 1).

Contudo, nem todas as esposas parecem ter esse mesmo espírito expansivo e comunicativo.

eu fui meio tímida assim, depois eu fui pegando o jeito mas aí comecei a pedir voto, enfim fazia reuniões nas casas assim, até com os vendedores que chamam muito as esposas dos candidatos para poder, sabe, fazer uma reunião, reúne as famílias aí fala, aí eu comecei a pegar um pouco, não é o meu ponto fraco, não é o que eu gosto de fazer, meu ponto forte, mas eu participo sim, um pouco assim (Entrevistada 4).

Apesar do lado negativo enfatizado pelas entrevistadas sobre a política em Cascavel, os valores morais falaram mais alto para a atuação no assistencialismo do município. Em especial, o amor ao próximo e o peso da fé cristã estão presentes:

eu fui, durante 8 anos, eu exerci a função de primeira-dama e sempre exerci a presidência do PROVOPAR, nunca recebi um tostão da prefeitura, eu fiz por amor porque eu achava assim que Deus tinha sido tão bom com a gente, que tinha dado tanta condição para a gente... então, foi uma maneira que eu achei de agradecer a Deus, porque eu sempre dizia que se eu andasse ajoelhada de dia e de noite agradecendo a Deus tudo o que ele me deu de bom, eu ainda fico devendo (risos). [...] Quer dizer, a gente fez um trabalho assim, de amor! Não era um trabalho político não, era um

trabalho de amor aos nossos semelhantes (Entrevistada 2).

Esta visão do assistencialismo é compartilhada pela Entrevistada 4:

cada um tem que fazer a sua parte né?! Você trabalhando um pouco para as pessoas humildes, então essa, eu acho bonita essa parte da esposa do prefeito, trabalhar para ajudar, na medida do possível [...],daí a gente ajudando mais as pessoas também já é gratificante, eu acho assim que a gente tem que fazer a nossa parte né, então é uma missão né, que Deus pede isso pra gente que faça alguma coisa pelos mais humildes. [...] É bíblico. Então isso é o bom da política, é essa parte de doação que você pode fazer alguma coisa.

Para a Entrevistada 1, sua experiência com o campo assistencial começou muito antes da entrada na vida pública. Em 1974, quando criança sofreu com as consequências da grande enchente que atingiu a cidade que passou grande parte da infância, Tubarão-SC. Ressalta a ex primeira-dama:

Então assim, essa veia política, tudo isso de ajudar o próximo acho que foi daí. Com seis anos de idade, na enchente de 74, eu estava presente em Tubarão-SC. Então lá, nós perdemos tudo, só não perdemos as nossas vidas. Mas ficamos em um morro ilhado por quase uma semana [...] então imagina né, jogava água potável e alimentos e caia dentro da água e agente ficava puxando, a gente passou fome, sede, quando baixou as águas, baixaram as águas... eu saí de camisolinha, meus irmãos também, só a minha mãe com nós quatro e meu pai viajando, então, não sabia se estava vivo ou morto nós né. Quando desceu, baixou as águas, que a gente desceu, a gente via muita gente morta assim né, no meio da lama e tal, então a gente passou muita fome sabe, fome, sede tudo. Eu olhei aquilo alí e fiquei na beira de um caminhão de exército esperando para pegar roupa, pegar comida, pegar água, eu e minha mãe e as crianças estavam alojados em casas. Então assim, essa foi a minha trajetória, até as águas baixarem e a nossa família conseguir nos encontrar levou dias e a gente ficou um tempão assim, porque não tinha acesso às outras cidades também... a enchente de 1974, eu sou de 1967, foi em março. Então a partir daí eu acho que isso começou a me aflorar, essa questão solidária, essa questão de necessidade, quando as pessoas perguntam eu sei o que é passar fome, passar frio e ter que depender de ganhar roupa e comida dos outros. Você não passa um período inteiro dependendo disso mas, em determinados períodos você precisa. Então você nunca sabe né. Isso tudo sempre me chamou muito a atenção.

Portanto, vemos que as experiências pessoais e de cunho religioso se fazem presentes na busca dessas mulheres na tentativa de amenizar o sofrimento alheio. Porém, a vontade de ajudar aos necessitados deve ser seguida conforme as

exigências legais, tornando este um terreno perigoso na qual a ajuda pode ser mal interpretada:

uma família que tá precisando é carente tu vai deixar de atender? Mas tu tem que tomar cuidado porque se é período eleitoral vão dizer que tu tá comprando voto. [...] e tem uns que se prestam a esse papel, infelizmente. Então, você tem que tomar cuidado que você é um ente público neste momento mas você tem que lembrar que você também responde civil e criminalmente mesmo no intuito de ajudar. Não basta ser moralmente correto se legalmente não é correto (Entrevistada 1).

A participação política no campo assistencial ainda é dividida com os afazeres domésticos e a família: “Além de tudo isso eu tenho as coisas da casa, eu tenho os filhos, tenho as coisas da família que eu não abro mão de jeito nenhum” (Entrevistada 3).

Assim, vemos que a participação das primeiras-damas se dá de forma bastante precária na administração municipal, seja na campanha eleitoral ou posterior a ela. Essa participação se torna mais clara quando analisamos instituições municipais de atendimento aos mais carentes como o Programa do Voluntariado Paranaense, PROVOPAR, que tem na figura da primeira-dama a principal integrante administrativa.

Capítulo III – Primeiras damas e infância marginal em Cascavel-PR

Como foi discutido anteriormente, o primeiro damismo, conceito criado para designar a tradição da participação feminina no campo político arraigada aos movimentos filantrópicos no meio social, ganha destaque em solo brasileiro com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e, com isso, a então primeira dama Darcy Vargas, criará a Legião Brasileira de Assistência, dando os primeiros passos na busca de tornar o assistencialismo um comprometimento do Estado. Como foi frisado, as políticas sociais brasileiras nas primeiras décadas do século XX eram destinadas às instituições de caridade ou à repressão policial. Sendo assim, por muitos anos, a única fonte de atendimento aos que necessitavam de apoio estava ligada a benevolência de “bons homens e mulheres”, principalmente na figura da primeira-dama.

Neste capítulo, busca-se esclarecer as práticas do primeiro damismo na cidade de Cascavel-PR no que tange ao atendimento dispendido às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no âmbito do município. Destarte, busca-se esclarecer as necessidades que se apresentavam com relação à infância e adolescência dentro deste período histórico (1990 – 2007), bem como analisar os programas que foram desenvolvidos para atender esta necessidade.

Iniciamos nossa exposição abordando o assistencialismo no Paraná através da criação de uma entidade que, por muitos anos, foi o principal órgão de atendimento do estado, o Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR). Criado e administrado pelas esposas de governantes, essa entidade será estendida a todos os municípios do Paraná, coroando dessa maneira, as primeiras-damas do estado como legítimas representantes da área social.

3.1 – Assistencialismo no Paraná: o “Programa do Voluntariado Paranaense” (PROVOPAR)

Devido ao fato da assistência social não ser caracterizada como um direito estendido a cidadãos que necessitam deste apoio, caberá então aos Estados e aos municípios buscarem medidas alternativas e acima de tudo criativas para lidar com suas populações carentes. Em termos de União, as ações da LBA serão as únicas a

emergirem do governo federal, porém, como foi dito anteriormente, suas ações fragmentadas e descontínuas visam apenas amenizar situações de vulnerabilidade além do fato de que, era difícil atingir os locais mais longínquos do vasto território brasileiro. Assim, no Paraná, as primeiras damas estaduais tem um importante papel na história do assistencialismo no estado. Por iniciativa da então primeira dama Nice Braga, esposa do ex-governador Ney Braga, é implantado, por meio do decreto 2.194, de 15 de abril de 1980, o “Programa do Voluntariado Paranaense” (PROVOPAR), ligado a então Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social. Esta entidade tinha como objetivo criar programas de cunho social visando problemas de ordem emergencial tal qual o atendimento disponibilizado pela LBA, porém, com abrangência no território paranaense.

Em 17 de junho de 1983, o PROVOPAR, sob a presidência de Arlete Richa, esposa do ex-governador José Richa, é desvinculado da esfera estatal passando a atuar como organização não governamental em parceria com a comunidade civil e entidades do estado.

O programa funcionava em Curitiba, capital do estado, porém, conforme consta, ofícios foram enviados para as demais prefeituras com o intuito de que fossem criadas entidades do PROVOPAR em todo o estado. A atual diretora do PROVOPAR em Cascavel, assim define o início desta instituição:

[...] nesta época não existia ainda a constituinte, quer ver, que ano que foi, 1980, a constituinte é de 88, então o serviço social não existia no Brasil de forma organizada, era mais feito assim na forma de caridade em forma de ajuda, por isso as primeiras damas tanto do Estado, como do Brasil e das cidades, se envolviam na área da assistência social. Mas era um assistencialismo que eles chamam, assim, partia pra ajuda quando estavam já assim em situação de muita vulnerabilidade e não faziam o acompanhamento nem antes e nem depois. Então assim, com essa história de não ter assistência social no Brasil, no Paraná, esta primeira-dama do Estado, ela resolveu fundar uma instituição que significa “Programa do Voluntariado Paranaense”. Ai, ela reunia as voluntárias principalmente as esposas dos secretários das pessoas envolvidas e faziam ações, e com a influência dos esposos, que eram os políticos, elas então faziam campanhas e arrecadavam (...). Com a força dessa primeira dama, ela conseguiu implantar em todas as cidades, em quase todos os 399 municípios do Paraná, o PROVOPAR. E o PROVOPAR funcionava como secretaria de Assistência Social. Era como uma secretaria, (...) não existia secretaria ainda né, porque a LOAS foi só em 1993.

Assim, percebemos a importância do PROVOPAR no campo social do

Paraná, pois, em uma época onde inexistiam órgãos oficiais responsáveis pelo atendimento assistencial, era esta entidade a única alternativa para os necessitados na busca de recursos como, cestas básicas, agasalhos, cobertores, dentre outros auxílios paliativos dentro do território paranaense.

Em 1984, o PROVOPAR em Cascavel, de forma não oficial, inicia suas atividades. É o que mostra sua ata de número 61 que aponta para o dia 30 de novembro o início desta instituição seguindo um apelo da ex-primeira dama Nice Braga, que ansiava para que todas as cidades paranaenses construíssem sua própria entidade do PROVOPAR, pois, assim, o atendimento aos mais carentes seria eficaz visto que cada cidade conhecia melhor os problemas que possuía no campo assistencial. Oficialmente, o PROVOPAR será instituído em 8 de abril de 1987 pela então primeira dama Sônia Regina de Castro Tolentino, esposa do ex-prefeito Fidelcino Tolentino. Visando sanar alguns problemas urbanos que começavam a surgir com o desenvolvimento da cidade, tinha o PROVOPAR a seguinte finalidade:

O PROVOPAR – Ação Social, inspirado na necessidade de promover a valorização da pessoa humana, tem por finalidade:
I – atender a criança carente, o idoso e o deficiente;
II – organizar a ação do voluntariado, para a melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais;
III – incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social, para uma maior participação [...] (ESTATUTO DO PROVOPAR, 1989)

A preocupação do PROVOPAR com minorias que detinham seus direitos violados se faz presente, contudo, esta “valorização da pessoa humana”, ou seja, buscar amenizar a pobreza do município, deve ser feita por meio do voluntariado, através de mulheres e homens bons que se preocupam com seu semelhante deixando de fora toda e qualquer participação do Estado. Importante aqui salientar que, no histórico do atendimento assistencial do município, esta instituição será a primeira (ao menos em seu regimento) a abordar com preocupação a infância marginal em Cascavel.

Além do fato de, entre outros atendimentos buscar dar amparo aos menores do meio urbano, tem o PROVOPAR uma outra característica marcante, onde até o presente momento, cabe às primeiras-damas o papel de presidir a entidade, e, isto se dá independente de aceitação ou eleição sendo imposto de forma estatutária.

Conforme o Art. 4º do terceiro capítulo, a administração dessa entidade será entregue a

uma DIRETORIA, subordinada a COORDENADORA MUNICIPAL e VICE-COORDENADORA, que será assumida automaticamente no início de cada gestão municipal, pela esposa do Prefeito eleito e vice, respectivamente, ou por pessoa por ele indicada, coincidindo o período de sua administração com o mandato deste (Estatuto do PROVOPAR, 1989).

Pode-se perceber que esta instituição carrega consigo características do primeiro damismo uma vez que, como discutido, uma das principais características desse fenômeno é a administração de entidades filantrópicas pela esposa do governante. Também podemos destacar aqui que as atividades exercidas pelas primeiras damas no âmbito desta instituição estava mais ligada ao que denominamos como trabalho de amor do que ao trabalho formal. Conforme nossa entrevistada 2, a presidente da entidade poderia optar até mesmo pelo não recebimento de provimentos:

eu nunca recebi, os meus funcionários recebiam, todos os meus funcionários recebiam salário, quem coordenava o S.O.S. recebia salário, a coordenadora do PROVOPAR recebia salário, a diretora do PROVOPAR recebia salário, eu como presidente nunca recebi, não porque não pudesse, eu poderia receber se eu quisesse, mas eu não quis. Eu tenho meu salário do Estado que para mim da muito bem, eu não precisava daquilo, eu queria fazer aquilo como agradecimento como eu já disse para você, não era pra receber louros e nem dinheiro.

Para nossa entrevistada 1, o PROVOPAR é uma instituição onde a primeira-dama deve-se fazer presente. Diz ela:

eu acredito que seja uma função de primeira-dama porque o referencial da população quanto a assistência social, não só digamos, a assistência é um direito [...], porém, o PROVOPAR, é uma organização que cuida mais de situações... aquela pessoa que não recebeu ainda o Bolsa-Família, porque ainda está aguardando na fila, mas ela, é carente, ela é um necessitado, até lá, o PROVOPAR supre. Eu não posso esperar, porque a fome não pode esperar [...]. Porque o prefeito ele gestiona uma cidade, uma administração, ele de certa forma, ele vai fazer o que a esposa pede [...]. mas assim, ele gestiona, porque o Prefeito ele realmente fica uma figura muito difícil, até para a família ter contato com ele. Porque ele tem inúmeras pessoas na sociedade estando com ele em vários momentos, e daí aquela pessoa, não que ele não vai estar, mas aquela pessoa carente que ela quer, quem cuida disso... pra chegar no Prefeito eles acabam chegando na primeira-dama primeiro. Aquilo que ninguém consegue falar a gente consegue. [...] Eu acredito que nesse aspecto, eu sempre... tem

muitas pessoas que necessitam ser ajudadas mesmo.

Percebe-se portanto que, mesmo entre as primeiras-damas, podemos identificar a presença do imaginário na qual é a assistência um atributo feminino e ao marido cabe a administração de outras instâncias, em suma, é a primeira dama uma ponte entre população e homem público. Em uma rápida análise sobre as presidentes que já administraram a instituição, percebemos que em apenas duas ocasiões a entidade não foi presidida pela primeira dama. Entre o terceiro quartel do século XX e início do XXI, observamos que, duas situações particulares motivaram o afastamento das primeiras damas do posto de presidente, contudo, todas as demais presidentes eram primeiras damas municipais.

Ter uma primeira dama a frente de uma instituição social não era novidade em Cascavel. A história do assistencialismo no município conta com uma presença marcante das primeiras damas na área assistencial mesmo antes da implantação do PROVOPAR. Prova disso é que, por iniciativa da ex-primeira dama de Jacy Scanagatta, institui-se o “Serviço de Obras Sociais”, S.O.S. Família, entidade filantrópica que será responsável pelo assistencialismo na cidade por quase trinta anos. Pouco se pode discutir sobre esta instituição, pois, a documentação relativa foi incinerada e assim, parte da história do assistencialismo na cidade se foi com ela. Contudo, a importância dessa instituição é inegável uma vez que, nos anos de 1970, era a única instituição voltada à filantropia ligada a esfera municipal, sendo responsável pela distribuição de roupas e alimentação diária distribuída nas suas dependências, além do fato de elaborar constantemente promoções e eventos em prol das famílias necessitadas.

O PROVOPAR dispunha dos mesmos métodos, na qual a realização de eventos era essencial para a coleta de mantimentos destinados as famílias carentes. Desta forma, aparecer em eventos públicos, para as primeiras damas, não é mais somente uma forma de distinção e inserção no meio da alta elite, é antes de tudo necessário para o sucesso do PROVOPAR. Para a Entrevistada 4, isso pode ser pontuado como positivo devido a influência da primeira-dama. Para ela

Por nós conseguirmos mais recursos, as pessoas já nos procuram mais para poder fazer doações, porque as pessoas gostam de fazer doações, o que falta é você fazer essa chamada com elas assim sabe, essa ponte

sabe?! Então tem assim, muitas lojas que fazem, que doam para o PROVOPAR e isso a gente repassa para os projetos que o PROVOPAR tem. Nós temos um projeto que é a cozinha comunitária, nós servimos seiscentas refeições por semana, e diária, é e a... É de graça, não cobra nada, então é ali no Jardim Presidente, então é assim, nós precisamos de doação de alimentos porque, pra nós mantermos a nossa cozinha, então você chega lá você vê a cozinha lotada né e as pessoas comendo uma comida... É, servindo assim uma comida ótima sabe, então isso é assim gratificante.

Esta facilidade abordada pela Entrevistada 4 é contestada pela Entrevistada 2, que, possui experiência distinta. A não existência de conselhos municipais, a falta de apoio por parte dos governos estadual e federal tornavam a administração do PROVOPAR um desafio, diz a ex primeira dama:

Não tinha conselhos, não tinha nada! Nem pra ajudar, nem pra dar palpite... Palpite davam os de fora que não tinham nada com o peixe, falando mal, e muita gente falando bem. Eu lembro que quando eu entrava as vezes na loja e telefonava para alguém, tinha gente que não me atendia no telefone porque sabia que eu iria pedir alguma coisa. E outros as vezes atendiam mal. Tem pessoas importantes de Cascavel que se negaram a atender telefonemas meus naquela época.

Contudo, os resultados com o envolvimento de uma figura com tal importância no município são com certeza mais significativos. Além disso, o assédio que sofrem as primeiras damas pela proximidade com os prefeitos pode influenciar no montante das arrecadações obtidas. Esse assédio sofrido pelas primeiras-damas pode ser classificado como manobra política de indivíduos ou instituições que buscam com isso vantagens no meio público. Isso é o que expressa a Entrevistada 3 ao relatar as mudanças que sentiu adentrando à prefeitura:

É, era a primeira dama, teve uma mudança, tanto é que no primeiro ano, no dia do meu aniversário eu ganhei 147 buques de rosas, lá tinha buques de rosas que eu não sabia nem de quem era. No segundo ano, foram 95 buques de rosas, eu levei no cemitério, levei na igreja, para os vizinhos, para minha mãe, enfeitei minha casa, enfeitei o jardim, enfim. No terceiro ano, sessenta buques de rosa, no quarto ano, eu ganhei um vasinho de violeta do meu motorista (risos) [...], a política é assim, sabe? Eu acho que as pessoas vão onde elas acham que as coisas vão acontecer, e quando as coisas deixam de acontecer para si próprios, elas deixam de ser importantes, entendeu? Então, a partir do momento que eu deixei de ser... De dar aquilo que desejavam, eu deixei de ser aquela pessoa importante, deixei de dar uma verba eu deixei de ser a primeira-dama, quer dizer, então eu era a primeira-dama que ajudava tudo né! Então, deixei de ajudar uma coisinha aqui, aquela pessoa nunca mais me convidava para nada.

Mas isso foi só me engrandecendo, eu não ficava triste com isso, eu aprendi isso, foi um grande aprendizado para mim. Hoje, eu não caio mais nessa, eu não vou mais em eventos, porque é fulana, não, eu vou nos eventos que eu quero, pode ser o evento que for. Ah! é fulana que convidou, e daí? Se eu estou a fim de ir eu vou, se eu não estou a fim de ir eu não vou.

Vemos portanto que o assédio se faz presente na figura da primeira dama reforçando o ideal de que é ela o caminho mais próximo para se chegar ao governante. Além disso, essas mulheres ganham destaque em eventos públicos não somente pela clássica companhia ao marido governante mas, acima de tudo, para demonstrar seu envolvimento e preocupação com as questões do município, sendo assim, a obrigatoriedade na participação de alguns eventos é necessária. Essa obrigatoriedade é também lembrada pela Entrevistada 2:

Eu só não gostava muito das funções sociais assim, da primeira dama, ir em festas, formatura e não sei o que... Isso aí não era muito do meu gênio, mas eu ia. Coquetéis, almoços, jantas, essas coisas... Festas de inauguração. Essa era a única coisa [...] que eu não gostava.

Em uma análise no jornal “*O Paraná*”, muitas são as imagens encontradas de primeiras damas em eventos públicos. Porém, um fator que podemos pontuar aqui como negativo está no fato de que grande parte do acervo foi encontrado na coluna social do jornal, ou seja, indo ao encontro de nossa hipótese de que a pouca participação feminina no meio político é algo inerente a cultura política criada na região.

Um dos principais eventos do PROVOPAR, responsável por grande parte dos recursos arrecadados pela entidade foi o carnaval de rua. Nenhum outro evento parece ter alcançado maior popularidade no meio urbano do que o carnaval. Todas as entidades ligadas ao PROVOPAR participavam da elaboração juntamente com clubes renomados da cidade com o intento de que a renda arrecadada fosse repassada ao PROVOPAR ou as entidades. Sobre a importância do carnaval, a Entrevistada 3 relembra:

O carnaval era assim, a gente terminava o carnaval do ano já começava a pensar no carnaval do ano que vem, e a gente tinha muita coisa da cultura, daí tinha a Miss carnaval, tinha a feijoada do rei, a feijoada do rei continua ainda se eu não me engano, aí tinha a feijoada do rei, aí tinha baile não sei do que, as entidades todas eram envolvidas na decoração do carnaval,

todas, era muito legal, era lá no ginásio de esporte, a gente escolhia um tema: “vamos pegar um tema para o carnaval”. Escolhia-se um tema, todas as entidades se reuniam lá no período da tarde para decorar o ginásio, depois uma cuidava da tesouraria, outra cuidava do cachorro-quente, outra do pastel, a outra era não sei o que, tudo com doação. Tudo doação, aí a renda era todinha revertida para eles, não ia nada para o PROVOPAR. Era revertido para as entidades.

Embora o carnaval tivesse essa importância no meio assistencial do município, sua última edição parece ter sido em 1998. Não existem motivos aparentes sobre sua extinção, porém, para a Entrevistada 3, que foi responsável pelo último carnaval da entidade cogita:

Não sei. Olha, você sabe que existia uma coisa, as entidades reclamavam bastante do carnaval. Porque assim, dava muito trabalho, muito trabalho! E o último carnaval que nós fizemos, a renda não foi aquela coisa, sabe? De repente pode ser que as próprias entidades chegaram à conclusão de que não valeria a pena.

Finalizamos esta parte demonstrando que, na história assistencial paranaense e em Cascavel, as primeiras damas adquirem papel de destaque. Mesmo após as mudanças na legislação, com a LOAS e a Constituição de 1988, poucas são as mudanças concretas na área e, é a estas mulheres que ainda cabe a responsabilidade da assistência social, tendo nas ações criativas, eventos em nome da entidade e na busca por conta própria de recursos como base de suas ações. Estas atividades ganham mais importância à medida que o crescimento urbano se concretiza e, assim, problemas sociais se fazem cada vez mais presentes no meio citadino aumentando a preocupação do poder público para com a área.

3.2 – Menores na rua: o espaço urbano em disputa

No decorrer das últimas décadas do século XX, assistimos ao desenvolvimento urbano desta cidade onde o baixo valor da terra, incentivos agrícolas por parte do governo federal e a oportunidade anunciada aos aventureiros que exalam das novas regiões, propiciaram o crescimento citadino fazendo com que recebesse assim o título de “Capital do Oeste”. Porém, conforme aponta Hermes

Ferraz, o desenvolvimento urbano não pode ser medido apenas por critérios quantitativos ou pelo desenvolvimento econômico. As cidades, de modo geral, desenvolvem-se sob influência de vários setores;

No decorrer da história, a cidade foi planejada pelos pastores, de acordo com suas necessidades peculiares; foi também planejada pelos soldados, para servir de refúgio contra o ataque dos inimigos; foi ainda organizada pelos comerciantes para realizar seus negócios, pelos artífices e pelos artistas. Hoje a cidade está sendo planejada pelos arquitetos em sua tarefa de urbanizar, e estes, gradativamente, têm perdido sua posição no controle do desenvolvimento urbano em favor dos políticos, dos especuladores imobiliários, dos industriais (...). (FERRAZ, 1999, p. 145-146.)

Assim, a cidade está voltada aos interesses de determinados setores, criando a exclusão de muitos de seus habitantes. Desta maneira, não se pode falar em desenvolvimento urbano, utilizando-se para isso o critério populacional, pois o aumento demográfico não é garantia de boa qualidade de vida. Portanto, estes fatores nem sempre favorecem “a humanização da metrópole; os congestionamentos, ruídos, poluição do ar, da água e do solo, queda da eficiência e da saúde, fadigas são fatores de desfiguração da boa qualidade de vida”. (FERRAZ, 1999, p. 11). Portanto, o aumento do espaço físico e demográfico da cidade pode não estar ligado ao que conhecemos como desenvolvimento, ou seja, o crescimento harmonioso do espaço respeitando-se indivíduos e meio ambiente, e sim ligado a fatores negativos que muitas vezes geram sérios problemas sociais.

Conforme podemos encontrar na obra de Henry Lefebvre (1999), a classe operária inglesa no período pós Revolução Industrial passará por extrema dificuldade que pode ser visualizada nos diversos aspectos do cotidiano, como por exemplo no comer, no vestir, nas moradias e até mesmo nas localizações destas moradias. Conforme Lefebvre, podemos caracterizar a cidade como um efeito do capital e da burguesia, um local onde impera o controle e os interesses das classes dominantes.

A cidade passa a ser o grande espelho dos conflitos existentes nesta nova fase. No contexto inglês, sem uma infra-estrutura capaz de suportar o aumento demográfico que começa a se estabelecer, as cidades vão se desenvolvendo de forma desorganizada e, assim geram problemas como surtos de epidemias, aumento da criminalidade, entre outros. Henri Lefebvre nos dá a seguinte definição

da ordem urbana no século XIX na Inglaterra:

Aqui a guerra social, a guerra de todos contra todos, é declarada abertamente. As pessoas consideram-se reciprocamente apenas sob a relação de utilidade; cada um explora outrem. Os mais fortes, os capitalistas, apropriam-se de tudo. Nessa guerra geral, o capital, propriedade direta ou indireta das subsistências e meios de produção é a arma da luta. Aquele que não tem capital nem dinheiro, ninguém se preocupa com ele. Se não encontra trabalho, pode roubar ou morrer de fome. A polícia vigiará para que ele morra de fome de uma maneira tranquila, sem ferir de nenhuma maneira a burguesia. Assim, o espaço urbano com seus contrastes, suas liberdades e suas fatalidades, é o espaço repressivo: aquele do crime social, que os operários ingleses pensam que sua sociedade comete continuamente. (...) [portanto] a ordem capitalista gera um caos urbano. (ENGELS apud LEFEBVRE, 1999, p. 16-17.)

Embora essa definição refira-se ao século XIX, onde Henri Lefebvre citando Engels, busca demonstrar a crueldade da ordem capitalista sobre a sociedade que impera, podemos transportá-la para nosso atual contexto e verificar que, em nossa sociedade contemporânea, esta guerra social que paira no âmbito citadino prossegue e, ainda hoje, é a cidade um campo de disputas e de interesses, sendo em última instância um local democrático.

Sendo assim, a cidade de Cascavel não pode ser vista de maneira isolada no que diz respeito aos problemas relacionados à área social, é ela sim, antes de tudo, fruto das relações que se estabeleceram ao longo dos anos e do predomínio de interesses ligados à ordem social estabelecida. As problemáticas existentes no âmbito nacional também têm seus impactos no interior cascavelense. A má distribuição de renda no país pode ser entendida como um mecanismo que contribui para a manutenção dos problemas ligados a ordem urbana. Para Eric Hobsbawm, o Brasil se destaca neste quesito e, após a era do ouro³¹ (1950-1973-75) o mundo começa a sentir os impactos de uma grave crise econômica que irá acentuar as diferenças que vão se estabelecer entre as classes sociais, onde a maior parte da riqueza será privada de muitos para se deter nas mãos de uns poucos. Ainda assim, as economias desenvolvidas não serão tão injustas na distribuição de sua renda se comparados a países como

³¹ Quando se refere ao século XX, Hobsbawm divide esse período em três partes: A era das Catástrofes (período das grandes guerras - 1914-1945), a Era do Ouro (período a qual o mundo conheceu uma grande prosperidade econômica – 1950 – 1975) e O Grande Desmoronamento (a volta da crise no sistema capitalista – que vai até o término de sua análise, em 1991).

Filipinas, Malásia, Peru, Jamaica ou Venezuela (...), para não falar do candidato campeão mundial de desigualdade econômica, o Brasil. Nesse monumento da injustiça social, os 20% mais pobres da população dividem entre si 2,5% da renda total da nação, enquanto que os 20% mais ricos ficavam com quase dois terços dessa renda (HOBBSAWM, 2006, p. 397).

Esses problemas são refletidos no âmbito das mais diversas cidades brasileiras. Parece existir em cada parte da cidade um significado diferenciado para cada classe nela residente. Como exemplo disto, podemos citar o favelamento, muito comum em cidades de grande e médio porte, onde este se mostra como razão única da luta pela sobrevivência, a luta contra a fome e a busca por baixos custos de moradia por aqueles que não possuem condições de arcar com o exigido para adentrar em moradias mais dignas. Podemos citar também o fato dos novos loteamentos, onde pessoas adentram nestes locais, porém, algumas com o passar dos dias, obrigam-se a deixar este espaço e ir em busca de um novo local. Isto é explicado devido ao fato de que

as pessoas somente conseguem morar lá porque não são capazes de arcar com os encargos exigidos nas áreas onde existem os melhoramentos urbanos, que devem ser pagos; continuam morando nesses lugares desprovidos de recursos urbanos justamente porque estes não existem (FERRAZ, 1999, p. 41).

Portanto, quando o poder público é chamado a agir, inserindo melhorias nesses locais tais como, transportes, esgoto, escolas, asfalto, entre outros, este novo elemento físico funcionará como um agente desequilibrador da ordem capaz de expulsar aqueles que vivem com poucos recursos.

O que pode ser considerado comum a todos é o fato de que, em qualquer cidade, é a área central seu principal atrativo. No centro, o capital expressa sua força maior, onde acontecem pesados investimentos tanto na estrutura física do espaço quanto no universo ideológico, tendo como principais agentes as propagandas que instigam muitos a procurar os produtos anunciados.

Desse modo, sendo o centro um local atrativo devido aos grandes investimentos, somado ao grande fluxo de pessoas que diariamente circulam por este espaço, concluímos que este local atrai também a presença de andarilhos, desempregados, artistas de rua, malandros, e uma infinidade de pessoas que

buscam das mais diversas formas proverem suas necessidades. Desse modo, crianças e adolescentes carentes que buscam satisfazer suas necessidades financeiras, têm no centro da cidade uma opção para a prestação de serviços, demonstrações artísticas e até mesmo a tentativa de furtos. Em suma, crianças e adolescentes de áreas carentes partem para o centro da cidade devido ao fato deste oferecer mais oportunidades de ganhos do que seus lugares de origem e ser também para estes, um centro do consumo.



Hoje, Cascavel sofre com problemas em seu perímetro urbano; um deles é o favelamento. Acima, favela localizada no bairro Cascavel Velho; grande parte dos menores que vagam pelas ruas centrais da cidade residem nestas localidades. Abaixo região invadida no Bairro Gramado (fotos 2009).



Assim, no exemplo cascavelense, é no centro da cidade onde as várias frações de classes se encontram e passam a dividir o mesmo espaço. Porém, não se pode aqui dizer que, apesar da divisão do espaço central, exista a convivência harmoniosa entre seus ocupantes. A polícia vigiará constantemente para a boa manutenção da ordem, assim como a mídia sempre estará voltada para eventuais problemas que os menos favorecidos possam causar neste território. Portanto, a área central de Cascavel é o local da disputa e, para alguns, é a busca pela sobrevivência. Insere-se na cidade a reciprocidade de influências entre seus habitantes: “a sociedade constrói a cidade, a cidade molda a sociedade e esta influi no caráter dos indivíduos” (FERRAZ, 1999, p. 247).

Como dissemos anteriormente, o crescimento do perímetro urbano cascavelense veio a ocasionar problemas no âmbito social, alguns graves como tráfico de entorpecentes, prostituição de menores, aumento da criminalidade, e principalmente, o grande número de crianças e adolescentes dependentes de cola.

Devido a estas necessidades emergentes, o poder público será chamado a intervir, e desta forma, projetos e entidades devem ser criados para minimizar os efeitos excludentes da ordem econômica dominante.

3.3 – O contexto da área social em Cascavel na década de 1990 e o perfil dos menores de rua

Eles são muito pobres e nas ruas têm o que não podem ter em casa, como comida, sorvete, jogar vídeo game, até chegar nas drogas. Hellen Bosato Pires. (Jornal “Hoje”, 24/09/2006.)

Desde longa data a infância pobre tem sido objeto de exclusão social. Isso tem demandado o uso de algumas alternativas para tentar minimizar o problema. Apontamos aqui, por exemplo, uma prática que tem origem no velho continente e, após alguns anos, também foi introduzida no contexto brasileiro, trata-se da “Roda dos Expostos”. Inventada na Europa, no período medieval, a Roda dos Expostos é na verdade um cilindro de madeira fixado nas paredes das Casas de Misericórdia onde, aqueles que necessitavam “abandonar crianças”, colocavam-nas na roda, e, estas adentravam ao estabelecimento e assim, aquele que estava abandonando

tinha a certeza de que a criança seria ali assistida e, também, que sua identidade estaria sendo preservada. Esse mecanismo foi inspirado nos velhos mosteiros onde se utilizava este sistema para enviar objetos e alimentos para dentro das instituições evitando com isso o contato dos monges com o mundo fora das muralhas.

A Roda chega ao Brasil no século XVIII na cidade de Salvador-BA, posteriormente, estendem-se a outras localidades brasileiras e perdura até meados dos anos de 1950.

Por mais cruel que pareça, a Roda dos Expostos foi por praticamente cento e cinquenta anos a única prática que assistia crianças abandonadas no Brasil, tendo esta, portanto, exercido uma importante função social. Estimulava-se com isso que o expositor levasse

o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou de casas de família, como era o costume, na falta de outra opção. Assim procedendo, a maioria das criancinhas morriam de fome, de frio, ou mesmo comidas por animais (...)" (MARCÍLIO, 2006. p. 54).

O abandono de crianças era uma prática rotineira na Europa medieval e no Brasil até o século XIX. A roda, inclusive, recebia recursos públicos para a sua manutenção. Portanto,

A roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor, evitando-se na ausência daquela instituição e na crença de todas as épocas, o mal maior, que seria o aborto e o infanticídio. Além disso, a roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento. Alguns autores atuais estão convencidos de que a roda serviu também de subterfúgio para se regular o tamanho das famílias, dado que na época não havia métodos eficazes de controle de natalidade (FREITAS, 2006, p. 74).

Embora estivesse voltada a resolver questões sociais de um período específico na história brasileira, a roda dos expostos é considerada por muitos um projeto desumano e de extrema violência moral ao abandonado. Este será o pensamento de muitos juristas e higienistas do século XIX, que buscam o fim destas práticas no âmbito destas instituições de misericórdia. Inicia-se uma busca por novas "leis para proteger a criança abandonada e para corrigir a questão social que começava a perturbar a sociedade: a da adolescência infratora. Por sua vez, os homens de letras apontavam em romances sociais a imoralidade da roda"

(MARCÍLIO, 2006, p. 74).

Em nossa sociedade atual, este sistema de rodas foi extinto, porém, não foi extinta igualmente a prática do abandono de crianças. O jornal *Hoje*, de Cascavel, de 04 de janeiro de 2003, por exemplo, traz em sua capa a seguinte notícia: “Desespero – sem comida em casa para dar aos filhos, Jucilene Stemback decidiu abandoná-los”. A matéria escrita por Luiz Carlos da Cruz prossegue afirmando que a

polícia encontrou na casa uma carta escrita pela mãe das crianças contando os motivos que a levaram a abandonar os filhos. (...) Segundo Jucilene, o ex-marido não contribui com pensão alimentícia e ela não tem condições de sustentar os filhos e estava abandonando-os.

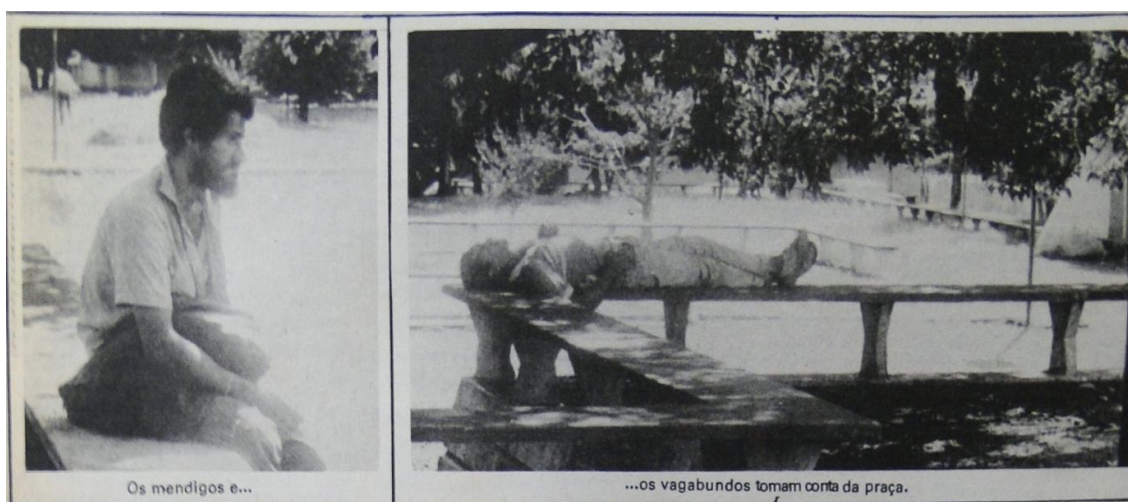
Como podemos observar na matéria jornalística, a miséria e a falta de ajuda do ex-companheiro e pai das crianças levaram a senhora Jucilene a abandonar seus filhos na própria casa onde não estavam sendo assistidos por ninguém. As crianças foram deixadas à própria sorte, trancadas, uma situação tão brutal quanto às registradas nas casas de misericórdia.

Buscamos abordar aqui é o fato de que as mudanças nas formas de atendimento podem mudar, porém o perfil dos atendidos pelas instituições de caridade continua sendo o mesmo, filhos advindos de famílias de baixo recurso financeiro. Os atendidos pela roda dos expostos podiam realmente advir das mais diversas situações, mas os abandonados, devido a sua condição econômica, sempre estiveram presentes. Em Cascavel não ocorre de modo diverso. O perfil dos atendidos pelos projetos assistenciais também são filhos das camadas mais carentes.

Ao abordar a infância, retomamos o que foi dito por Sônia Kramer (1983) na primeira parte deste trabalho, que demonstra não ser a infância um termo homogêneo, e sim, algo que muito depende da classe social. Assim, para os filhos da pobreza, o desfrute deste período cronológico não se dará da forma compreendida como normal.

No final dos anos de 1980, a área social de Cascavel apresenta muitos problemas. Em especial, os meios de comunicação enfatizam o grande número de pessoas no centro da cidade que se voltam para o ócio, “vagabundagem” e outras esferas negativas. No início dos anos de 1990, este quadro se mantém. Em uma pesquisa realizada no acervo do Jornal “O Paraná”, não foi difícil encontrar

reportagens fazendo referência às questões sociais da cidade. Como exemplo, o jornal do dia 04 de Abril de 1990, de modo preconceituoso e descontextualizado, traz em sua capa a manchete: “Praça Wilson Joffre ocupada por mendigos e vagabundos”, apontando para o grande número de andarilhos presentes na praça Wilson Joffre, e, no dia 10 de Fevereiro de 1996 encontramos a charge de autoria de Damasceno com referências ao problema desta praça central.



“Praça Wilson Joffre ocupada por mendigos e vagabundos!” (Jornal “O Paraná”, 04/04/1990, p 1).



Charge de Damasceno: Aponta para os problemas sociais que atingem a principal praça central de Cascavel (Jornal “O Paraná”, 19/05/1998).

Sendo a principal praça da região central, as matérias jornalísticas apontam para um total desleixo dos administradores visto que, na área central, a segurança e a “limpeza” devem ser maiores. Outra charge de Damasceno aponta para o mesmo problema envolvendo um símbolo cultural da cidade, o teatro Gilberto Mayer.



Charge de Damasceno: Aponta para os problemas sociais que atingem o Centro Cultural Gilberto Mayer em Cascavel (Jornal “O Paraná”, 04/02/2000).

Também sem muita dificuldade, encontramos inúmeras reportagens fazendo referência a problemas envolvendo crianças e adolescentes na cidade. Dentre estes, destaque para as reportagens do Jornal “O Paraná” do dia 23 de janeiro de 1997, onde na página 7 pode-se ler: “Polícia tira cinco de circulação”, uma referência a cinco adolescentes detidos e levados à delegacia por uso de cola; e a reportagem do dia 17 de fevereiro de 1995, onde o jornal traz na sua capa a seguinte notícia: “Arrastão no Carnaval”, reportagem esta que enfoca a ação da polícia no centro da cidade para com os “menores abandonados”.



“Arrastão do Carnaval: a Polícia Civil e representantes do juizado realizaram ontem a tarde um ‘arrastão’ no centro da cidade, a fim de evitar que os menores abandonados fiquem pelo calçadão cheirando cola ou incomodando os pedestres. Além de coibir a criminalidade que nesta época aumenta muito” (Jornal “O Paraná”, 17/02/1996, p. 7).

Vemos portanto que a área social em Cascavel passava por inúmeros problemas e, em especial, a região central do município estava bastante conturbada. Este problema com o “menor³²” nas ruas de Cascavel é um problema que atravessou gestões e, em todo caso, parece ainda se fazer presente. Conforme a Entrevistada 3, esta problemática envolvendo a infância marginal na cidade não é exclusividade deste município e muito menos um problema que findou no passado. Para ela “Hoje [...] tem meninos de rua, onde você for no país vai ter meninos de rua, isso é um problema social, é lá na base, sempre vai ter, talvez, hoje, você não veja mais ali na Catedral, em algum lugar da cidade eles estão”. A referência à Catedral, um dos pontos mais movimentados da cidade, é justificada pelo fato de que, no decorrer dos anos de 1990, foi este local um dos mais frequentados por

³² Em seu artigo intitulado “A naturalização da estigmatização do ‘menor’ na mídia de cascavelense”, Raquel Ribeiro Moreira, utilizando-se da linguagem jornalística utilizada pelo Jornal “O Paraná” para com os adolescentes em conflito com a lei, conclui que o termo “menor” sempre é utilizado para referir-se a jovens com problemas de conduta, autores de crimes. O mesmo não acontecendo com vítimas de mesma idade ou aqueles que cometem infrações menos graves como bebedeiras ou perturbação do sossego alheio. Para ela, esta estigmatização que sofre o “menor” cascavelense é abordada por este jornal como algo inerente ao sujeito e não um imaginário historicamente construído.

crianças e adolescentes advindos de regiões carentes.

A estigmatização do “menor” como sinônimo de infância marginal é legitimada no meio social de Cascavel principalmente através da imprensa como demonstra a charge de Damasceno:



Charge de Damasceno – “O Paraná” de 14 de janeiro de 1997

Pode-se perceber aqui uma estereotipação do menor, sujeito propício à marginalidade e que emerge no meio social no intuito de quebrar contratos sociais impostos. Da mesma forma a preocupação com a área central se faz presente, uma vez que, o local indicado é o “calçadão” da cidade, um dos pontos mais movimentados de Cascavel.

Da mesma forma que não podemos negar o problema da marginalidade existente, também não podemos negar o caráter de classe da suposta “objetividade e neutralidade” da imprensa e sua compreensão do que seja “lugar limpo” e “lindo”. Com isso, uma preocupação por parte do poder público com o problema do “menor” começa a surgir, mais ainda a questão do “menor” nas ruas centrais de Cascavel. Assim, para além da preocupação com a assistência aos “menores” carentes, na verdade, vemos a preocupação em retirar da rua aqueles que já foram e são marginalizados “para não prejudicar a imagem da cidade”, diga-se, escamotear os problemas decorrentes das desigualdades sociais. Ou seja, a Prefeitura Municipal

deve intervir para que estas crianças e adolescentes sejam enquadrados na sociedade que integram para que estes venham a ser futuros corpos úteis e produtivos, mas, para que isto ocorra, devem estar sob uma constante vigilância.

Essa preocupação com os adolescentes na rua não é uma discussão recente. A rua sempre foi um objeto de “cuidado” por parte dos governos e, além disso, é um local que demonstra ter inúmeros significados. Em suma, a rua possui diferentes valores para as diversas crianças e adolescentes existentes no perímetro urbano;

A rua, em termos de mentalidade de época, era uma espécie de extensão da casa, uma área de encontros e diversões para todas as idades e passa a ser desaconselhada para as crianças a partir da Idade Moderna. Esse espaço perigoso é hoje temido por todos (acentuadamente no Brasil), mas para algumas crianças já não é o pátio da casa como era na Idade Média, e sim, é a própria casa. Para estas a rua representa o lugar onde sentem-se mais seguras, ainda que sem proteção. Nesse sentido, significa também espaço de liberdade ao mesmo tempo que de abandono. Logo, para algumas crianças da atualidade, a rua é o espaço de sobrevivência, enquanto que para outras é o trajeto para a escola, para os passeios, para chegar em casa. (MÜLLER e MORELLI, 2002, p. 34.)

Desta forma, é visível a preocupação existente com relação à rua, sendo este motivo de intervenção por parte do poder público como forma de “controle da ordem social e combate à criminalidade”. No caso específico de Cascavel, esta problemática será decisiva na criação de duas entidades que por muitos anos serão responsáveis pelo atendimento à infância em Cascavel, o “Centro de Apoio e Orientação ao Menor” (CAOM), e o S.O.S. Criança.

3.4 – CAOM e S.O.S. Criança: Atendimento à infância marginal em Cascavel

Conforme as entrevistas realizadas com as ex primeiras-damas, as dificuldades com relação a infância carente parece ter sido um desafio de todas elas. Sendo um problema que começa a preocupar o poder público, supõe-se que a criação das primeiras entidades assistenciais tinham o intuito de resolver essa necessidade ainda que de forma momentânea. Assim, no dia 6 de outubro de 1989, às dezoito horas na sede do Programa do Voluntariado Paranaense, conforme mostra a ata de número 4 do PROVOPAR, cria-se o “Centro de Assistência e Orientação ao Menor”, CAOM, que viria a ser, por mais de vinte anos, o principal centro de assistência à infância e adolescência carente em Cascavel.

Sendo esta entidade ligada ao PROVOPAR, temos a participação direta das primeiras-damas na política de apoio ao menor carente em Cascavel.

O art. 26 do estatuto do CAOM traça um perfil destes atendidos:

Art. 26 – Serão atendidos, pelo CAOM, menores carentes e abandonados, obedecidos os seguintes critérios:

I – Prioritariamente, menores, sem residência fixa e que não possuam vínculos com a família ou com instituições públicas ou privadas; em seguida,

II – menores, com residência fixa, que perambulam pelas ruas durante o dia, ou que, ocasionalmente, pernoitem em logradouros públicos, sem vínculo com instituições públicas ou particulares afins;

III – menores, com residência fixa e vínculo familiar ou instituições, mas que vivem nas ruas, fazendo algum tipo de trabalho.

IV – outros critérios da instituição.

É notório o problema dos meninos que vagam pelas ruas do município sendo este uma prioridade da instituição. Como dito anteriormente, esta exposição aos perigos ofertados na rua podem ser prejudiciais a estes meninos e meninas fazendo com que absorvam para si a malandragem e bandidagem que pairam sobre estes locais, além é claro dos perigos eminentes como acidentes e o encontro com substâncias ilícitas. Assim, o CAOM representa uma proteção tanto para à infância como para os demais setores da sociedade que sofrem graves consequências com este segmento visto que, os roubos, furtos, tráfico, destruição de patrimônio, dentre outros, afetam diretamente a comunidade. Ou seja, de um ser marginal, pecador, banido e trancafiado às quatro paredes do lar, a mulher agora passa a ser convocada a limpar as ruas e sanar os problemas sociais. Assim, a um só tempo resolve dois problemas, o seu de banimento e “inutilidade social” e o dos menores, que ao serem retirados das ruas deixam de aparecer como um problema social, dando a impressão de uma sociedade perfeita.

Criado como uma entidade Não-Governamental, vemos em seu estatuto que um dos principais objetivos da entidade era inculcar valores morais nos atendidos como, por exemplo, o apego ao mundo do trabalho que, além de evitar o contato com o meio negativo da sociedade, propiciaria o ensinamento de um ofício, garantindo assim, um futuro próspero para esta criança ou adolescente. É o que mostra o Art. 3º do estatuto da entidade:

O CAOM, tem por finalidade a busca de emancipação pessoal e social de crianças e adolescentes desamparadas, situados na faixa etária até 18 anos de idade, através da educação pelo trabalho, especialmente, a finalidade de atender, orientar, encaminhar menores carentes, abandonados e desajustados, de ambos os sexos, sem qualquer distinção de raça, cor, credo religioso ou político e condição social, de acordo com as diretrizes da Política Nacional do Bem Estar do Menor, em legislação pertinente, encaminhando os menores para a profissionalização e para uma maior integração sócio-familiar e comunitária.

Dentro da entidade, temos o “Conselho Consultivo”, formado por representantes de organizações sociais, comunidade civil e do PROVOPAR, que tinha como finalidade

colaborar com a Diretoria no escopo da persecução da verdadeira justiça social para os menores educandos, buscando defendê-los, assistí-los, ampará-los, alojando, alimentando, vestindo, ensinando, educando, curando, fortalecendo, habilitando, com ofício, à vida futura, dentro das possibilidades financeiras e operacionais do CAOM. Utilizando para tanto as estruturas já existentes na Comunidade.

Vemos assim, que o trabalho visava a assistência e a educação dos atendidos. Interessante discutir este fato, pois, a concepção de trabalho que carregamos conosco não é a mesma difundida nos mais diversos períodos da história. Se nos remetermos a uma análise etimológica da palavra, “trabalho” tem suas raízes ligadas à língua latina em meio a sociedade romana, na qual o termo empregado “tripalium”, designava “castigo ou suplício”, inicialmente uma referência aos métodos de tortura que eram direcionados aos escravos. Assim, percebe-se que nessa sociedade, era o trabalho algo mal visto, sendo um espaço reservado à camponeses e escravos, ou seja, aos menos favorecidos economicamente. Estes mesmos costumes antigos encontramos na Idade Média, na qual são os Senhores Feudais, Cavaleiros e o Clero as principais classes do período, cabendo aos escravos e camponeses o ofício do trabalho. Conforme Max Weber, esta forma de organização apresenta mudanças com a reforma protestante³³ e o interesse de uma burguesia em ascensão, na qual muda-se a compreensão do trabalho, ou seja, de

³³ Contrapondo-se a concepção cristã de trabalho, principalmente ligada à Igreja medieval, Max Weber busca no início da era moderna, em especial ao movimento conhecido como Reforma Protestante as bases para o surgimento das sociedades capitalistas. Para melhor compreensão do assunto consultar a obra “WEBER, Max. *A ética protestante e o Espírito do Capitalismo*. Editora Brasiliense, São Paulo – SP. 1977”.

negativo, ligado às classes subalternas, passa a ser valorizado como o grande agente responsável pelo progresso tanto da burguesia como dos operários ou até mesmo de países inteiros. Esta valorização do trabalho é visível em nossos dias com velhas máximas como: “o trabalho molda o caráter do ser humano”, “o trabalho traz responsabilidade”, “o trabalho enobrece o homem”, dentre outros.



A educação pelo trabalho se fez presente na história do CAOM. Acima, imagens (2001) cedidas pela última coordenadora do Projeto, Elza Lemos Amaral Ferreira; abaixo imagem extraída do Jornal “A Cidade”, 24/12/1994, p 8.



Em um período marcado pela falta de apoio do poder público para com a área social, onde as leis infantis não abordavam a plena cidadania desses pequenos, a criação deste órgão se fez muito necessária. Embora utilize métodos educacionais

hoje condenáveis³⁴, sua presença é de fundamental importância, pois é este o primeiro órgão destinado ao atendimento de crianças e adolescentes na história do município. A “educação pelo trabalho” foi neste momento a forma encontrada para unir a eficiência do projeto juntamente com a preocupação do futuro dos atendidos, visto que nos modernos Estados ocidentais, o trabalho é difundido como algo positivo, portanto, não encontrou este método educativo oposição junto à comunidade civil.

Conforme o Jornal “*A Cidade*”, de 22 de Fevereiro de 1995, a coluna intitulada *Vox Populi* ouviu empresários e comerciantes da cidade de Cascavel sobre os problemas causados por meninos de rua na área central. Dentre as dez pessoas entrevistadas, grande parte direcionou seu discurso para o CAOM, indicando que em seus primeiros anos de atuação amenizou o problema. Contudo, logo em seguida, os menores começaram a retornar ao centro restabelecendo suas antigas práticas. Eis aqui alguns comentários:

Na gestão passada foi inaugurado o CAOM, que no início amenizou problemas. Agora os meninos voltaram às ruas novamente. Na minha opinião, deve ser dada uma reinvestida no CAOM, retirando os meninos do centro da cidade e dando uma ocupação a eles. Telma, comerciante.

Ou ainda:

Há oito anos que a gente trabalha aqui no calçadão e vê que o problema sempre existiu. Alguns meninos daquela época hoje estão empregados, outros continuam nas ruas. O CAOM tinha que voltar a funcionar [...]. tem que ensinar uma profissão a eles, com hora para estudar, trabalhar e para o lazer. Assim se resolveria o problema. Ana, comerciante.

Veja-se que na visão dos comerciantes, o problema é de fácil solução: retirar os meninos da rua e dar-lhes um trabalho. Não se discute, é obvio, as causas do problema e muito menos cogita-se em mudança social. Ao invés disso, vemos que a educação voltada para o trabalho encontra defesa dos comerciantes uma vez que,

³⁴ Conforme o “Estatuto da Criança e do Adolescente”, V Capítulo, o Art. 60 afirma que “é proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. Neste mesmo capítulo podemos encontrar as condições em que o trabalho é totalmente vedado a crianças e adolescentes: Art. 67. I – noturno, realizado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia às 5 (cinco) horas do dia seguinte; II – perigoso, insalubre ou penoso; III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; IV – realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

esta é uma forma de retirar estes “menores” da área central ao mesmo tempo em que direcionam esta mão-de-obra para uma finalidade produtiva. Percebemos que as críticas que recebe esta entidade pelos entrevistados diz respeito apenas a uma maior ênfase no trabalho em relação a que até então estava sendo ofertada.

Percebemos assim que, funcionando de forma eficiente, ou necessitando de reordenações, o CAOM era unanimidade, ou seja, a instituição era referência no meio urbano para atendimento aos meninos na rua. No final dos anos de 1980, o recolhimento dessas crianças e adolescentes do centro e o encaminhamento para a instituição, trouxe um certo alívio para os comerciantes desta área. Sobre o início desta entidade, a Entrevistada 2 comenta:

começou assim o CAOM. [...] Buscava as crianças, dava comida, e o [prefeito] fez chuveiro, mandava eles tomar banho, arrumava roupa, conversávamos com eles, brincávamos com eles, sabe? E cativamos... Daí eles não precisavam buscar mais, chegava na hora do almoço, na hora da janta eles estavam lá, na hora do banho. Depois eles não tinham aonde dormir, nós começamos a improvisar lugar pra eles dormirem, foi uma luta danada. O [prefeito] comprou um terreno, um terreno enorme ali no Morumbi e nós começamos a construção, construímos ali igreja, dormitório masculino e feminino, oficina, sala de trabalhos manuais, refeitório, cozinha, cancha de esporte e ali nos começamos a nossa luta. Não foi fácil, foi difícil! Nós tínhamos época em que tínhamos base de 300 crianças entre meninos e meninas, havia muito problema sim de comportamento né? Então havia muita crítica, mas eu dizia assim, se nós salvamos um já valeu a pena, e nós salvamos muitos... Perdemos muitos, mas salvamos muitos também!

A entidade funcionava no Bairro Morumbi, zona norte da cidade, mais precisamente na rua Europa s/n, sendo caracterizado como instituição de educação e de assistência social. Embora fosse uma ONG, percebemos aqui o grande investimento que emanava da administração pública onde um terreno foi ofertado pela prefeitura para a construção de sua sede. Além disso, a entidade recebia o apoio de outros meios. O jornal “*O Paraná*” de 6 de abril de 1990, poucos meses depois de aberta a entidade, por exemplo, afirmou que os aluguéis dos quiosques do calçadão de Cascavel seriam destinados à manutenção do CAOM. Observa-se que junto a outras edificações, também foi construída a igreja, que não deixa dúvidas quanto a seu papel paralelo na formação de valores morais e disciplinares adequados a ordem social vigente.

Uma característica marcante dessa instituição está no fato de que, assim

como o PROVOPAR, essa instituição tinha como presidente a primeira dama do município e isso de igual forma era algo garantido de forma estatutária. O art. 4º aborda sobre a divisão administrativa da entidade:

A Diretoria do CAOM compor-se-á de um presidente, dois vice-presidentes, um 1º secretário, um 2º secretário, um 1º tesoureiro e um 2º tesoureiro.
Parágrafo único: O cargo de presidente será ocupado sempre pela primeira-dama do Município, ou pessoa pela mesma indicada.

Sobre isso, a Entrevistada 2, afirma que, quando assumiu o PROVOPAR, a primeira reunião convocada por ela foi no intuito de criar o CAOM. A determinação da primeira-dama como presidente atende ao imaginário coletivo de que o assistencialismo é algo inerente à figura feminina, mais ainda por se tratar de crianças carentes. Sobre isso, ela comenta:

É, eu era presidente, toda a gestão, eu tinha feito um estatuto que a esposa do prefeito assumia a presidência do PROVOPAR, assumia a presidência do S.O.S e do CAOM. Do S.O.S família né. Já era assim, toda primeira dama já assumia o PROVOPAR e o S.O.S. família, daí quando eu criei o CAOM eu pus que ficaria sob a presidência da primeira dama também, quer dizer, fica sobrecarregado mas é assim, a vida é assim, você quer que a coisa saia, você procura gente que tem pouco tempo, gente que trabalha bastante, que é super ocupada daí ela assume o compromisso e ela dá conta, se você for procurar um que não tem compromisso nenhum você pode insistir que ele não faz nada (risos).

Como dito, esta entidade não-governamental esteve presente na administração de todas as entrevistadas, portanto, cada uma detém suas particularidades para com a instituição e, à sua maneira, tentaram melhorar o atendimento ofertado e em alguns casos, adequar-se às normativas públicas. Conforme a Entrevistada 3, sua luta estava voltada para a separação de gêneros necessária para o bom atendimento uma vez que, com o aumento do número de menores, estava difícil continuar da mesma forma e, até mesmo a Vara da Infância cobrava mudanças no local:

O que assim, a gente conseguiu fazer foi separar, porque lá no CAOM, era meninos e meninas, e isso era inconcebível para nós, e graças a Deus, veio o Estatuto da Criança e do Adolescente que nos ajudou com isso. Entendeu? Para nós era inconcebível que meninos e meninas estivessem juntos dividindo o mesmo local, e não se tinha verba para fazer casa para meninos, casa para meninas, não se tinha isso. Aí então veio a dona Celita

Barsoto, que ela tinha lá a chácara dela, era uma propriedade privada, que ela então concedeu para fazer a casa das meninas. Então, as meninas iam para lá e os meninos ficavam no CAOM, porque lá tinham mais monitores, e, em seguida, veio o Estatuto da Criança e do Adolescente. E aí a juíza me chamou, da Vara da Infância, e eles deram todo o respaldo para a dona Celita e para nós. Então assim, esse tipo de problema, eu enfrentei muito, muito, muito, muito, muito, muito... E claro que nessa divisão, as crianças não aceitam, porque ali tinham irmãos, como é que você vai separar, tinha tipo, duas irmãs e dois irmãos que viviam juntos ali, agarrados, se separar ali é um caos, aí o que acontecia? Fugiam. Então, esse tipo de problema eu enfrentei durante o meu mandato [...].

Também foi o CAOM um instrumento que visava restaurar e ensinar os valores familiares para estes atendidos:

Então foi até interessante porque lá no CAOM, a gente procurou tirar o internato e criar as famílias lares, que era tirar as crianças... Então lá, deixou de ser internato, hoje eu não sei como que está. Deixou de ser internato, não era um lugar para dormir, era um lugar para você estar aprendendo, passa o dia lá e a noite vai para casa, é assim que vive uma família. Então, a intenção era incutir na cabeça dessas crianças que eles tinham que viver em família, então, tivemos todo o apoio do governo para serem criadas essas famílias, alugamos casas lares, não me recordo quantas foram na época, o governo pagava o salário para esses pais, eram pais treinados pelo Estado, pais... marido e mulher, alguns tinham até filhos, e aí eu também não me recordo quantas crianças eram em cada casa, se não me engano eram 5, mas não me recordo. E eles tinham que ser inseridos ali, funcionava como uma família mesmo, ia para a escola de manhã, almoçava, alguns eram inseridos no trabalho a tarde, ou então lá no CAOM (Entrevistada 3).

“Incutir” ou investir na ideia de família também é apontado como importante pela nossa entrevistada 1, para quem o investimento na família dos atendidos teria reflexos na educação e na qualidade de vida destes:

No CAOM, onde a gente atendia quatrocentos e poucas famílias e a gente dava cursos como padeiro, onde a gente dava vários cursos pras famílias porque a gente preparava essas famílias pro mercado, então, muitos meninos eram “jovem aprendiz”, trabalhavam no Banco do Brasil, naquele centro de digitação que era do governo federal e tal... Não me lembro, foi até com um deputado que a gente conseguiu que trouxe todos os computadores e nós montamos o centro dentro do CAOM para as crianças e para os familiares.

Para a Entrevistada 1, o trabalho do CAOM era importante e necessário, pois sem o auxílio da comunidade civil, resolver os problemas de ordem social se tornaria

mais difícil.

lá nós tínhamos assistente social, professor, professor de dança, todos os professores pra trabalhar a família, a família a gente trabalhava, o núcleo familiar, o pai, a mãe, profissionalizando... A criança, e fazendo um segundo turno, digamos assim, um período a criança estava na escola e no outro pra lá, tinha reforço de tarefa, aulas de computação, esse tipo de trabalho que a gente fazia lá, além de assistir a família socialmente e também com saúde, tinha um dentista que ia lá atender as crianças. Mas, só pra crianças que precisavam desse atendimento né, tinha pai preso, mãe presa, essas coisas assim... Criança que a mãe tinha AIDS, e a gente cuidava desse tipo de criança que hoje está largada para rua né, com certeza, não sei se fizeram contraturno, o que que fizeram. Mas era esse o nosso trabalho lá, era um trabalho lindo! Quadra de esporte, tudo... E daí, tinha até capelinha. Depois disso é... Esse era o nosso trabalho lá, atendendo o menor aprendiz, né? Muitos faziam estágio lá no Banco do Brasil, tinha muita ajuda pra essas famílias. E era um trabalho bem bonito mas acabou né?! Como tudo acaba... Mas não foi na nossa gestão que acabou não. [...]. pelo contrário, nós sempre fortalecemos todas as Instituições, ONG's, nós sempre fortalecemos, porque com tudo isso de ONG já falta tanta coisa, você imagina, o Poder Público sozinho não dá conta, se não tiver as ONG's, se não existir o fortalecimento de ONG's, o poder público sozinho não tem recurso pra tudo isso. Tem que ter ajuda da comunidade civil porque não tem recurso pra tudo isso. E recurso tem que ser administrado, você pode gastar só tanto com folha de pagamento, outro tanto com saúde, é tudo com recursos, daí você vai tirar de onde? Você tem que seguir porque tem o tribunal de contas, só que isso não te impede de ser criativo também.

Assim, na fala da Entrevistada 1, vemos que para o enfrentamento desta triste realidade, são necessários esforços de toda a sociedade para assim se chegar a um melhor resultado. Vemos também que, novas formas de atendimento vão sendo implementadas e oferecidas, ou seja, um enfoque maior nas famílias dos atendidos começa a ser utilizado buscando assim restaurar a infância.

Contudo, a simples existência do projeto não é capaz de resolver os problemas na totalidade, e assim, outros mecanismos são necessários na tentativa de minimizar o problema com o “menor”. Embora seja um local atrativo, com oficinas, lazer e refeições, nem todos os meninos que vagam pelas ruas do município sentem-se atraídos pelo espaço. Isso se justifica no fato de que muitos, devido a sua condição econômica, necessitam angariar recursos financeiros pelos mais diversos motivos, para a ajuda em casa, compra de doces, possibilidade de jogar video-game ou mesmo sustentar algum vício. Assim, para estes meninos é a rua um local mais chamativo que o próprio CAOM e, desta forma, outros

mecanismos necessitam ser criados.

No decorrer dos anos de 1990, vemos que os problemas envolvendo crianças e adolescentes aumentou significativamente tendo como justificativa o aumento do número de habitantes no meio urbano e principalmente o acesso destes pequenos à substâncias ilícitas. O jornal “O Paraná”, de 23 de janeiro de 1997 traz a seguinte notícia: “Perninha: 11 anos, o maior arrombador da cidade”. Devido a situações como estas, fez-se necessário a criação de órgãos sociais com intuito de manter a ordem estabelecida, intermediando anseios da comunidade. Visando o atendimento a setores considerados de maior vulnerabilidade, como por exemplo, a infância, no ano de 1995, surge a necessidade de uma fiscalização desses jovens que insistem permanecer nas ruas. Assim, nesse ano surgem os “Educadores de Rua”, um grupo de profissionais ligados à Prefeitura de Cascavel, mais precisamente ao projeto “Espaço Vida”, com o intuito de trabalhar nas principais vias abordando estes jovens e “convencendo-os” que o melhor para eles próprios seria sair desta condição insalubre.



Primeiros educadores de rua de Cascavel: ligados ao projeto “Espaço Vida” (1995).

Estes profissionais foram responsáveis pelos primeiros levantamentos buscando desvendar o perfil dos menores que vagavam pelas ruas da cidade. Assim, uma amostragem preliminar demonstrou que dos 75 menores abordados 47 tem pai e mãe; 14 apenas mãe; 44 são da faixa etária de 13 à 17 anos; 28 de 7 à 12 anos; e 3 de 4 à 6 anos. Destes, 53 eram criados por pais ou responsáveis analfabetos, o que talvez justifique o grande número dos que não frequentavam a escola, 45. E para finalizar, 24 sobreviviam como “guardadores de carros” nas vias públicas.

Frisamos aqui a questão da elevada taxa de analfabetismo que paira no âmbito das famílias deste menores. Muitos adultos, pais e responsáveis eram analfabetos. Conforme Tânia Maria de Moura, o analfabetismo adulto é a face mais cruel de uma sociedade desigual por vários motivos:

Impede-os de ajudarem e motivarem seus filhos nos processos de aprendizagem, impede-os de terem acesso a vários benefícios sociais e os impossibilita de desenvolverem formas de inserção na sociedade que garantem o exercício pleno da cidadania e ainda, faz com que sejam tratados, na sociedade 'letrada', como seres inferiores, incapazes e, portanto, subordinados (FREIRE apud MOURA, 2006, p. 48-49).

Portanto, um adulto analfabeto, por si só, sofrerá as consequências que a falta de instrução traz. Além disso, devido ao fato de ser analfabeto, não pode este ajudar a seu filho no desenvolvimento educacional formal, não podendo nem mesmo ser um agente que estimulará a educação deste. Conforme nossa Entrevistada 8, ex-funcionária do Projeto S.O.S Criança, a falta de recursos muitas vezes leva estes atendidos a reivindicarem-se como “herdeiros” de uma prática costumeira:

a família já também acostumou a viver naquilo, às vezes você via o filho daquele que já vinha pra rua, acabar vindo posteriormente. Então, isso era uma coisa que vinha de família, As vezes o pai não trabalhava e mandava a criança pra rua. Então, entre ouvir um educador que só faz o trabalho na rua de abordagem e ouvir o pai e a mãe dizendo que é para ele ir pra rua pra trabalha e tal, ele vai ouvir com certeza a família.

Desta forma, percebe-se que as práticas desempenhadas por estes atendidos muitas vezes têm sua origem no âmbito da própria família, e esta será utilizada como um mecanismo de incentivo a tais atos legitimados no argumento dos pais de que, quando eram crianças, estes também já trabalhavam e ajudavam no

orçamento da casa. Embora de alguns anos para cá, mudanças significativas tenham ocorrido na legislação no que diz respeito ao trabalho infantil, o costume de exigir o trabalho do filho para que este aprenda a ter responsabilidades e, também ajude no sustento da família, não será modificado por parte destes responsáveis que deste modo foram educados. Estes costumes podem ser definidos como “uma arena na qual interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes” (THOMPSON, 2008, p. 17).

A iniciativa destes educadores não será suficiente para eliminar a presença de “menores” nas ruas centrais de Cascavel. Assim, no ano de 1998, as políticas de atendimento a este segmento eram por demais precárias. O Conselho Tutelar de Cascavel não dispunha de uma estrutura adequada para atendimento ao público. Somado a isso, necessitava de um apoio maior no que diz respeito à fiscalização das crianças e adolescentes que se expunham a situações de risco no perímetro urbano.

Devido aos perigos “ofertados” na rua, somado ao grande número de crianças e adolescentes que se expunham a estes riscos é que, em 20 de abril de 1998, dá-se início, pela então primeira dama de Cascavel o projeto “S.O.S. Criança”. Podemos considerar que, o início do projeto tem como intuito maior resolver as problemáticas envolvendo este universo da infância e adolescência na rua, ou seja, aqueles que não foram absorvidos pelo CAOM, mesclando interesses por parte da própria opinião pública, sociedade civil e comerciantes, além do fato da necessidade de criação de um mecanismo que fosse capaz de averiguar as denúncias repassadas a Secretaria de Ação Social, envolvendo estes “menores”, como se pode ler na justificativa do projeto:

Considerando as constantes denúncias, tanto por parte dos órgãos de assistência, como pela população em geral de crianças e adolescentes vítimas de abandono, de maus tratos, de violência, de exploração, de negligência e abusos em geral, e havendo a inexistência de um programa específico e permanente para receber as denúncias e atender com rapidez às chamadas, visando dessa forma, atender também os dispositivos legais do Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina entre outros, que na organização dos serviços será dada prioridade à infância e adolescência em situação de risco pessoal e social, cumprindo desta forma o disposto no artigo 227 da Constituição Federal. Sabendo-se ainda que o Conselho Tutelar prescinde de maior apoio, pois, não possui estrutura adequada para prestar esse atendimento emergencial, é que se faz necessário a elaboração do presente projeto.

Louvando-se a política adotada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Prefeitura Municipal através da Secretaria de Ação Social, Sociedade Civil organizada e Conselhos Tutelares, Nasce o Projeto 'S.O.S. Criança', monitorado pelo PROVOPAR com a meta principal de contribuir para que toda e qualquer criança desassistida ou agredida em seus direitos, seja objeto de atenção e pronto atendimento. (Projeto S.O.S. Criança, 1998 p. 2.)

O projeto nasce, portanto, como uma tentativa de colocar em prática de forma mais eficiente os artigos constitucionais referentes à infância e juventude, buscando atender toda criança e adolescente que possam estar sendo violados em seus direitos, não importando seu nível social. Em suma, trata-se de um projeto que surge pela inexistência de um “atendimento emergencial às denúncias da população em geral no que se refere à criança e ao adolescente em situação de risco, vítima do abandono e maus tratos, alvo da marginalidade, da droga e da violência” (Projeto S.O.S. Criança, 1998, p. 2).

O atendimento abrangia toda a área territorial do município de Cascavel voltado às crianças e adolescentes de 0 à 17 anos. Funcionava diariamente das 08:00 h às 20:00 horas. Contava com seis educadores de rua, além do coordenador e de um motorista. O objetivo destes profissionais seria, então o de “zelar pelo bem-estar dos menores” e averiguar denúncias repassadas à prefeitura que envolvesse crianças e adolescentes.

Nossa Entrevistada 2 fala sobre as necessidades que motivaram o início do projeto:

antes do [referência ao marido] ser prefeito, um dia eu saí na rua e eu entrei numa loja e estava comprando e de repente entrou um bando de meninos e mas eles vinham empurrando, eles não roubavam, eles catavam as coisas sabe?! E ninguém fazia nada, porque eles vinham com estilete na mão e tudo sabe, [...]. Aquela cruz que tem ali na Catedral, aquilo vivia cheio de crianças, eu andava com meu carro cheio de saquinho de cola sabe, esses saquinhos de leite? Eles punham cola e cheiravam aquilo, eu falei “Eu vou sair viciada em cola...” [risos] Porque o meu carro, era um fedor de cola tremendo, e a gente passou assim fases difíceis [...].

A ex-secretária da Ação Social, Entrevistada 7, recorda:

Quando nós resolvemos criar esse projeto junto com uma equipe de técnicos... havia muita necessidade na época de se fazer alguma coisa porque

os lojistas reclamavam muito do número de crianças e adolescentes cheiradores de cola, que naquele tempo eram cheiradores de cola. Ficavam muito na matriz, ficavam perturbando os lojistas, então nós reunimos esta equipe e tentamos criar um programa que pudesse atender essas crianças que estavam na rua. Então depois de muita discussão chegamos à conclusão que realmente precisava de um projeto que recolhesse as crianças, que atendesse as crianças. (...) o que a gente via, que eles continuavam cheirando cola, continuavam roubando, continuavam criando problemas mas não se fazia nada. E pra atrair estas crianças, nós tínhamos que ter alguma coisa que as atraísse, que motivasse elas a saírem da rua, e o que a gente observava, que quando este projeto foi criado, nós até tínhamos uma Kombi, tínhamos educadores sociais, eles fugiam... eles tinham medo da Kombi. Então nos colocamos pessoas assim, monitores, os educadores sociais que fossem conversando, fazendo aquela abordagem de rua, só que nos tínhamos que levar estas crianças pra algum lugar, tinha que ter uma atividade e só a atividade em si também não resolve, teria que ter o trabalho com a família, porque essa criança ela vai da rua para casa e se essa família não estiver preparada e motivada para recebê-los eles vão voltar pra rua de novo. Então esse foi o objetivo maior: pelo número de crianças que estava na rua cheiradores de cola e que os lojistas reclamavam muito, por isso nós criamos o S.O.S. Criança... com esse objetivo de retirá-los da rua.

Na fala de nossa entrevistada 7 fica evidente o real motivo da “ação social”, a reclamação dos lojistas. Ou seja, nada de humanidade, ou então, a humanidade determinada pelo comércio, pelo capital e pelo lucro. Também podemos perceber que este projeto envolverá de maneira mais direta as camadas populares existentes no perímetro urbano, pois, com uma realidade marcada pela “falta”, é natural que procurem formas alternativas para obter o sustento, tanto seu, quanto de sua família, ou ainda para manter algum vício. Portanto, embora não esteja escrito de maneira formal, é perceptível que este projeto estava voltado a um determinado setor da sociedade: as crianças e adolescentes carentes. Este problema com “menores” viciados em cola foi também enfrentado por nossa Entrevistada 3. Conforme ela,

Teve um período em que eu largava meu filho pequeno ainda por cima da cerca da minha mãe, e saía na rua com meu motorista pegando moleque de rua, onde era a Câmara na época, na frente do Marista, os meninos ali cheirando cola, se matando, eu chegava ali na escada e ficava ali assim, conversando com eles, porque eles me ouviam né, conversando, tentando cativar e tal, para poder levar eles lá para o CAOM para no dia seguinte eu não estar na primeira página do Jornal. Sabe, chegava em casa três, quatro horas da manhã que era puro cheiro de cola. Então, essas coisas me deprimiam muito e é deprimente. Porque na hora em que eles estão na crise, perguntam: porque você fez isso comigo? A minha mãe que é a minha mãe, que me colocou no mundo – eu ouvi isso muitas vezes – a minha mãe tinha que estar aqui comigo, cadê a minha mãe tia? Porque você saiu da sua casa e veio aqui? a revolta, entendeu? Eu quero carinho

mas não é de você. [...] é muito triste. Eu passei vários momentos muito tristes. O pior momento foi esse dia em que o menino chegou e falou: “por que você está aqui me dando esse carinho, você não é nada minha. Eu quero esse colo, mas não o seu, eu quero o colo da minha mãe. Onde está a minha mãe? Vai dar esse colo lá para o teu filho. Pensa bem, é muito triste isso. Então, que mundo é esse? O que você faz numa hora dessas? Eu chegava em casa eu chorava, falava: [...] eu fui hoje fazer um carinho num menino que estava lá – sangrando, nariz sangrando, sangrando de tanta cola, de tanta cola, e eu falava: meu filho, mas por que você faz isso? Meu filho? Eu não sou seu filho. A minha mãe não me chama de meu filho. Sabe, situações assim, e esse era o nosso cotidiano lá.

Podemos também constatar na afirmação da ex-secretária que o projeto possuía apoio dos comerciantes da área central que sofriam constantes ameaças e tinham inúmeros prejuízos. Conforme aponta a Entrevistada 7, como não poderia deixar de ser, o projeto teve boa aceitação por parte da população cascavelense:

A população gostou e aprovou porque a gente veio ao encontro de um pedido da população. Não é só um pedido da população, não é só porque os lojistas reclamavam. É porque a gente tinha que ver além do lojista que era um detalhe. Mas qual era o nosso pensamento, a criança estava em situação de risco, então era dois pontos que você tinha que pesar: os lojistas que eram agredidos, que eram violentados a cada momento porque... eles eram mesmo... violentos, eles roubavam, mas aí no momento qual era o nosso alvo, era essa criança que estava em situação de risco. Então, quando se criou o programa a população amou, gostou, porque veio resolver um problema deles, porque o que a gente fazia muito, era que a gente discutia muito, tudo que a gente ia fazer a gente ouvia a população, a gente não criava programa e impunha, a gente discutia com a equipe, com a população, a gente tinha muito acesso a Vara da Infância, discutia muito com o juiz, com a promotora todas as ações que a gente ia fazer em prol dessa população. (...) resolveu muito o problema da sociedade. Aquele ambiente feio quando chegava em Cascavel, aquelas crianças no cruzheiro cheirando cola, isso foi acabando.

Ou seja, o projeto S.O.S. Criança visava deixar um ambiente “galante” para os comerciantes, visitantes e moradores. Há um pequeno poema de Bertold Brecht (1898 – 1956) que fala: “Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem”. O projeto, portanto, veio ao encontro de alguns problemas que assolavam a população e necessitavam da tomada de medidas. O primeiro deles é a proteção do comércio de Cascavel. O segundo problema solucionado foi a exclusão da área central destes menores que causavam prejuízos e sujavam visualmente a área central da cidade. E por último, o atendimento que era prestado a estes menores com o intuito de fazer com que saíssem das ruas, em especial da área central, investindo seu tempo em atividades

consideradas “mais produtivas”.

Como grande parte dos menores que cheiravam cola, ou utilizava-se de outras substâncias entorpecentes ou, ainda, que prestavam pequenos serviços, concentrava-se na região do centro de Cascavel, foi natural que o projeto fixasse suas ações nesta área.



Jornal Hoje (25 de maio de 2001): “S.O.S. Criança retira crianças e adolescentes das ruas e os devolve às famílias”.

O atendimento ofertado era divulgado nos meios de comunicação do município no intuito de alertar a população a respeito da existência deste órgão voltado para o trato com este segmento social.

Reencaminhar os menores de rua.

Esta é a tarefa que está mobilizando todos os segmentos organizados de Cascavel: Prefeitura, Provopar Municipal e um grande número de instituições.

Some-se a nós.
Ligue para o SOS Criança.
Informe sobre crianças e adolescentes em situação de risco — vítimas do abandono, marginalidade, drogas, abuso, maus tratos, negligência, exploração e violência.

DISQUE
SOS CRIANÇA
225-8700
ENTRE 9 E 22 HORAS

DEPOIS DAS 22H,
LIGUE 190 (POLÍCIA MILITAR)

PREFEITURA DE CASCAVEL PARANÁ
APOIO
O Paraná
Jornal de Fato

Jornal “O Paraná”, 12/05/1998 – Divulgação do Projeto S.O.S. Criança

As crianças e adolescentes atendidos, portanto, pertenciam a uma classe bem definida e, somado a isso, advinham de regiões semelhantes da cidade. Estes atendidos escolhiam o centro devido a fatores óbvios de que, ali, estariam cercados por estruturas que não dispõem em seus lugares de origem. O “Plano de Trabalho” (Cartilha de como os educadores deveriam proceder nos atendimentos aos adolescentes e crianças em situação de rua), criado no ano de 2006, aponta detalhes do perfil dos atendidos:

Atualmente realizamos uma média mensal de 183 atendimentos, entre abordagens e denúncias com crianças e adolescentes, dos quais a maioria pertence à região norte (Bairro Interlagos e adjacências) da cidade, caracterizada, segundo o Plano Político Pedagógico (PPP) do Programa EURECA I³⁵, 2005, pela seguinte situação:

- Área com acentuado desequilíbrio sócio-econômico;
- Precárias Condições de moradia com deficiência na infra-estrutura, especialmente no saneamento básico;
- Alta taxa de desemprego, prevalecendo o trabalho informal, com precárias condições de trabalho em caráter temporário;
- Baixo nível de escolarização da população, apontando alto índice de analfabetismo;
- Alto índice de violência, comércio e uso de drogas e prática de atos infracionais.

Desta forma, podemos visualizar o contexto em que estes jovens estavam inseridos, locais que além da falta de recursos financeiros eram assombrados por outros fatores negativos como a violência, a circulação de substâncias tóxicas, a falta de infra-estrutura no bairro, entre outros. Uma outra característica apontada pela ex-educadora do projeto, Entrevistada 8, é que o atendimento era destinado a “crianças de baixa renda e que já eram todos conhecidos”. Portanto, percebe-se assim que na rotina dos atendimentos, sempre os mesmos atendidos se faziam presentes e no constante risco da rua.

Assim, é notório que as condições em que viviam essas crianças ou adolescentes muitas vezes os empurravam para a rua como uma forma de resistência às condições que lhes eram atribuídas. Devido a este fato, de considerarem-se herdeiros de um costume legitimado no discurso familiar, isto

³⁵ “O EURECA é um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 15 anos, caracterizado como Proteção Social Básica na Política de Assistência Social. [...] O atendimento às crianças e adolescentes se dá na modalidade de oficinas que podem ser esportivas, culturais, artísticas, artesanais, de informação e inclusão digital. Além das oficinas, as crianças e adolescentes recebem duas refeições diárias”(<http://www.cascavel.pr.gov.br>). As atividades são desenvolvidas sempre no contra turno escolar.

entrará em choque com as práticas do S.O.S. Criança e, assim, é natural o fato de que deste confronto surjam, por parte dos atendidos, formas de resistência para conseguirem continuar com suas práticas.

No decorrer do ano de 2008 – 2009, mudanças no campo jurídico irão findar com as ações do S.O.S. Criança e CAOM, e modificar de forma radical a importância atribuída ao PROVOPAR enquanto entidade beneficente.

Conforme o jornal “*Gazeta do Paraná*”, em 2009, “a verba da prefeitura, de aproximadamente R\$ 24 mil corresponde a 70% do montante necessário para manter a instituição e o restante é conseguido através de parcerias (...)” (Gazeta do Paraná, 2009, p. 6). Contudo, se somarmos os demais benefícios repassados pela Prefeitura tais como, combustível, funcionários cedidos, o espaço físico, chegaremos a conclusão de que os recursos repassados mensalmente eram bem maiores. No caso do PROVOPAR, uma rápida análise nas prestações de contas do ano de 2005, demonstra que o repasse semestral transferido pela então Secretaria de Ação Social era de R\$ 500 mil reais, uma quantia hoje inimaginável para uma entidade filantrópica. Assim, gostaríamos de pontuar aqui que CAOM e PROVOPAR eram organizações com privilégios dentro da administração pública, ou seja, entidades assistenciais não-governamentais ligadas intimamente à Prefeitura e, tendo nela sua principal mantenedora.

Contudo, o art. 2.031, da lei nº 10.406/02, conhecida como “Novo Código Civil”, aborda sobre as novas exigências para a abertura de entidades beneficentes. Conforme o artigo 45, vemos que existe a obrigatoriedade para a inscrição junto ao Ministério Público e, em caso de entidade beneficente, o Decreto 2.536/98, dispõe sobre o certificado emitido pela CEBA - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (antigo certificado de filantropia). Desta forma, estabeleceu-se um prazo legal para que as entidades que já estavam em funcionamento pudessem se adequar às novas exigências jurídicas. Contudo, periódicos do ano de 2009, demonstram que estes ajustes não foram realizados pelo CAOM e, desta forma, as dificuldades financeiras da entidade agravaram-se. O principal problema abordado estava relacionado ao seu estatuto, uma vez que, necessitava ser remodelado e, conforme as novas exigências, a imposição de forma estatutária de cargos específicos deveria ser suplantada e em seu lugar deveria imperar o sufrágio. Sobre os problemas com o estatuto, o ex-secretário de Assistência Social do município,

João Chemin comenta:

O CAOM precisava de modificações em seu estatuto para continuar com o registro de assistência social, o que possibilita o repasse de verbas da prefeitura para a entidade. Mas, estas mudanças não foram realizadas e a entidade perdeu o registro. Como o registro foi suspenso, foi também suspenso o repasse da verba do município, mas somente agora tomamos conhecimento e estamos revendo a situação (GAZETA DO PARANÁ, 07/01/2009 p. 8).

Nesta mesma perspectiva, a última coordenadora do CAOM, Elza Lemos Amaral Ferreira, em entrevista ao jornal “*Gazeta do Paraná*”, comenta que “para o recebimento [do recurso] é preciso um novo estatuto, pois até o ano passado a diretoria da entidade era nomeada e agora o Ministério Público exige que toda ONG (Organização Não Governamental) precisa fazer eleições” (GAZETA DO PARANÁ, 07/01/2009 p. 8).

Não obstante, percebemos que as dificuldades não pararam por aí uma vez que, por três vezes, as eleições foram colocadas em edital sem contudo aparecer interessados.

Para a ex-funcionária da entidade, Entrevistada 6, a história do CAOM foi algo “bom e ruim ao mesmo tempo”. Conforme ela

Quando o CAOM foi fundado pela dona Idalina, pelo doutor Salazar, era uma... Eles queriam tirar as crianças da rua, as crianças que viviam dormindo na porta da igreja, então era um lugar legal pra eles, eles tinham aquela intenção de fazer, mas aí aos poucos no que foi se tornando aquele lugar? Faltou estrutura! Faltou pessoal para tomar conta! Faltava coisa para melhorar para as crianças entende?! Depois, todo mundo que catava as crianças, não tinha uma triagem e jogavam lá dentro, não era essa a intenção do governo, era a intenção de que as crianças entrassem lá de um jeito, envolvidos com drogas, com roubo, com alguma coisa e que saísse de lá renovado depois de ter feito um trabalho com essas crianças. E não era assim, aquelas janelas todas tinham grade, era tipo um mini presídio, você entendeu? As crianças não iam lá pra isso, o lugar não era pra ser assim, o lugar foi construído para dar um lar para essas crianças e fazer o trabalho junto com a família, mas só que a família via que o governo, começou a jogar a responsabilidade toda pro governo.

Isso demonstra que o trabalho na entidade foi sendo acumulado e, desta forma, novas funções foram sendo atribuídas a esta entidade, e o atendimento abrangia a todos os meninos e meninas que de uma forma ou de outra requeriam cuidados especiais:

em 2002, o que foi feito? [...] foi tentado de todas as maneiras o melhor para aquelas crianças, tinha só [secretária entra na sala], tinha só as noventa crianças, tinha esses vinte adolescentes envolvidos com drogas e tinha mais um monte de crianças pequenininhas de seis, sete, oito anos que iam para as oficinas porque não tinham onde ficar e, a mãe pra não deixar na rua, jogava lá dentro. Então as crianças ao invés de melhorar saíam de lá piores, porque os que estavam lá envolvidos com outras coisas estragavam aqueles outros que estavam lá dentro (Idem).

A situação começou a ficar alarmante devido ao fato de que a cada dia, aumentava o número de menores com problemas judiciais que adentravam a instituição:

a Polícia vinha e catava o que ninguém queria, o que ninguém quer, que a sociedade, ninguém queria e jogava lá dentro! E se você falasse não quem é que iria ficar contra você? A imprensa, o juiz, todo mundo! Entendeu? Aí o que acontecia? Você tinha que recolher aquela criança e dava abrigo... Ih, nós compramos colchão para aquelas crianças, demos comida, é... Um monte de coisas! Arrumávamos roupas e mandávamos para a escola, chegavam na escola eles batiam nos outros, roubavam os outros, e daí vinham... Voltava o problema do mesmo jeito porque não tinham como viver em sociedade. Então no momento em que foram tirados, em Dezembro de 2002 esses meninos foram tirados de dentro da entidade e mandados para os abrigos, e nós fomos recolhendo as crianças que não tinham a família suficientemente para tomar conta deles, nós fomos recolhendo. De trinta, quarenta, cinquenta em 2002, fomos para trezentos (Idem).

Os problemas eram evidentes, e a quantidade de jovens acima do que a verba municipal repassada podia custear.

Tínhamos trezentas crianças! Só que o dinheiro, a verba, era para cem e de repente tínhamos que dar de comer para trezentos, aí a gente fazia edredom, fazia acolchoado, fazia lençol e vendia, toalhas de mesa vendia, vendíamos as coisas da horta e marcenaria, aí as crianças participavam porque as crianças não podiam fazer o serviço pesado, não podiam trabalhar porque é contra a lei, vocês sabem que a criança não pode trabalhar, então eles só participavam das oficinas, ajudavam e participavam também das oficinas de contra-turno escolar. Foi o que nós fomos fazendo, fomos botando também o contra-turno escolar, daí quando eles tinham quinze, dezesseis anos nós começamos a inserir eles no mercado de trabalho em parceria com a Caixa Econômica, do "Adolescente Aprendiz", quem começou isso aí foi dentro do CAOM, o "Jovem Aprendiz". Esses meninos que estão hoje aí ainda na Caixa Econômica, os adolescentes que estão ali que muitos já foram contratados terceirizados pela Caixa eram meninos do CAOM (Idem).

Vemos que apesar das dificuldades, era o CAOM um referencial para estes atendidos tanto como uma opção aos problemas que podem ser ofertados pela rua como um meio de adentrarem ao mercado de trabalho. Contudo, conforme nossa Entrevistada 6, os problemas foram aumentando gradativamente devido a burocracia:

os recursos eram poucos, era vinte e cinco mil reais só, daí o Ministério Público tirou o direito de nós pagarmos os impostos do dinheiro que vinha do Município, ou era ONG, ou era ONG, ou era ONG! Não podia ficar governamental e não governamental junto! E tava tudo misturado, daí esse dinheiro vinha para pagar os funcionários, certo?! Pagava os funcionários, daí dos funcionários você tinha comida, água, luz, telefone, gás... Então não tinha condições, não dava! E os impostos que ia ter que pagar. [...] Porque eu tinha que pagar, os funcionários eram contratados, tinha fundo de garantia, décimo terceiro, férias, tudo tinha que pagar! Daí tinha mais REFIS, mais não sei o que lá, mais não sei... Olha gente, vocês tinham que estar lá para ver o que era imposto (Idem).

Além da alta carga tributária, um outro problema encontrado pela entidade foi o grande número de processos trabalhistas de ex-funcionários contra a entidade:

os funcionários sabem que lá é CLT, e “põe no pau” ainda... Põe na justiça para receber porque pensa que ali é da Prefeitura e não é da Prefeitura. O que é da Prefeitura? O terreno, o espaço (Idem).

Apesar de tudo, ela defende a instituição afirmando que, embora muitos tenham sido os problemas, o CAOM foi necessário neste período histórico da cidade uma vez que, em um período em que as leis ainda não abordavam a plena cidadania da infância e até mesmo, posteriormente onde os estados e municípios buscavam se adequar a nova normativa (período este que em alguns locais brasileiros ainda não findou-se), foi este órgão um importante marco no atendimento a infância marginal em Cascavel:

Foi uma coisa boa, naquele momento, naquela época era um momento bom! Para hoje já não é mais! Entendeu? Mudou a Constituição, mudou a concepção, mudou o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, entendeu?! Mudou um monte de coisa às quais você está amarrado, que aqui tinha que ser só uma ONG, você quer fundar uma ONG? Você tem condições? Uma fundação ou alguma coisa assim? Você vai lá e faz a fundação! (Idem).

Percebe-se que o CAOM findou suas atividades portanto por não adequar-se as novas normativas e, juntamente a isso, as dívidas e impostos terão de igual forma importância vital para seu fechamento. Em uma conversa informal com o último presidente da entidade, senhor Emílio Sotini, este afirmou que a entidade não foi finalizada uma vez que, para seu encerramento é necessário antes de tudo quitar seus débitos. Conforme ele, o CAOM hoje possui dezoito processos trabalhistas em andamento e dívidas referentes que hoje somadas ultrapassam a casa de R\$ 1 milhão de reais, portanto, teve o CAOM suas atividades paralisadas.

O PROVOPAR necessitou se adequar de igual forma, e hoje, funciona como entidade assistencial totalmente desvinculada da esfera pública, recebendo junto ao Conselho Municipal de Assistência uma ajuda de custo de R\$ 12 mil reais mensais e tendo nas promoções realizadas pela instituição o complemento de seus gastos. É o que afirma nossa Entrevistada 5:

Hoje é uma ONG só. Mas antes era uma ONG cuja a presidência cabia estatutariamente à primeira-dama da cidade, estatutariamente. Esse Estatuto foi mudado só em 2009. [...] Hoje é assim, nós recebemos uma subvenção da prefeitura como todas as ONGS recebem, todas as que estão registradas no conselho, então a gente recebe uma subvenção de 12 mil reais, mas a nossa despesa é de 25 mil reais por mês.

Para conseguir os recursos que faltam para sua manutenção, bazares e promoções são constantemente realizados:

É, então a gente tem que se virar nas nossas ações, nas nossas promoções né. E aí por exemplo a Sanepar, só pra você entender um pouquinho como o PROVOPAR tá em pé, fez uma campanha, uns jogos que eles lançaram e solicitaram alimentos, então essa montanha que você viu ali de alimentos foi doada pela Sanepar, por que? Por que nós desenvolvemos a cozinha comunitária, nós também desenvolvemos ações emergenciais. Então por exemplo, as famílias, tem famílias necessitadas de alimentos vão no CRAS, o CRAS acabou a cota porque é muita gente, eles mandam aqui para o PROVOPAR, já com encaminhamento da assistente social, acompanhamento, colocam isso: "PROVOPAR pode arrumar uma cesta de alimentos", então a gente já arruma, já anota na "fichinha" da pessoa e tudo mais que ela esta sendo acompanhada. Então hoje está funcionando muito bem, é uma rede né (Idem).

Assim, percebemos que, mesmo tendo sua importância reduzida no que diz respeito ao assistencialismo no estado do Paraná, tem o PROVOPAR ainda participação junto a comunidade cascavelense colaborando juntamente com outras

instâncias federais e municipais no combate a miséria, sendo desta forma “parceiro” das políticas públicas e não mais o principal agente.

Conforme mencionamos no segundo capítulo, à nova forma de visualização da política assistencial por parte do Governo Federal criará o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), na qual a partir dele novos projetos para a assistência social vão sendo desenvolvidos, dentre eles destacamos o SUAS, que começará a assistir os municípios do país. Como dito anteriormente, para colocar em prática o que exigia a nova cartilha do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), muitos projetos municipais necessitam passar por um reordenamento e, no intuito de dar novos rumos à proteção básica, de baixa complexidade³⁶, com vista a prevenção de situações de riscos é que define-se que o então Projeto S.O.S. Criança, conhecido pela abordagem à crianças em situações de risco nas ruas, deveria fundir-se com o projeto SENTINELA, que prestava apoio a menores em situação de exploração sexual. Assim, todas as formas de exploração ao menor seriam contempladas em um único órgão que seria responsável pela Proteção Social Básica, ou seja, “o novo S.O.S. Criança” estaria destinado a prevenção de riscos, em todo caso, tarefa que conforme seu antigo estatuto já estaria desempenhando.

Será de competência do CREAS a prestação do atendimento conhecido como “Busca Ativa” que, conforme o guia de orientação da Secretaria Nacional de Assistência Social, é definido como um trabalho de prevenção e proteção aos direitos e é de responsabilidade dos CREAS organizar

por intermédio de agentes institucionais (educadores sociais), equipes para abordagem em vias públicas e locais identificados pela incidência de situações de risco ou violação de direitos, com a atribuição de realizar o mapeamento das situações de exploração sexual comercial e outras caracterizadas como situações de risco de crianças e adolescentes (situação de rua, trabalho infantil, etc.), realizando ações educativas, orientações e outros procedimentos que se julguem necessários, além de encaminhamento para Conselho Tutelar, a rede de serviços socioassistenciais e outros serviços prestados no âmbito do município. (...) As abordagens podem ser realizadas em parceria com outros atores sociais, inclusive de organizações não governamentais que já desenvolvem este tipo de trabalho. A equipe de educadores deve estar habilitada e qualificada para o desempenho de suas atividades e deve ser

³⁶ Os serviços assistenciais são hoje divididos em: Proteção social de alta complexidade (Proteção Social Especial), voltada ao atendimento de indivíduos em situação de risco pessoal e social, e em Proteção Social de Baixa Complexidade (Proteção Social Básica), voltada a prevenção de situações de riscos pessoal e social, fortalecendo a potencialidade das famílias e dos indivíduos.

composta, preferencialmente por homens e mulheres, para facilitar a construção de vínculos e referências. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Guia de Orientação nº 1, Brasília, 2005. p. 12.)

Conforme a atual diretora do projeto, Entrevistada 9, “o S.O.S. Criança foi transformado em ‘Busca Ativa’, voltado para o enfrentamento da violência. “Nós atendemos crianças em situação de risco, e as crianças na rua estão em situação de risco. Então juntaram-se os serviços [S.O.S. Criança e SENTINELA], pois vimos que, o objetivo do S.O.S Criança estava contemplado nas ações do Busca Ativa”.

Portanto, o que se busca demonstrar aqui é o fato de que o antigo projeto denominado S.O.S. Criança não foi extinto, foi na verdade absorvido por um projeto maior, de cunho federal, contudo, algumas de suas práticas necessitaram ser revistas para, desta forma, assumir o novo perfil estipulado pela União e, assim, seja capaz de prestar um atendimento com maior eficiência, buscando juntamente a isso ganhar a confiança dos atendidos.

Conforme a atual diretora, o S.O.S. Criança já estava demonstrando mudanças no seu atendimento à crianças e adolescentes em situação de rua há algum tempo:

Antigamente o S.O.S. Criança participava de ‘arrastões’ com o Conselho Tutelar e com a polícia. Então quando eu assumi (2006), a gente começou a definir qual era o nosso papel (...), porque tudo caía para a gente. Então a gente começou a delimitar o nosso papel, saber qual era nossa função. Se você sabe o que você tem que fazer você sabe o que é e o que não é a tua parte. (...) Qual é a função do S.O.S.? não é uma função repressiva, não tem função de polícia e nem de Conselho Tutelar, a gente não pode advertir nem um pai, a gente não pode representar nenhum pai. A gente não pode encaminhar para o abrigo, isto tem que ser o Conselho Tutelar. Quando esgota o nosso trabalho que é de orientação, de abordagem, então encaminhamos para o Conselho Tutelar pedindo que o Conselho advirta, represente estes pais pelo crime de negligência.

Portanto, conforme a diretora do projeto, juntamente com a nova normativa do Ministério Nacional de Assistência Social, o S.O.S. Criança é agora parte do CREAS, contudo, o trabalho nas ruas de Cascavel continua com uma nova roupagem, com o intento de abordar e orientar os meninos que frequentam as ruas do município de forma educativa, fazendo-os perceber por si mesmos os riscos que enfrentam ao se exporem neste espaço.

As retiradas à força findaram-se e, em seu lugar, outras práticas foram instituídas. Quando necessária a utilização de força física por parte dos educadores do CREAS, a solução encontrada foi a chamada dos responsáveis até o local onde se encontrava este atendido e, desta forma, os pais ou responsáveis faziam a retirada deste. Para a Entrevistada 9, essa mudança foi positiva, pois, não é parte do projeto fazer estas retiradas forçadas, porém, quando necessário for, os pais ou responsáveis serão acionados pelo fato de que “pai e mãe podem retirar a força. Quem detém maior poder sobre a criança é o pai e a mãe, nem o juiz manda mais sobre uma criança que o pai e a mãe. Então eles podem retirar a força e por dentro do carro. É uma tática que deu resultado”. Contudo, percebe-se, portanto, que essa forma de assistência mais “soft”, também expressa a desresponsabilização do poder público, o repasse para a comunidade e para os pais a responsabilidade para resolver os problemas sociais.

Considerações Finais

As transformações que envolvem o universo feminino ao longo da história demonstram quão longo e penoso tem sido o caminho trilhado pelas mulheres e, os direitos conquistados principalmente no século XX, configuram uma intrigante vitória no meio dos estados ocidentais. O tratamento dispensado às mulheres, permeado por conceitos preconceituosos onde, por séculos, o ideal misógino predominou, condenou as mulheres a recolherem-se no interior do espaço privado em que nem mesmo a tradição cristã oferecia-lhe guarida, antes, legitimava a constante vigilância para com elas semeando discursos no meio social de que sua fraca moral, sua propensão aos vícios em detrimento às virtudes eram parte do universo feminino e assim, a herdeira do pecado original, aquela que estava mais perto dos demônios do que dos anjos, deveria se recolher ao silêncio e ao banimento. Contudo, esta “condenação” da mulher ao interior da casa e seu menosprezo no espaço público mascaram as reais relações, ou seja, seu confinamento tem a ver com a própria constituição das relações sociais desiguais entre os homens em função da posse, ou seja, da constituição da propriedade privada. Essa relação passa a ser camuflada por valores, ideologias, costumes, dentre outros, que naturalizam algo que é social.

Isto justifica o motivo de tantos séculos de distanciamento da vida pública por parte das mulheres, uma vez que, a não participação no meio público as distanciava dos assuntos políticos e da vida letrada e, a falta desses, tornava-a ainda mais incapaz de participar dos assuntos públicos. Em suma, “estas pecadoras” que agiam movidas pela emoção não possuíam nenhuma capacidade útil para a administração dos estados.

A educação positivista ofertada em solo brasileiro a partir do século XIX dá um novo significado à participação feminina na sociedade. Sendo ela mãe, seria responsável pela educação dos filhos, primeira educadora que formaria os futuros líderes da nação. Somado a isso, a industrialização nascente em solo nacional possibilita a superação das relações de cunho agrário e o início das relações urbanas de tipo burguês, na qual as ações femininas tem mais liberdade, contudo, sem jamais poder apresentar desleixo pelos assuntos familiares que, procedendo assim, poderia comprometer a ascensão social do marido e dos familiares.

Somente no decorrer do século XX, vemos mudanças significativas para as

mulheres principalmente nos anos que seguem a Segunda Guerra Mundial. Um exemplo disso é que no Brasil surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão criado como forma de angariar mantimentos para distribuição aos familiares dos soldados convocados. Após o término do conflito, esta instituição passou a ser a principal representante da área social no país e, sendo esta criação de uma primeira dama, Darcy Vargas, coube a ela administrar tal entidade. Sendo as políticas assistenciais não reconhecidas como direito, não era atribuído ao Estado nenhuma responsabilidade para com a área. Como abordado no segundo capítulo, polícia e igreja eram as instâncias disponibilizadas às famílias carentes, ou seja, era a área social um terreno considerado menor dentro da administração, ou seja, uma forma de ajudar aos que, pela sua condição de negligência ou mesmo “falta de sorte” na vida, não alcançaram êxito econômico, será um território propício para a mulher na administração pública, e assim, características como emoção à frente da razão encontram agora respaldo para ser esta responsável pela Assistência Social. Portanto, aquela que não possuía utilidade no meio social é transformada na grande agente do assistencialismo no país, tendo na figura de Darcy Vargas o referencial da participação política da esposa do homem público. Surge assim o primeiro-damismo, atendimento disponibilizado às classes populares tendo na figura da primeira-dama a “grande mãe social”.

Essa forma de atendimento assistencial será, por décadas, o grande modelo ofertado às classes subalternas, não sendo este privilégio de nenhuma unidade federativa, sendo estendido a todos os estados e municípios. No Paraná, a participação das primeiras damas no campo assistencial resultará na criação do Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) na cidade de Curitiba, sendo que em pouco tempo será estendida a todos os municípios e, por mais de vinte anos, será a principal entidade assistencial do Estado. Em Cascavel, o PROVOPAR será implantado oficialmente em 1987 e, desta forma, muitos projetos e ONG's serão criados e ajudados por essa instituição.

Como dito anteriormente, na cidade de Cascavel, estabelecida sob princípios patriarcais, a única instituição pública que terá de forma efetiva a participação feminina será a assistencial. Assim, a assistência social e, principalmente o PROVOPAR, terão sempre em sua presidência a primeira dama municipal. Portanto, a participação delas no assistencialismo da cidade é encarado de forma natural.

Durante os anos de 1990, devido ao grande aumento populacional ocorrido em Cascavel, muitos problemas nesse campo começam a surgir, em especial destacamos os problemas relacionados aos meninos e meninas que perambulam pelas ruas de Cascavel, ocasionando muitos prejuízos inclusive aos comerciantes da área central. Com o intuito de solucionar esses problemas o PROVOPAR será responsável pela criação de duas entidades que por décadas foram referência no trato para com esses menores da rua, CAOM e S.O.S Criança. Embora possuam métodos assistenciais hoje questionáveis, como a educação voltada para o trabalho ofertada pelo CAOM ou a constante vigilância realizada pelo S.O.S. Criança, inegável é a importância dessas entidades visto que, mesmo com as mudanças ocorridas no campo jurídico, a assistência ainda será vista como responsabilidade das primeiras damas.

Com isso procuramos demonstrar que até meados da primeira década do século XXI, a infância marginal foi um atributo destinado às primeiras damas, uma vez que, conforme forte presença em nossa cultura política, é esse campo de domínio feminino, devido aos atributos que são inerentes à mulher.

Em vias de conclusão deste trabalho, a resolução 028/2011, de 15 de setembro, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, faz referência à participação das primeiras damas nas políticas municipais e busca coibir a distribuição de recursos públicos em instituições que contam com a participação destas como agentes presidenciais visando desta forma findar de vez com aquilo que ficou conhecido como primeiro damismo. Conforme a resolução

Art. 9º É vedada a inclusão, no termo de transferência, sob a pena de nulidade, de sustentação do ato e de imputação de responsabilidade pessoal ao gestor e ao representante legal do órgão concedente, de cláusulas ou de condições que prevejam ou permitam:

[...]

XII – Transferências de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes ou controladores:

a – membros do Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como aos seus respectivos conjugues, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau.

Contudo, as modificações ocorridas no campo formal muitas vezes não são suficientes para superar décadas de práticas costumeiras. Inegável é que, a forma

como era conduzida política assistencial no município de Cascavel abre brechas para questionamentos uma vez que, sendo o PROVOPAR uma organização não-governamental que, de forma estatutária, direcionava a presidência da entidade na figura da primeira-dama e, somado a isso o fato de que uma das principais formas de captação de recursos estava ligado ao repasse de verbas por parte da prefeitura não nos parece algo coerente podendo hoje ser visto até mesmo como crime de improbidade administrativa.

Com as mudanças estabelecidas na legislação, muitas práticas administrativas passam a ser revistas e com isso, as três instituições, PROVOPAR, CAOM e S.O.S. Criança necessitam se adaptar. Isso será o motivo de paralisação das atividades do CAOM e, ao PROVOPAR, uma nova fase se inicia, onde o recebimento da verba municipal será feito de igual forma às demais entidades beneficentes. Já o S.O.S. Criança será incorporado pela nova política de assistência social, tendo suas práticas revistas e sendo agora parte do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

As problemáticas que envolvem esses jovens em situação de rua é complexa e em todo caso, não se trata de uma especificidade desse município, contudo, a classificação do “menor” como sinônimo de infância transviada é semeada no meio social tendo na imprensa um grande agente de legitimação desse discurso. Como exemplo, exploramos as charges de Damasceno, em especial, a que faz referência aos “menores no calçadão” (ver página 115), demonstrando que as crianças marginais importunam e “sujam” a área central necessitando assim serem combatidas, e, no outro extremo, temos as fotos de meninos exercendo atividades profissionais em especial, a foto extraída do jornal “A Cidade” (ver página 119), demonstra o caminho que deve ser trilhado para a “extinção desse mal”.

Ao recuperar este período histórico na cidade de Cascavel, pretende-se trazer ao leitor uma reflexão sobre as formas de atendimento que são dirigidas às crianças e adolescentes das camadas mais baixas, uma vez que recordo aqui, a infância não pode ser encarada como um termo homogêneo. Em suma, as crianças de baixa renda muitas vezes necessitam ajudar na economia do lar, adentram em estradas perigosas e assim, são privadas de uma infância saudável.

Hoje, Cascavel conta com entidades especializadas no atendimento à infância pautadas na nova forma de visualização da assistência social. Contudo, a memória

do município demonstra que, para atingir o atual estado de desenvolvimento foram as primeiras damas peças fundamentais, desprezar isso é encobrir décadas de história do assistencialismo municipal.

A mulher, de um ser marginalizado e trancafiado, adquire espaço na sociedade tratando de outros marginalizados. Dito de outro modo, coube às pecadoras de outrora, transformar-se nas redentoras da humanidade, leia-se, dos comerciantes e do capital; ou ainda, a mulher passa da condição marginal, insere-se ou é inserida na sociedade, mas isso tudo não altera substancialmente sua condição de ser socialmente, pois, sua inserção continua a ocorrer de forma subalternizada. Enquanto ao pecado intrínseco ao universo feminino, concluimos que o verdadeiro pecado original repousa sobre a base material.

Fontes consultadas

Documentos pesquisados

ATA DO CAOM: nº 4 (1989) e nº 16 (1998).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Estatuto do Centro de Apoio e Orientação ao Menor (CAOM), 1989.

LEI N. 8069/90. “Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Lei Orgânica Municipal de Cascavel, 1990.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Guia de Orientação nº 1, Brasília, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL. Projeto S.O.S. Criança, 1998.

Resolução Nº028/2011 de 15 de novembro. Tribunal de Contas da União.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SUAS - Cartilha Nacional de Assistência Social. Brasília, 2007.

S.O.S. CRIANÇA. Plano de Trabalho – 2006.

Periódicos Utilizados

Jornal “*O Paraná*”. Edições de:

16/05/1976

05/03/1990

04/04/1990

17/02/1996

05/01/1997

14/01/1997

23/01/1997

12/05/1998

19/05/1998

04/02/2000

24/04/2002.

Jornal “*Hoje*”. Edições de:

07/06/2000

25/05/2001

04/01/2003

24/09/2006

24/12/2000

Jornal “*A Cidade*”. Edição de:

22/02/1995

Jornal “*Gazeta do Paraná*”. Edição de:

07/01/2009

Entrevistas Realizadas

Entrevistada 1 (Ex Primeira-dama municipal)

Entrevistada 2 (Ex Primeira-dama municipal)

Entrevistada 3 (Ex Primeira-dama municipal)

Entrevistada 4 (Ex Primeira-dama municipal)

Entrevistada 5 (Ex-Presidente do PROVOPAR Cascavel)

Entrevistada 6 (Ex Coordenadora do CAOM)

Entrevistada 7 (Ex Secretária de Ação Social)

Entrevistada 8 (Ex funcionária do Projeto S.O.S. Criança)

Entrevistada 9 (Ex Coordenadora do CREAS II - Cascavel)

Sites consultados

http://cpr.org/Museum/Ephemera/American_Progress.html

www.suapesquisa.com.br

www.provoparestadual.org.br

www.lbv.org.br

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Anderson Pereira de. *A convenção sobre os direitos da criança em seu décimo aniversário: avanços, efetividade e desafios*. Artigo, 2000.
- ARIÈS, Philippi. *História Social da criança e da família*. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro. 1981.
- ARAÚJO, Emanuel. *A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia*. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.
- BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.
- BIBLÍIA SAGRADA. Ed. Cultura Cristã. São Paulo – 1999.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 2001.
- BURKE, Peter (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- CARDOSO, Roselane Martins. *A infância e a adolescência abandonadas: laudos em processos do judiciário mineiro (1968 – 1984)*. Artigo, 2006.
- CARDOSO e VAINFAS, Ciro Flamarion e Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Ed. Eslavier, Rio de Janeiro, 1997.
- CARDOSO e MAUAD, Ciro Flamarion e Ana Maria. *História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema*. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. CARDOSO e VAINFAS, Ciro Flamarion e Ronaldo (Orgs). Ed. Eslavier, Rio de Janeiro, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo. 2004.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Ed. Unesp, 2ª ed. São Paulo. 2009.
- DAMAZIO, Reinaldo Luiz. *O que é criança*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1988.
- D'INCAO, Maria Ângelo. *Mulher e família burguesa*. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Ed. ?, s/d.
- FALCI, Miridan Knox. *Mulheres no sertão nordestino*. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

- FERRAZ, Hermes. *Filosofia Urbana*. Ed. Tcci, São Paulo, 1999.
- FONSECA, Cláudia. *Ser mulher, mãe e pobre*. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.
- FONTANA, Josep. *A história dos Homens*. Bauru-SP. Ed. Edusc. 2004.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 49ª Edição. São paulo: Ed. Global, 2004.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *História Social da Infância no Brasil*. Ed. Cortez, 6ª ed. São Paulo, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo. *A cidadania entre os romanos*. In: *História da Cidadania*. PINSKY e PINSKY, Jaime e Carla Bassanezi. Ed. Contexto, São Paulo. 2005.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política*. Ed. Cortez, 2ª ed. São Paulo. 2001.
- GOVERNO MUNICIPAL DE CASCAVEL. *Cascavel 50 anos: o livro ouro*. 2002.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2006.
- HOORNAERT, Eduardo. *As comunidades cristãs dos primeiros séculos*. In: *História da Cidadania*. PINSKY e PINSKY, Jaime e Carla Bassanezi. Ed. Contexto, São Paulo. 2005.
- IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2ª edição. Ed. Ática, São Paulo, 1989.
- KARNAL, Leandro. *Estados Unidos, Liberdade e Cidadania*. In: *História da Cidadania*. PINSKY e PINSKY, Jaime e Carla Bassanezi. Ed. Contexto, São Paulo. 2005.
- KUHLMANN JR, Moysés (org). *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil – a arte do disfarce*. Ed. Dois Pontos, 3ª ed. Rio de Janeiro, 1987.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Ed. Unicamp. - 5ª ed. – Campinas-SP, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Ed. DP&A. Rio de Janeiro, 1999.
- LOPES, Marcos Antonio. *No tempo e reis feiticeiras: cultura política no Renascimento e no Antigo Regime*. Ed. Scrinium, São Paulo, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis; editora Vozes, 9ª ed. 2007.

_____. *Mulheres na sala de aula*. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A lenta construção dos direitos da criança brasileira – século XX*. Artigo, s/d, s/l.

MARX e ENGELS, Karl e Friedrich. *Ideologia Alemã: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialistas e idealistas*. Ed. Martin Claret, 3ª ed. São Paulo, 2008.

_____. *O Capital – Crítica da economia política*. Livro I / Volume II. Ed. Civilização Brasileira. 20ª ed. Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Ed. Nova Cultura, 5ª ed- São Paulo, 1991.

MATOS e FARIA, Maria Izilda S. de e Fernando. *Melodia e sintonia em Lupicínio Rodrigues: o feminino, o masculino e suas relações*. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. 1999.

MATOS, Maria Izilda S. de. & SOLER, Maria Angélica (orgs). *As mulheres e o estudo de gêneros: percursos e possibilidade*. In: *Gênero em debate – Trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo, Ed Educ, 1997.

MELLOS, Erasto Castilho de. *A mercantilização da produção agrícola regional e o Estado na dinâmica da acumulação de capital e expansão das cooperativas agropecuárias singulares: o caso do extremo-oeste paranaense*. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1988.

MONDAINI, Marco. *Revolução Francesa: o respeito aos direitos dos indivíduos*. In: *História da Cidadania*. PINSKY e PINSKY, Jaime e Carla Bassanezi. Ed. Contexto, São Paulo. 2005.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. Ed. Contexto. 3ª ed. São Paulo, 2001.

MORE, Thomas. *Utopia*. Ed.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Cultura política na história: novos estudos*. Ed. Argumentum, Belo Horizonte. 2009.

MOURA, Tânia Maria de Melo. *A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire; Ferreira e Vygotsky*: - 4ª ed. Maceió, Ed. Edufal, 2006.

MÜLLER e MORELLI, Verônica Regina e Ailton José (org.). *Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver*. Ed. Eduem, Maringá-PR. 2002.

NIEDERAUER, Ondy Hélio. *Toledo no Paraná – a história do latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo: Grafo-Set Impressão, 1992.

NUNES, Deise Gonçalves. *A infância no Brasil da modernidade*. Artigo, s/d, s/l.

NUNES, Maria José Rosado. *Freiras no Brasil*. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

ODALIA, Nilo. *Revolução Francesa: A liberdade como meta coletiva*. In: *História da Cidadania*. PINSKY e PINSKY, Jaime e Carla Bassanezi. Ed. Contexto, São Paulo. 2005.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres do sul*. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “*Transgressão tem cara de criança: o espaço social da infância em Ana Maria Machado*”. Artigo. Revista Projeto História. São Paulo, 14 de fevereiro de 1997.

PIAIA, Vander. *A ocupação do oeste paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum*. Teses de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

PINSKY, Jaime. *Os profetas sociais e o deus da cidadania*. In: *História da Cidadania*. PINSKY e PINSKY, Jaime e Carla Bassanezi. Ed. Contexto, São Paulo. 2005.

PINSKY e PEDRO, Carla Bassanezi e Joana Maria Pedro. *Mulheres: igualdade e especificidade*. In: *História da Cidadania*. PINSKY e PINSKY, Jaime e Carla Bassanezi. Ed. Contexto, São Paulo. 2005.

PRIORY, Mary Del. *Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino*. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

RAMINELLI, Ronald. *Eva Tupinambá*. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

RECHIA, Tânia Maria. Artigo - *Concepção de infância: percurso histórico*. Mimeo, Sem Data.

RUSSO; CISNE; BRETTAS, Gláucia; Mirla; Tatiana. *Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social*. In: Revista Ser Social, Brasília, v 10. 2008.

RUSSO, Vanda Sauhi. *Partido político como referência política das mulheres: uma*

tentativa de análise de dados. Dissertação de Mestrado, UNICAMP. 1999.

SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. BURKE, Peter (Org). Ed. Unesp, São Paulo, 1992.

SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. BURKE, Peter (Org). Ed. Unesp, São Paulo, 1992.

SILVA, João Carlos da. *“O Amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”: As propostas do Apostolado Positivista para a educação brasileira (1870 – 1930)*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2008.

SILVA, Lianzi dos Santos. *Mulheres em cena: as novas roupagens do primeiro damismo na assistência social*. Dissertação de Mestrado, PUC Rio de Janeiro, 2009.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e Política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. Ed. UNESP, São Paulo, 2008.

SINGER, Paul. *A cidadania para todos*. In: *História da Cidadania*. PINSKY e PINSKY, Jaime e Carla Bassanezi. Ed. Contexto, São Paulo. 2005.

SPERANÇA, Alceu. *Cascavel livro ouro: 50 anos de História*. Cascavel-PR: Assoeste, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. *Assistência Social: de ação individual a direito social*. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10, São Paulo. 2007.

TABAK e TOSCANO, Fanny e Moema. *Mulher e política*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

TELLES, Lygia Fagundes. *Mulher, mulheres*. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORY, Mary Del (Org). São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Ed Companhia das Letras. São Paulo, 2008.

_____, *A formação da classe operária inglesa – a maldição de Adão*. Ed. Paz e Terra: 4ª ed. 1988.

TORRES, Iraldes Caldas. *As primeiras-damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder*. Ed. Cortez, São Paulo. 2002.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *A educação na literatura do século XIX*. Ed. Alínea, Campinas. 2008.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, Mensus e Colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: 2ª ed. Ed. Vicentina, 1987.

WEBER, Max. *A ética protestante e o Espírito do Capitalismo*. Editora Brasiliense,

São Paulo – SP. 1977.

WOLFF, Philippe. *As fomes; as epidemias; a guerra. In: Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?* São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1988.